

PUBLICAÇÃO
DE CARÁTER
INTERNO AO PT,
DISTRIBUÍDA ÚNICA
E EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS FILIADOS

EM TEMPO:

Nº 277/278
NOVEMBRO/
DEZEMBRO
1994
R\$ 2,00

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT

**EDIÇÃO ESPECIAL
36 PÁGINAS**



A NOVA FACE DO NEOLIBERALISMO

A VITÓRIA DE FERNANDO HENRIQUE REPRESENTA UMA DERROTA IMPORTANTE PARA O POVO BRASILEIRO. A BURGUESIA ESTÁ AGORA MELHOR COLOCADA PARA APLICAR O PROJETO NEOLIBERAL. PARA A ESQUERDA E O PT, ABRE-SE UM MOMENTO DE RESISTÊNCIA E DE REARTICULAÇÃO POLÍTICA.

PÁGINAS 3 A 12

O PT FRENTE
AO NOVO
GOVERNO

PÁGINAS 16 A 20

A CAMPANHA
E A LUTA PELA
CIDADANIA

PÁGINA 36

A DS E O PT
PERDEM ISAAC
AKCELRUD

NESTA EDIÇÃO

- Editorial** ★ O PT face ao governo FHC (p.3)
Segundo turno ★ A dura disputa gaucha (p.4)
★ Vitória em Brasília (p.6) ★ Quem diria, junto com Maluf... (p.7)
Nacional ★ Retratos do neoliberalismo (p.8) ★ Voltando à disputa de projetos (p.10) ★ FHC e as políticas sociais (p. 11) ★ Aposentando direitos (p.12)
Negros ★ Uma luta que amplia (p.15)
Campanha Lula ★ Um programa insuficiente (p.13) ★ Reforçando o conservadorismo (p.18) ★ Homossexual: sujeito oculto (p. 19) ★ As mulheres na campanha Lula (p.18) ★ A campanha nas Alagoas (p.20)
Sindical ★ Ser criança no capitalismo (p.21) ★ Retomada das lutas (p.22)
Luta Antimanicomial ★ Uma sociedade sem manicômios (p. 23)
População ★ Cairo-94: mudança de discurso (p.26)
Mulheres ★ A crise do discurso feminista (p.30)
Uruguai ★ A nova paisagem (p.32)
Socialismo ★ Ralph Miliband 1924-1994 (p.13) ★ O socialismo não saiu de moda (p.14) ★ A crítica romântica da modernidade (p.34)
Memória ★ Só jogador de futebol pendura as chuteiras (p.36)

Crítica Marxista

Reconhecendo a inexistência, entre nós, de uma revista que se dedique à discussão e pesquisa da teoria marxista, um grupo de intelectuais, com o apoio da editora Brasiliense, está publicando *Crítica Marxista*.

Nas palavras do *Manifesto* que abre o número 1, "contra a ofensiva anti-marxista e anti-socialista, os signatários deste documento propõem-se a criar uma revista de difusão e de discussão da produção intelectual marxista em sua diversidade e complexidade. Um, como de intervenção no debate teórico e luta ideológica em curso. Uma revista que critique as panacéias elaboradas pelo neoliberalismo, o pensamento e a experiência social-democratas... e aqueles que, em nome de um pretensso e mistificador valor universal da democracia, terminam por limitar o seu



horizonte teórico e político às instituições do Estado liberal burguês".

Neste primeiro número *Crítica Marxista* publica um ensaio do renomado marxista norte-americano *Fredric Jameson* (do conselho de colaboradores internacionais), *Reificação e utopia na cultura de massas*. Divulga também um debate sobre *Marxismo e a desagregação da União Soviética* - com intervenções entre outros de *Jacob Gorender, João Quartim, Ricardo Antunes*, além

de artigos sobre a questão da democracia e a esquerda brasileira, marxismo e história e Estado e sociedade civil na *Crítica da Filosofia do Direito*, de autoria de alguns dos editores. São publicadas também resenhas sobre alguns importantes livros sobre a crise do socialismo real (Robert Kurz, Alex Callinicos, Perry Anderson e outros).

EM TEMPO

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

Conselho Editorial:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Goulart Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonumá, Hugo Manso, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

Jornalista Responsável:

Célia Regina de Souza Reg MTB nº 18663 DRT/SP

Equipe de Edição:

José Corrêa Leite (edição), Caco Bisol (capa), Nelson Joia (editoração)

Editoração:

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda.
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda São Paulo - SP
CEP 01151-000 Fone: 66 5550
Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 loja 04
Bom Fim - CEP 90035-090 Fone: 227 4642

Colabore para a sustentação da imprensa militante Assine EM TEMPO

Os assinantes que optarem pela assinatura de apoio receberão junto com o jornal, documentos de debate teórico. Com este número, serão remetidos os textos "*Rumo a uma economia socializada*", de Charles André Udry e "*Um primeiro balanço das eleições de 3 de outubro*" da tendência Democracia Socialista



EM TEMPO:

Nome:.....

Endereço:.....

Cidade:..... UF..... telefone:..... Cep.....

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a Carlos Henrique Goulart Árabe
Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel: 66 5550

O PT diante do governo FHC

1 O PT não tem uma avaliação clara sobre o governo FHC. Não existe, ainda, uma resposta majoritária à questão-chave: o que mudou no Brasil depois de 3 de outubro?

Há posições e situações que apontam rumos opostos, há um debate no seu início sobre o resultado eleitoral e muitos setores ainda não se definiram de forma mais clara, como já evidenciaram inclusive os posicionamentos do partido sobre o segundo turno das eleições.

2. O que está em jogo na definição da posição do partido frente a FHC é a manutenção do PT como portador de uma alternativa democrática e popular para a sociedade brasileira ou sua incorporação, como coadjuvante mais ou menos crítico, ao projeto neoliberal. Sem superarmos as ambigüidades que vêm se manifestando na vida do PT não poderemos formular uma posição firme face ao novo governo, que nos permita continuar uma disputa nacional de projetos, ainda que em condições mais desfavoráveis que antes.

3. Perdeu-se na disputa eleitoral a idéia de uma confrontação programática e política com FHC. Critérios claros de avaliação - que teriam sido indispensáveis para enfrentar naquele momento a luta contra um adversário determinado a nos derrotar - não prevaleceram. Mas são muito evidentes: primeiro, avaliar o conjunto de forças sociais e políticas que, desde o primeiro momento, se constituiu e se propõe hoje a sustentar o governo do candidato vitorioso; segundo, analisar os grandes eixos programáticos que orientam a política do novo governo.

4. A grande unificação de forças sociais e políticas em torno a FHC não foi circunstancial e não dá margem a dúvidas sobre o caráter do governo. Constituiu-se a partir do deslocamento político do PSDB para a direita e de sua aliança com os setores mais atrasados da burguesia brasileira (representados pelo PFL, PTB, PL e PP). O PSDB representa aí a direita mais internacionalizada, dinâmica e ofensiva, com capacidade de iniciativa e um projeto antipopular mais coerente, operando para restabelecer uma hegemonia burguesa mais duradoura na sociedade brasileira.

Uma dimensão especial a ser avaliada é o caráter internacionalista desta aliança, com um peso preponderante do capital financeiro internacional mas sobretudo com uma relação orgânica entre o núcleo ao redor de FHC e os centros elaboradores de políticas de regulação internacional fortemente dominados pelos EUA (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional).

5. O programa que unifica estas forças, que dá coerência ao novo governo, tem como base um princípio geral: a supremacia do mercado (e para ser mais exato, do mercado internacional). Isto se desdobra em algumas consequências: privatização, abertura econômica ao mercado mundial, reformas institucionais "estruturais" (para a chamada desregulamentação das relações sociais e fortalecimento do mercado, ou seja, para retirar qualquer tipo de proteção ou garantia social às relações de trabalho, à previdência, etc). As bases deste programa geral foram lançadas pelo governo Collor, mas faltava-lhes direção política. Agora ela existe.

6. O nome deste programa é neoliberalismo. A sua execução no Brasil por um lado é penalizada pelo atraso na construção de uma direção política - atraso que pode ser medido pelo paralisia burguesa durante o longo período que começa a partir da crise do projeto desenvolvimentista concentrador e autoritário, no início dos anos 80, período no qual intensificou-se a reestruturação industrial e a formação dos grandes blocos econômicos internacionais. Mas, por outro lado, é favorecida pela experiência da sua implantação em outros países, em particular na América Latina. Assim, uma dessas "lições" é a necessidade de criar compensações à exclusão estrutural e crescente produzida pelos ajustes neoliberais e pelas novas formas de organização produtiva. Por isso, o neoliberalismo nesta nova fase deve incorporar um discurso "social".

7. Verificou-se até agora, no Brasil, um processo não despre-

zível, mas bastante desigual, de *reorganização neoliberal*. A privatização avançou em setores significativos, como a siderurgia e a petroquímica; há indicações importantes (os grandes saltos de produtividade verificados nos últimos anos) de um processo intenso de reorganização produtiva; mas os "avanços" reclamados pelos setores hegemônicos da burguesia brasileira são muito mais abrangentes. Além de completar a privatização, exigem a supressão de qualquer barreira social ou política para levar até o fim a reestruturação produtiva e uma subordinação maior da sociedade às prioridades definidas pelos grandes grupos empresariais (vale dizer, "liberdade" para redefinir as relações trabalhistas, limitar a ação sindical e estabelecer a negociação por empresa; criar um Estado barato para o capital, eliminando direitos sociais; desenvolver o ajuste macroeconômico iniciado pelo Real). Neste contexto, a *abertura radical da economia funciona como pressão "objetiva" para tomar a implantação global do projeto neoliberal um imperativo inadiável*.

8. A eleição de FHC cumpre um objetivo estratégico dentro deste quadro, a de *superar a ausência de uma direção política estável e legitimada* para impulsionar o projeto neoliberal. Mas não elimina automaticamente a resistência social e a possibilidade de continuar a chocar-se com uma alternativa tendo como referência a CUT e o PT. *Isto ainda depende fundamentalmente da evolução que terão agora o PT e a CUT*. Evidentemente o resultado eleitoral, ao nos impor uma derrota no primeiro turno sem um confronto claro de projetos (e, portanto, sem uma preparação para a etapa que se abre agora), significou um importante enfraquecimento da nossa capacidade de representar uma alternativa de massas ao neoliberalismo. Mas, do mesmo modo que não podemos subestimar o alcance desta derrota, não podemos igualmente subestimar os conflitos sociais e políticos que a sociedade brasileira tem pela frente.

Os critérios para a avaliação do governo FHC são claros: quais as forças sociais que o sustentam e qual o programa que orienta sua atuação.

FHC ladeado pelos seus futuros ministros da economia e do planejamento



9. O Plano Real atravessa hoje uma fase de turbulências com uma inflação ascendente. A curto prazo, podemos supor duas situações básicas daí decorrentes. Uma primeira é a manutenção de um relativo controle das taxas de inflação até o início de 1995 quando, então, a ação de uma série de fatores (como a maior entrada de produtos importados, o desaquecimento sazonal da economia e a própria posse de FHC) auxiliem a conter a elevação dos preços. Uma segunda situação é um rápido descontrole sobre os preços e a decisão de conter sua subida através de uma dolarização plena, como já estão defendendo setores da equipe econômica. Esta iniciativa, que poderia a curto prazo se apoiar nas fortes reservas cambiais do país, provocaria uma perda de autonomia sem precedentes no pós-guerra.

Vale lembrar que, em qualquer situação, se o governo consolidar a estabilização, a economia brasileira tenderá a dispor de um potencial expansivo muito grande, mesmo que em condições que impliquem no sucateamento de certos ramos industriais (que poderá ser maior ou menor) e um grande aumento das desigualdades sociais.

10. De qualquer maneira, vale lembrar acontecimentos na Argentina, sacudida pela crise social e econômica, como as revoltas e mobilizações populares, a retomada de um movimento sindical mais combativo e o surgimento de uma oposição (ainda que limitada) majoritária na região metropolitana de Buenos Aires, o que de alguma forma passa a questionar os rumos impostos ao país pela dupla Menen-Cavallo.

No caso brasileiro, um processo desta natureza terá repercussões maiores, não só pela complexidade do país, mas sobretudo pela existência de uma memória social de lutas e de uma organização política e sindical, que sofreu uma derrota muito importante, mas que não foi submetida pelo campo burguês.

11. A questão nacional, que até agora teve pouco destaque na disputa de rumos da sociedade brasileira, tende a ganhar um lugar central face ao governo FHC. A implementação do programa econômico do governo FHC, especialmente se vier a ser aprofundada a dolarização, aprofundará a subordinação da burguesia brasileira ao capital internacional, eliminando a autonomia relativa existente até agora. Isto terá consequências econômicas e sociais profundas: ampliará o desemprego, o subemprego, a segmentação do mercado de trabalho, a marginalização de setores sociais inteiros (todos os que não puderem se

integrar no mercado mais "moderno", internacionalizado e competitivo). Assim, a resistência a esse projeto terá uma clara componente nacional.

12. Haverá diversas disputas em torno de questões concretas, principalmente na:

* *questão da estabilização*, tema central da disputa política na sociedade brasileira, onde não podemos deixar de apresentar uma proposta alternativa, como já ficou evidente na campanha presidencial;

* *questão tributária*, onde a reforma fiscal é uma prioridade para o governo FHC e nossa bancada terá que se posicionar frente às propostas apresentadas. Neste momento, poderemos, se tivermos uma alternativa clara neste terreno, travar uma importante disputa;

* *questão social*, abarcando os temas da:
 - reforma do sistema de previdência social;
 - reorganização da legislação trabalhista e sindical;
 - geração de empregos;
 - política salarial, onde FHC recuou até mesmo da meta do salário mínimo de cem dólares, levantada por Itamar;
 - privatização das empresas estatais e defesa dos monopólios estabelecidos pela Constituição de 1988;
 - defesa dos serviços públicos, particularmente no combate à privatização crescente dos sistemas de educação e saúde e na reversão do seu sucateamento.

Nestes questões teremos um confronto com o governo FHC, que refletirão contraposições profundas de visões de sociedade. Logo, será necessário que o PT se posicione a partir de um projeto alternativo global, evitando uma definição puramente tática, ponto por ponto. Temos uma referência básica para nosso projeto: o Programa Lula 94. Naturalmente, muito precisa ser aprofundado, revisto e concretizado neste programa. Mas ele representa o acúmulo do partido até agora, fruto do trabalho coletivo de dezenas de grupos. Portanto, uma tarefa que está colocada para nós é a de desenvolver este programa, com ênfase nas questões citadas acima, que serão objeto de disputa imediata.

13. A questão decisiva é portanto a capacidade de o PT e a CUT se prepararem para uma nova etapa de conflitos. As lições da derrota que sofremos em 3 de outubro apontam em três sentidos.

O primeiro é que para confrontar o projeto neoliberal é preciso aprofundar a nossa alternativa programática, com destaque para questão econômica mas de modo nenhum exclusivamente centrado neste ponto.

O segundo é a urgência da reconstrução partidária, o fortalecimento de uma direção política com capacidade de resistir às pressões e à integração no horizonte posto pelo neoliberalismo.

A terceira é a revisão de uma estratégia que, efetivamente, foi reduzida a objetivos e meios institucionais, perdendo de vista a construção de um bloco social extra-parlamentar que, mais do que apoio, funcione como elemento central nas disputas institucionais.

Estas são questões que o partido tem pela frente no processo que se abre agora e vai até os próximos encontros, isto é, até meados de 1995. □



Trepante 1959 - Lygia Clark

A dura disputa gaúcha

RAUL PONT

As 12 mil bandeiras do PT e as mais de 60 mil bandeiras do Olívio vendidas apenas nos comitês de Porto Alegre ilustram o que foi o segundo turno das eleições no Rio Grande do Sul.

Durante meses a grande mídia gaúcha - leia-se a RBS (afilhada da Globo) que controla dezenas de emissoras de rádio e TV e o principal jornal do Estado, a Zero Hora - fez de tudo para convencer os gauchos que não haveria segundo turno. Tentou criar um favoritismo que não era real mas que pretendia induzir a aceitação de uma vitória no primeiro turno do ex-ministro da Previdência, do PMDB, Antônio Britto.

Essa tendenciosidade foi levada até a último minuto quando ainda mancheteavam com dados do Ibope, que a vitória do PMDB estava garantida pela vantagem de 7% de Britto sobre a soma dos demais concorrentes.

A ida para o segundo turno

Abertas as urnas o quadro era diverso. Com 1.560 mil votos, a chapa da Frente Brasil Popular ia ao segundo turno e se consolidava como alternativa concreta de governar. Celso Bernardi, da aliança PPR-PTL, e Sereno Chaise do PDT, apesar da histórica tradição de força de seus partidos, não ultrapassaram, respectivamente, 7% e 4,5% dos votos.

Doze anos após a primeira disputa eleitoral o PT - que

naquela oportunidade, coincidentemente, com Olívio Dutra, fez 1,8% dos votos, numa eleição marcada pelo casuísmo do voto vinculado - alça-se como alternativa de governo atingindo 28% da preferência eleitoral, hegemonizando a Frente Popular composta por mais seis partidos de esquerda (PSB, PC do B, PPS, PSTU, PCB e PV).

A coligação PMDB-PSDB e PL venceu o primeiro turno com 39,8%, culminando num processo de polarização que acompanhou toda a campanha em sua primeira fase.

Alicerçado na Frente Popular e em seu desempenho como prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra tinha também como trunfo a prestígio de Lula que no Rio Grande venceu o pleito presidencial.

A política de aliança da Frente também esteve coerente com as decisões nacionais e levou ao limite a tentativa de atrair o PSDB para o campo democrático popular. Soube também manter um diálogo permanente com PTB e o PDT apesar deste ter candidato próprio ao governo e a presidente.

Mesmo assim, sofremos o fogo da bargagem da imprensa tentando criar cisões entre "radicais" e "moderados" e, principalmente, no episódio Bisol onde fizeram coro com o massacre pessoal e moral do senador Bisol pela grande mídia nacional.

Trataram, no entanto, com amaior indulgência as alianças de Britto com o PL, seu absoluto oportunismo e contradição em não respeitar a convenção do PMDB e só assumir a candidatura de FHC quando esta assumiu o favoritismo das pesquisas.

Estes fatos sempre foram aplaudidos pela mídia e com a mesma cumplicidade silenciados quando logo após o encontro de Britto com FHC, estourou o escândalo "parabólico" das inconfidências do ministro Rícuperio.

A Frente Popular, ao contrário, além do pequeno espaço de rádio e TV, no primeiro turno, viveu toda a campanha sob o cerco das versões dos fatos ocorridos. Foi assim com as denúncias sobre a corrupção na Previdência, a sonegação de informações sobre a administração de Porto Alegre, edições que circulavam na capital e que eram distintas das que iam para o interior, sem falar na escrachada tendenciosidade dos comunicadores e colunistas que, com honrosas exceções, utilizaram seus espaços em benefício da candidatura do PMDB.

Isso chegou ao cúmulo e a flagrante contradição no dia dos comícios de encerramento de campanha. O jornal da RBS - Zero Hora - publicou os dados dos locais dos comícios afirmando que o da Frente Popular teria mais que o dobro do espaço do Largo Glênio Peres, usado pelo Movimento Rio Grande Unido e Forte de Britto. Não conseguiram lotar completamente o Largo enquanto o da Frente Popular transbordou para as duas ruas que margeiam o Largo da Epatur. A versão do dia seguinte para o Rio Grande e o mundo: "empate nos comícios".

Ampliação no segundo turno

O primeiro turno registrou um crescimento sensível da Frente Popular nas eleições proporcionais, onde o PT conquistou sete cadeiras na Câmara Federal e mais seis cadeiras na Assembleia Legislativa, o PSB elegeu 3 deputados estaduais e o PC do B, uma deputado estadual.

Nas eleições majoritárias ao senado, a Frente Popular não conseguiu nenhuma das duas vagas, mas alcançando expressiva votação, principalmente na capital e grande Porto Alegre onde confirmou sua hegemonia política liderando a votação ao senado.

O realinhamento de forças no segundo turno levou a que a direção do PTB mantivesse uma pragmática neutralidade que não esconde a preferência de seus principais dirigentes e a maioria dos deputados estaduais e prefeitos a favor de Britto.

O mesmo ocorreu com o PPR, PFL e PRN cuja posição de liberar seus filiados não ocultava a posição de seus quadros históricos em favor de Britto, inclusive, aparecendo na TV o apoio do candidato do PPR ao governo, deputado federal Celso Bernardi.

A Frente Popular conseguiu a recomendação de voto do PDT em Olívio Dutra e o apoio decidido da ampla maioria das bases trabalhistas do Rio Grande, do PDT e do PTB, que ainda conservam vínculos históricos com o trabalhismo. Apesar de ausente no comício de encerramento, Leonel Brizola declarou seu apoio formal a Olívio Dutra e a direção estadual sob orientação de Sereno Chaise manteve comportamento coerente, solidificando uma relação com as bases trabalhistas no Rio Grande que poderá ter consequências positivas futuras.

O grande desafio era como ampliar o leque de alianças e superar uma diferença de mais de 600 mil votos de vantagem de Britto sobre Olívio no primeiro turno.

Estratégia ofensiva

A campanha da Frente Popular superou-se. Uma grande ofensiva no interior, a capacidade de dialogar com outros setores e ampliar a vantagem na capital compunham uma estratégia que poderia alcançar uma consagrada vitória.

O esforço foi realizado, o Partido e a Frente Popular portaram-se a altura e o espaço aberto junto as bases do PDT e do PTB no interior foi marcante.

O crescimento da campanha era visível. As bandeiras tomaram as ruas. As vindas de Lula transformavam caminhadas nas cidades do interior em grandes passeatas.

Porto Alegre foi a vanguarda das grandes manifestações que a cada sexta-feira cobriam o centro da capital com as cores da Frente Popular.

Crescemos o dobro da candidatura de Britto no segundo turno, novecentos mil votos! Mas prevaleceu o poder econômico, a manipulação e a sonegação dos noticiários e o conservadorismo em grandes regiões de pequenos municípios.

Nos últimos dias, mesmo o Ibope e a Data Folha apontavam para um empate técnico e um cruzamento das curvas de tendência do comportamento do eleitorado.

O rumo certo

A derrota da Frente Popular por 220 mil votos certamente será dura para os milhares que viram nascer a esperança de um governo fundado na participação popular e na democratização do Estado. Mas não poderá obscurecer a reafirmação de Frente Popular em Porto Alegre e na região metropolitana onde consolidamos uma vitória na quase totalidade dos municípios, bem como em seis dos dez maiores colégios eleitorais do Estado.

O PMDB e seus aliados PL, PPR, PFL e PRN no segundo turno tiveram que garantir a vitória exatamente naquelas regiões que o PMDB sempre apresentava como os "grotões" da ARENA nos anos 70, os mais de 300 municípios com menos de 15 mil eleitores que garantiram a Britto uma vantagem de mais de 300 mil votos.

A Frente Popular no Rio Grande sai fortalecida desse embate como uma segunda força política no Rio Grande e com o reconhecimento e a capacidade de diálogo com amplos setores ligados a pequena produção do campo e da cidade na ampliação do projeto democrático-popular.

A derrota serviu também para evidenciar as debilidades orgânicas e materiais do PT e da Frente Popular bem como a necessidade de aprofundarmos nossa relação política com a pequena e média produção urbana e rural. Nosso esforço foi insuficiente mas aponta no rumo certo que Olívio e a Frente reafirmaram durante toda a campanha: a unidade do campo democrático e popular é a unidade dos trabalhadores e dos pequenos e médios produtores do campo e da cidade.

Desejamos que o aniversário dos 15 anos de vida do PT em fevereiro de 1995 nos encontre na superação dessas debilidades e na retomada da organização partidária sobre a sólida base dos movimentos sociais que ajudamos a impulsionar. □

Raul Pont é membro do DN do PT e vice-prefeito de Porto Alegre.

A Frente Popular sai fortalecida deste embate, como a segunda força política no Rio Grande do Sul.



Impossível 1945 - Maria Martins

Vitória em Brasília

ANTONIO CARLOS QUEIROZ

Por que é que o PT, ou melhor, a Frente Brasília Popular, integrada pelo PT, PCdoB, PPS, PSB, PSTU e PCB, conseguiu eleger o professor Cristóvam Buarque para governar o Distrito Federal?

A principal explicação, propagandeada tanto pelo presidente da CUT, José Lucimar Zunga de Lima, como pelos correligionários do outro candidato, o senador Valmir Campelo, do PTB, é que Cristóvam foi apoiado pela máquina dos 34 sindicatos filiados à CUT, com quase 300 mil trabalhadores. Desde o primeiro turno, os valmiristas diziam que a Frente Brasília Popular queria instalar em Brasília uma "república sindical".

Polarização com Valmir e Roriz

O governador Joaquim Roriz, padrinho político de Valmir, acha que a derrota se deve ao fato de os valmiristas não terem sabido atrair a candidata do PSDB, Maria de Lourdes Abadia, derrotada no primeiro turno. Roriz lamenta ter feito justamente o contrário, isto é, "ter batido" em Abadia. De fato, durante um comício, sem saber que o microfone estava aberto, o governador chegou a xingá-la de "piranha", irritado por Abadia dividir os eleitores governistas. Foi um desastre publicitário, amplamente divulgado pelos jornais.

Já o diretor do instituto de pesquisa Soma, Ricardo Penna, listou dez razões para a vitória de Cristóvam. Entre elas, as seguintes:

- Roriz "não conseguiu convencer os brasilienses de que o Programa de Assentamentos é um projeto social importante para as famílias de baixa renda". (Esse programa, base de sustentação política de Roriz, atraiu milhares de famílias de todo o Brasil para o Distrito Federal, agravando o problema do desemprego e sobrecarregando a rede de serviços públicos da cidade);

- Cristóvam "conseguiu entrar nos assentamentos e buscar votos entre os eleitores de baixa renda e escolaridade";

- "A campanha de Valmir ficou perplexa com os resultados no primeiro turno e deixou um vácuo que foi ocupado pelo PT";

- "O professor Cristóvam ganhou porque seu perfil não é petista e gerou pouca rejeição";

- Cristóvam "fez uma campanha com poucos ataques e acusações aos adversários";

- Cristóvam "evitou confrontos com FHC e o Plano Real".

Postura face a FHC e o Real

As primeiras razões têm sua validade, mas não as três últimas listadas por Ricardo Penna. Não é verdade que Cristóvam tenha feito poucos ataques e acusações a Valmir. A campanha cresceu, já no primeiro turno, justamente quando o senador foi acusado, por exemplo, de ter votado a favor da pena de morte na Constituinte e de ter "lambido as botas dos militares" na época em que foi administrador de cidades-satélites.

Também não é válido dizer que Cristóvam ganhou porque evitou ataques a FHC e ao Plano Real. Se fosse assim, o deputado federal Chico Vigilante, que reiteradamente atacou o Real, não teria sido reeleito com o maior número de votos no Distrito Federal, mais de 50 mil. Em São Paulo, este número corresponderia, proporcionalmente, a mais de um milhão e duzentos mil votos!

É falsa, finalmente, a tese segundo a qual Cristóvam ganhou porque "seu perfil não é de petista e gerou pouca rejeição". De fato, o professor não tem aquele perfil de petista

"xiíta", estereotipado pela grande imprensa. Mas isto não explica nada. Se explicasse, ele teria tido dificuldades por causa da sua vice, a médica Arlete Sampaio, da tendência *O Trabalho*, esta sim, considerada radical. E o professor Lauro Campos, também considerado "xiíta" por essa imprensa, não teria sido eleito senador com 352 mil votos, apenas 41 mil a menos do que os atribuídos a Valmir Campelo no segundo turno. Campos, um economista marxista, pretende defender no Senado, entre outras bandeiras, que o Brasil se empenhe pela extinção do Fundo Monetário Internacional!

Pode-se acrescentar aos motivos da vitória mencionados acima, os seguintes mais:

- O professor Cristóvam Buarque venceu porque falharam todos os esquemas de aliciamento e corrupção montados pelo governador Joaquim Roriz e pelo presidente do PTB, o banqueiro José Eduardo de Andrade Vieira. Entre outras artimanhas, desbaratadas a tempo, Andrade Vieira financiou a vinda para Brasília de 241 baderneiros da *Força Sindical*, contratados em Volta Redonda (RJ) para tumultuar as eleições e a apuração dos votos.

- Buarque venceu porque foi apoiado no primeiro turno por uma ampla frente de esquerda, construída apesar da resistência de alguns dirigentes sectários do PT.

- Venceu porque a Frente Brasília Popular formulou um programa de governo nítido, apontando soluções claras para os principais problemas do Distrito Federal: desemprego, saúde, educação e segurança.

- Ganhou porque, no primeiro turno, atacou de frente, sem tergiversações, as duas candidaturas oficiais, a principal, de Valmir Campelo, e a secundária, de Maria de Lourdes Abadia. Além disso, soube explorar as contradições entre essas duas candidaturas, atraindo Abadia no segundo turno.

- Cristóvam ganhou também porque ampliou a frente partidária que o sustentou. No segundo turno, recebeu a adesão do PDT, do PSDB e do PMN, além de apoios isolados de políticos de outros partidos, inclusive do PPR.

Bandeiras vermelhas

Há, certamente, outras razões para a vitória, mas o mais importante é que tudo isto foi feito sem que os princípios da Frente Brasília Popular fossem descaracterizados, ao contrário do que aconteceu no Espírito Santo, onde o candidato do PT, Victor Buaiz, chegou a esconder a estrela do PT, supostamente para não assustar o eleitorado. Em Brasília, contra o amarelo de Valmir Campelo, prevaleceu o vermelho das bandeiras do PT e dos demais partidos de esquerda.

Mas atenção, o governador eleito do Distrito Federal não deve ser idealizado. Ele não é um homem de esquerda, digamos, ortodoxo. Ao contrário, é muito heterodoxo. Tem até um lado "Roberto Freire", de quem aliás é grande amigo, um jeito conciliador, embora não tenha perdido, como o presidente do PPS, a chama da "utopia".

Dele não se deve esperar, por exemplo, discursos de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso. "Não entra na minha cabeça a idéia de oposição ou situação. Eu sou governador do Distrito Federal e vou representar os interesses do povo com toda a dignidade que isso exige", afirmou ele logo após a confirmação da vitória. Durante a campanha, para combater a idéia de Valmir Campelo de que o governador do DF precisa ter trânsito com o presidente da República, por conta da dependência orçamentária de Brasília com a União, Cristóvam reiterou que FHC não seria mesquinho a ponto de "perseguir" um governador que vai representar dois milhões de pessoas.

No debate nacional no interior do PT, Cristóvam não teve um alinhamento mais definido com quaisquer das tendências. Sofisticado, respondeu numa entrevista a Bóris Casoy não temer os "radicais" do PT. Os radicais, isto é, aqueles que defendem seus princípios com firmeza, ele considera importantes para fazer avançar as lutas. Nocivos, diz ele, são os "sectários", embora considere que esses estejam em vias de extinção! □

Antônio Carlos Queiroz é jornalista.



Hans Harp

Em Brasília, contra as bandeiras amarelas de Valmir Campelo, prevaleceu o vermelho das bandeiras do PT e demais partidos de esquerda.

Quem diria, junto com Maluf...

CARLOS HENRIQUE ÁRABE E ÍTALO CARDOSO

Em Encontro Extraordinário no dia 23 de outubro, o PT em São Paulo decidiu, por 512 votos a favor e 396 contra, indicar o voto em Covas no 2º turno e, ao mesmo tempo, que "nenhum petista participará de um eventual governo PSDB/PFL".

No momento em que o PT decidia este apoio, o PSDB negociava com Paulo Maluf - que alguns dias depois formalizaria o apoio, em reunião com FHC. Buscava também relações com o atual governador Fleury: Covas o considera "um apoio valioso" (FSP, 24.10.94).

A decisão da maioria petista é um grave erro: reforça no principal estado do país a legitimidade do projeto neoliberal, hegemônico pelo PSDB a nível nacional. E reforça, dentro do PT, o setor mais alinhado ao PSDB. Mostra que o partido não está preparado para enfrentar o novo quadro político do país. Esta decisão só não ganha maior impacto negativo porque quase metade do partido opôs-se a ela.

O debate no Encontro

Mesmo precedido de várias intervenções na imprensa de dirigentes ou figuras públicas do partido, incluindo Lula, todos a favor de apoiar Covas, o Encontro foi um momento real de debate. Os defensores do apoio a Covas obtiveram a maioria dos votos, mas tiveram muitas dificuldades no debate interno.

A maioria representou uma composição entre as correntes *Projeto para o Brasil, Articulação-Unidade na Luta* e uma parte da *Articulação de Esquerda* (tendo à frente Rui Falcão e Davi Capistrano). Unificaram-se na proposta apresentada por este setor da *Articulação de Esquerda*.

O texto aprovado é, talvez, um dos maiores exemplos de "contorcionismo político":

- começa definindo a necessidade de opor-se ao governo FHC;
- assegura ter profundas diferenças programáticas com os dois candidatos do segundo turno paulista (embora não diga quais são as que nos separam de Covas);
- ressalta as sete condições apresentados na reunião com o PSDB, que representam uma denúncia de aspectos do programa real da aliança PSDB-PFL e não uma razão para induzir os que votaram no PT a confiar no PSDB;
- para concluir... pedindo voto para Covas.

As defesas em plenário em favor do apoio a Covas foram, no geral, piores do que o texto da resolução vencedora. Algumas destacaram a possibilidade de criar conflitos dentro do novo bloco dominante... Outras destacaram a necessidade de declarar-se desde já como oposição, mas de forma propositiva... Uma intervenção, a do deputado Eduardo Jorge, foi especialmente destinada a atacar a posição do Conselho Deliberativo Estadual do PT-RS que defendia que não se apoiasse qualquer dos candidatos do 2º turno de SP. Efetivamente, para quem sempre defendeu um acordo estratégico com o PSDB, Olívio Dutra no 2º turno atrapalha...

A oposição reuniu a maior parte da *Opção de Esquerda* (DS, um setor da *Articulação de Esquerda*, tendo à frente Zica, deputado federal, e Valter Pomar, da Executiva do PT-SP, *Fórum do Interior, Vertente Socialista*), as posições em torno ao *Na Luta PT* e ainda grupos de delegados críticos ao apoio a Covas. Unificaram-se na proposta apresentada pela maioria da *Opção de Esquerda*, que sustentava como política para o partido a oposição ao governo de qualquer dos candidatos do 2º turno e portanto negando apoio a qualquer candidato, e destacava que uma eventual vitória de Covas "reforçará...o projeto neoliberal expresso na candidatura FHC, cujo governo e coalizão conservadores serão os principais inimigos do PT e demais forças democráticas e populares no próximo período".

Custos políticos

A efetivação da política aprovada no Encontro Extraordinário confirma o que os debates alertaram: o PT apresenta-se de forma subordinada, o apoio expresso por lideranças partidárias acaba sendo incondicional e a postura de oposição a FHC e ao

próprio Covas ou desaparece ou fica em segundo plano. Ao mesmo tempo, a candidatura Covas, como era de se esperar, faz do alinhamento ao governo FHC a sua principal bandeira.

Do ponto de vista interno o Encontro Extraordinário reabre um período de debates e disputas. Os problemas de direção, que se expressaram no decorrer da campanha eleitoral do Lula com o esvaziamento da direção partidária e a incapacidade de conduzir a campanha de acordo com as resoluções dos encontros partidários, foram agravados com a perda de unidade, numa questão muito importante, da Opção de Esquerda.

Por que escolher o menos pior ?

Este debate sobre posição do partido no segundo turno deve lembrar o que ocorreu em 1990. Em São Paulo, com Fleury e Maluf no 2º turno, o PT aprovou: Voto nulo ou branco. À época, o candidato derrotado do PT, Plínio de Arruda Sampaio (que pela sua trajetória política não pode ser considerado "esquerdistas" ou "sectário") logo anunciou: Nem um nem outro. Em 1990 alguns argumentavam que para barrar Maluf, o PT devia chamar o voto em Fleury.

A lógica de escolher o "menos pior" não encontra nenhuma sustentação séria. A ironia da resolução do PT em 1994 é que

se chama a votar em Covas que está junto desde o 1º turno com o PFL de Antonio Cabrera e agora no 2º turno recebe o "reforço" do próprio Maluf - antigo inimigo nº 1 da democracia.

A lógica do menos pior levou inclusive que a maioria dos companheiros do DR do PT no Maranhão escolhessem entre Roseana Sarney (PFL) e Eptácio Cafeteira (PPR). E escolheram Cafeteira! Aliar-se a um direitista de carteirinha, fisiológico, ligado ao bandidismo, para derrotar a oligarquia Sarney! Escolher o menos pior leva a um beco sem saída. O PT perde suas referências políticas, aquelas que o tornaram singular na política brasileira. Certamente uma marca que o fez crescer.

A difícil situação do PT

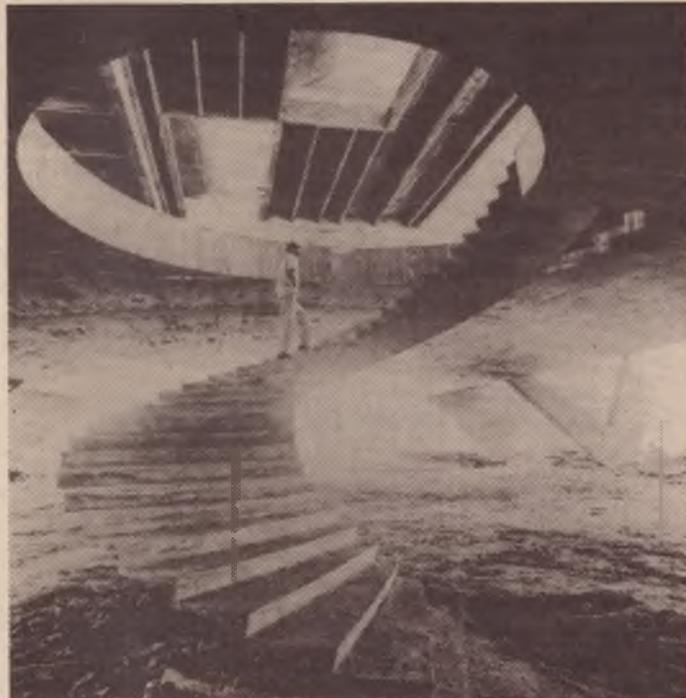
Um argumento que merece ser respondido é o que diz que "o povo não entenderia a opção do PT pelo voto nulo". Ainda mais, complementam, porque Covas apoiou Lula no 2º turno em 1989.

Este argumento se sustenta na frágil democracia brasileira, onde os processos eleitorais não são entendidos pela maioria da população como disputa de projetos políticos, desenhados por alianças partidárias. O que as campanhas salientam é a disputa entre candidatos, reforçando que fulano se eleito vai fazer tal coisa e beltrano outra coisa. Ou no caso analisado, uma troca de apoios (favores) entre candidatos.

O PT não pode validar a idéia que a democracia que conquistamos até agora é um processo encerrado. O PT precisa insistir na luta democrática, valorizar práticas partidárias, programas políticos. Ou seja, o PT precisa continuar a valorizar a diferença e não se imiscuir em campanhas de 2º turno onde a clareza política sucumbe a arranjos eleitoreiros. Aos olhos do eleitorado a aliança conservadora (PSDB-PFL) e o apoio do PPR, demarcando mais claramente os propósitos da candidatura Covas, é nublada quando se associa a imagem do Covas democrático com o PT, este sim de esquerda.

Deste modo, o apoio do PT a Covas o absolve das alianças conservadoras, em torno a um programa de modernização neoliberal. Teríamos toda a legitimidade para dizer: Nem Rossi, nem Covas. □

A decisão da maioria do encontro de São Paulo é um grave erro, mostrando que o PT não está preparado para enfrentar o novo quadro político.



Aertens Michel

Enquanto o PT chama o voto em Covas, este ganha agora o reforço de Maluf, antigo inimigo nº1 da democracia.

Retratos do neoliberalismo

ANTONIO MARTINS

As importações de automóveis deverão atingir em 1995, 490 mil veículos, quatro vezes mais que 1994.

1 Salão do Automóvel, 19 de outubro: Os *outdoors* de São Paulo convidam para a grande feira, "em que você pode passar a mão nos modelos". A grande imprensa de todo o país preocupa-se com o presidente Itamar Franco, que fez galanteios a uma das moças contratadas pela indústria para "decorar" os *stands* da exposição. O Salão tem no entanto uma programação paralela, composta de palestras onde se reúnem representantes do governo e das multinacionais que controlam o setor. Numa delas está presente Luiz Adelar Scheuer, presidente do cartel das montadoras, a Anfavea. Neoliberal de carteirinha, participante destacado dos esquemas de corrupção montados no governo Collor por PC Farias, Scheuer, no entanto, confessa que está assustado com a abertura ainda maior às importações que o ministro Ciro Gomes decretou algumas semanas antes: "Se não tivermos uma política industrial, o próximo Salão pode não ser da indústria, diz ele.

Atraídos pela redução do imposto de importação sobre carros (de 35% para 20%) e pela desvalorização do dólar, que barateia os preços externos, os principais executivos das montadoras anunciaram dias antes uma autêntica corrida para substituir a produção interna pelas compras das matrizes. Miguel Barone, da Volkswagen, prometeu transformar a empresa "na maior importadora de automóveis do Brasil". A *Gazeta Mercantil* prevê que 490 mil veículos importados poderão ser vendidos em 1995 - cerca de *quatro vezes mais* que neste ano. E lembra que a capacidade ociosa da indústria automobilística em todo o mundo anda por volta de 10 milhões de veículos ao ano, sete vezes a produção brasileira.

2. Vale do Rio Sinos, 30 de outubro. A Associação Brasileira da Indústria de Calçados revela que 58 fábricas do setor fecharam as portas desde o início do ano, só no pólo fabril localizado no Vale, região metropolitana de Porto Alegre. Em todo o país, foram

eliminados 10 mil empregos, dos 78 mil que havia até 1993. Uma das causas é a concorrência dos empresários chineses, que pagam salários de 50 dólares mensais para adolescentes obrigados a jornadas de 14 horas. A outra é a política de abertura comercial, que pretende forçar a indústria brasileira a alcançar os "níveis internacionais de eficiência e produtividade". Lançada por Collor, ela foi mantida no governo Itamar e aprofundada com a redução de alíquotas de importação decretada por Ciro Gomes. Este mesmo Ciro, que revelou no dia 17, a uma platéia de empresários e banqueiros reunida pelo Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, que apenas antecipa os movimentos almejados pelo próximo governo. "Tenho autorização de Fernando Henrique Cardoso para dizer que nenhuma alíquota que foi re-

duzida voltará para cima", foram suas palavras.

3. São Paulo, 30 de outubro. O jornal *O Estado de São Paulo* abre manchete para informações obtidas junto a André Franco Montoro Filho sobre a política de privatizações de FHC. Comenta-se que "Montorinho", que presidiu desde o governo Collor a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, tem passaporte carimbado para permanecer na função

após 1 de janeiro. E tem planos. Só no primeiro ano de governo, sustenta, será possível entregar à iniciativa privada estatais avaliadas em *5 bilhões de dólares*. Entre elas estão a Light e a Ecelsa, e provavelmente a Vale do Rio Doce. As telecomunicações e o petróleo ficarão para um pouco mais tarde, pois o Congresso precisa de tempo para "flexibilizar" o monopólio estatal nos dois setores, assegurado pela Constituição.

A equipe econômica que Fernando Henrique instalou na Fazenda, comenta o *Estado*, enxerga na venda de estatais um movimento indispensável para garantir o equilíbrio do orçamento em 1995, sem o qual o Plano Real não se sustenta. Por isso, acrescenta o jornal, os técnicos chegam a comemorar o fato de Itamar não ter conseguido, ou não ter se empenhado, em vender as empresas este ano. Sobra mais para entregar no próximo governo...

4. São José dos Campos, 28 de outubro. Chega à Embraer a informação de que o chefe das privatizações, Montorinho, pretende leiloar a empresa já em 7 de dezembro. O preço mínimo é baixíssimo (com RS 152 milhões adquire-se o controle acionário), e por isso a venda pode ser feita já. Nas circunstâncias que marcam a operação está inscrito, porém, o caráter da política de privatizações.

Construída pelo Estado brasileiro com investimentos de *alguns bilhões* de dólares, a Embraer é a principal empresa aeronáutica do Terceiro Mundo, e uma das quatro ou cinco companhias que controlam a produção de aviões para rotas regionais. Chegou a liderar o segmento nos Estados Unidos. Foi atingida há anos pela crise internacional da aviação, que tem obrigado a Boeing e a Douglas, gigantes da fabricação de aviões, a demitir *dezenas de milhares* de trabalhadores, e levou à falência empresas aéreas legendárias, como a Pan-Am.

Como resistiu, a Embraer será entregue. Ao fazer o anúncio do leilão, Montorinho apressou-se em frisar que ele seguirá à risca o receituário neoliberal: antes de vender a empresa por RS 152 mi a União promoveu um *saneamento financeiro* que lhe custou RS 900 milhões.

5. Brasília, 19 de outubro. O ministro do planejamento, Beni Veras, e o coordenador de programa de governo de FHC, Paulo Renato Souza, dirigem a primeira reunião do grupo que fará a "transição" entre os dois governos. Entra em pauta o orçamento da União para 95, visto como principal foco de problemas.

Há sério risco do Orçamento estar "desequilibrado". Do lado das receitas, tudo bem para Fernando Henrique. Assim como nos dois últimos anos, está previsto fortíssimo arrocho dos investimentos do Estado em infra-estrutura e das despesas com educação, saúde e previdência: é dos mais pobres que a União tira os cerca de 10 bilhões de dólares que transfere, todos os anos, para os aplicadores na "ciranda financeira".

O problema está do lado da arrecadação. No orçamento redigido pela equipe de Fernando Henrique, sabe-se hoje que 9 bilhões de dólares, aproximadamente, são a chamada "receita manca", que ninguém sabe se será possível de fato arrecadar.

Paulo Renato e Beni Veras sabem que é tarde demais para enviar outro orçamento ao Congresso. Mas concordam: para fazer frente às falsas previsões, e preservar o rendimento dos especuladores, será preciso fazer muitas emendas, ampliar a venda de estatais e cobrar novos sacrifícios do povo.

6. Palácio do Planalto, 1 de novembro. O ministro Ciro Gomes anuncia, ao final de uma reunião com o presidente Itamar Franco, a "boa nova" que deverá aplacar a gritaria dos exportadores. Irritados com o pacote de medidas que o governo adotou dias antes, para restringir o crédito e limitar o financiamento externo às exportações, eles alardearam que a recessão viria em breve - o que é um evidente exagero. Ciro presenteia-os, então, com uma espécie de *cala-boca*: o governo decreta, através de Medida Provisória, que o Tesouro passará a devolver cada centavo das contribuições das empresas exportadoras ao Cofins e ao PIS/Pasep.

Através de um único golpe de caneta, a União transfere mais *450 milhões de dólares* ao ano para o setor privado, já premiado pelos juros da ciranda financeira, por renúncias fiscais incontá-

POSE PARA FOTO OFICIAL



veis, por empréstimos hiper-subsidiados. Ao deixar o Palácio, porém, Ciro é incomodado pela pergunta de um repórter: o governo aceitará o salário-mínimo de 100 reais, que o deputado Paulo Paim (PT-RS) propôs, e a Comissão de Trabalho da Câmara aprovou em 20/10? O ministro responde no ato: "É totalmente impossível. A Previdência não suportaria a despesa extra"...

Nesse mesmo dia, o Dieese e o Procon revelaram que o custo da cesta básica subiu 8,56% em outubro, pulando para R\$ 108,25. Só para comprá-la, quem ganha o mínimo precisaria trabalhar 46 dias a cada mês.

7. Avenida Paulista, 18 de outubro. A Fiesp promove o seminário "A Reengenharia do Estado Brasileiro". O professor José Pastore, um dos palestristas, mostra-se alarmado com os custos da mão-de-obra no país, e adverte: se inúmeros direitos sociais não forem extirpados da Constituição, e submetidos à negociação, através dos contratos coletivos de trabalho, as empresas brasileiras não serão bem-sucedidas na corrida rumo à "globalização" da economia.

Para que não restem dúvidas sobre a profundidade das mudanças que almeja, Pastore enaltece o sistema de férias em vigor nos Estados Unidos, que começa com nove dias no primeiro ano de trabalho e aumenta um dia a cada ano. Também sugere a adoção de um "sistema de remuneração flexível", onde apenas uma parcela dos salários estaria assegurada ao fim de cada mês - a outra dependeria da velocidade na produção.

8. São Paulo, 19 de outubro. O deputado Delfim Netto, insuspeito de pregar ou praticar o distributivismo, alarma-se com a velocidade em que os aplicadores estrangeiros e os exportadores brasileiros multiplicam fortunas - sem ampliar a capacidade produtiva do país - servindo-se das políticas de juros e câmbio inauguradas com o Plano Real.

Delfim calcula, em artigo para a **Folha de S.Paulo**: cada milhão de dólares que entrou no Brasil em 1 de julho rendeu **US\$ 400 mil**, em apenas três meses e meio. Primeiro, graças às taxas de juros estratosféricas pagas pelo Estado. Segundo, devido à "valorização" do Real, que permite comprar mais dólares, no momento da repatriação do capital. Nos EUA, ganhos iguais só seriam possíveis ao longo de **cinco anos**; no Brasil, explica o deputado, os resultados serão a sangria do Tesouro e riscos cada vez maiores de desindustrialização, devido ao barateamento dos produtos importados.

Enquanto isso, os exportadores continuam fazendo a festa. Tomou-se corriqueiro obter empréstimos lastreados em moeda estrangeira, a juros baratos, para financiar exportações fictícias, e aplicar o dinheiro na "ciranda". No dia 27, o ministro interino da Indústria e Comércio, Afilton Barcelos Fernandes, revelará que a diferença entre as exportações contratadas e as reais ultrapassa os 4 bilhões de dólares, no ano.

9. Sede do Banco Central, 17 de outubro. O governo começa a compreender que não será possível sustentar a política cambial por muito tempo. Os exportadores e os aplicadores estrangeiros continuam trazendo volumes assombrosos de dólares, para multiplicar em pouco tempo. Abundante como nunca, o dólar ameaça despencar abaixo de R\$0,80. O próprio Banco Central reconhece os riscos para a produção interna. Compra 1 bilhão de dólares, e comprará mais **US\$ 1 bi** no dia 18, para manter as cotações numa "faixa de segurança" que vai de R\$ 0,84 a R\$ 0,86.

Os dólares comprados, no entanto, são pagos em moeda, e obrigam o governo a enormes emissões - de reais ou de títulos da dívida interna. Em 19 de outubro o diretor de Política Monetária do Banco Central reconhece (e os jornais escondem) que o governo, a rigor, já age na ilegalidade: a Medida Provisória que criou o Real permitia emitir no máximo R\$ 10,2 bilhões até dezembro, e já há, setenta dias antes, R\$ 12 bi em circulação. A FIPE mostra que a inflação aumenta a cada semana, e poderá romper a barreira dos 3% no fim do mês.

Sob risco de erosão rápida do Real, o governo decretará, nos dias 19 e 20, um conjunto de medidas para refrear um pouco os empréstimos aos exportadores. O prazo cai de 180 para 90 dias, mas há numerosas exceções.

10. Brasília, 20 de outubro. O pacote para salvar o "Real" atinge os exportadores e especuladores parcialmente, mas recai com dureza sobre os consumidores que compram a prazo. As linhas de financiamento que abastecem o comércio são limitadas a três meses, e encarecidas pela criação de um "depósito compulsório" feito pelo bancos mas transferido, evidentemente, aos consumidores. Proíbem-se consórcios de automóveis com

prazo superior a doze meses, e todos os consórcios de eletroeletrônicos. O ministro Ciro Gomes diz que, se necessário, levará as taxas de juros a patamares maiores - "às alturas", são suas palavras. Os jornais opinam que os pobres que sonhavam com uma televisão no Natal devem contentar-se com uma roupinha, ou um par de sapatos.

11. Avenida Paulista, 30 de outubro. Depois de ouvir o Conselho da entidade, o presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, soma-se ao coro de vozes empresariais que criticam o pacote de 19 e 20 de outubro. Um dia depois, Alcides Tápias, da Federação dos Banqueiros, já afirmara que o depósito compulsório sobre empréstimos poderia "tirar a credibilidade do governo". Em seguida foi a vez de Abran Szajman, da Federação do Comércio de São Paulo, dizer que as restrições ao crédito "retomam o caminho do artificialismo e do intervencionismo". Agora, Moreira Ferreira fustiga Ciro Gomes: "A Fiesp apóia o plano de estabilização; não apóia ministros".

O rol de descontentes reúne, como se vê, pesos pesados do empresariado e surge, desde cedo, como um problema para os planos de Fernando Henrique. Para as classes dominantes, cada medida favorável do governo deve ser usada para acumular mais força e arrancar em seguida novas vantagens.

12. Brasília, 25 de outubro. Pouco a pouco começam a surgir sinais de que na base de sustentação política de Fernando Henrique há rangidos de dentes, além de tapinhas nas costas.

O presidente da Câmara, o pefelista Inocêncio de Oliveira, soube que Fernando Henrique afirmou, em Moscou, há uma semana, que o PFL "saiu muito enfraquecido" das eleições de outubro. Inocêncio convoca então a imprensa para anunciar que reunirá em sua casa, nos primeiros dias de novembro, representantes do PFL, PTB, PPR, PP e PL, para debater a possível formação de um bloco partidário sem o PSDB. "Não precisamos mendigar o apoio de ninguém", diz ele.

As declarações revelam um outro problema para FHC. O PFL rejeita os acenos do presidente eleito ao PMDB, cujo apoio no Congresso é essencial ao novo governo e seu projeto de reformas neoliberais. O PMDB está disposto a ajudar - com a exceção honrosa e por enquanto solitária do senador Roberto Requião. Mas o senador Jäder Barbalho, um dos líderes emergentes da legenda, faz questão de avisar, no dia 18, que "se apoiarmos, é para participar do governo, sim".

13. Ribeirão Preto, 1 de novembro. Ao longo do processo de transição rumo ao governo FHC, o PT e os demais partidos de esquerda têm chamado atenção... por sua ausência. O deputado Aloísio Mercadante, por exemplo - que gosta de se apresentar como "principal assessor econômico de Lula" - parece assistir em silêncio ao anúncio de um conjunto de medidas e de planos que confirmam e acentuam o caráter neoliberal do novo governo.

Menos discreto, o prefeito petista de Ribeirão Preto, Antonio Palocci, encontra uma maneira insólita de influir nos acontecimentos. Ele diz ao jornalista Gilberto Dimenstein, da **Folha de São Paulo**, que PT deve marchar para uma **aproximação** com Fernando Henrique e os governadores alinhados ao novo presidente, e que para isso o partido deve **desquitar-se** dos "radicais" que combatem o neoliberalismo. Na rica Ribeirão Preto, a gestão de Palocci caracteriza-se por privatizar até o sistema de esgotos. O brioso prefeito, que estará sem mandato a partir de 1997, sugere que o PT aceite cargos no governo Mário Covas...

Em São Paulo, poucos dias depois do PT decidir em encontro estadual, por uma maioria apertada, apoiar Covas no segundo turno, Maluf também inscreveu seu partido na larga lista de apoio. Incômoda companhia... (se já não bastassem as anteriores). □

Antonio Martins é jornalista.

Os planos de FHC apontam privatizações no valor de US\$ 5 bilhões no próximo ano.



Ao longo da transição para o governo FHC, o PT tem chamado a atenção... por sua ausência

Voltando à disputa de projetos

MIGUEL ROSSETTO

A disputa de projetos que anunciamos polarizaria as eleições de 3 de outubro não aconteceu como esperávamos. A "questão da estabilização econômica" substituiu o debate programático. Mas a vitória de FHC na eleição não legitimou automaticamente a aplicação do programa neoliberal ainda que lhe tenha conferido forças muito maiores para sua implementação. A "questão programática" continua em aberto.

Recentemente FHC anunciou três reformas prioritárias (trabalhista, previdenciária e tributária) que atingem interesses dos trabalhadores. Para tal, FHC conta com mais capacidade de iniciativa política que os que o precederam. Mas não podemos considerar que tenha resolvido já as principais contradições no bloco dominante. Mesmo o perfil dos parlamentares eleitos pelo centro e direita, numa primeira análise, mostra um reforço dos deputados "regionais" em detrimento de tradicionais quadros políticos, o que dificulta a hipótese de "rolo compressor" no Legislativo.

Frente a isso, o PT e a CUT terão o papel central no cenário político, se identificarem nessas três reformas um debate político que interessa à sociedade e que deve mobilizar à população em defesa dos seus direitos.

Real e relações de trabalho

A principal bandeira de FHC continuará sendo "salvar o real", em torno do qual reformas de orientação neoliberal serão apresentadas como de interesse de toda a nação e com caráter emergencial - leia o texto de Persio Arida, economista da equipe de FHC, no box abaixo.

Custo da mão-de-obra por hora na indústria

Em US\$. 1990. Fonte:

Anuário do Trabalhador 1993 - Dieese

Total	País	Total	País
Alemanha	21.30	Espanha	11.60
Suécia	20.93	Coréia	4.16
Itália	16.29	Taiwan	3.98
EUA	14.83	Hong Kong	3.20
Japão	12.84	Brasil	2.29

O grande mercado

"Devemos evitar a repetição de fórmulas gastas. Nada mais afastado da modernidade do que a seleção pelo Príncipe de ganhadores e perdedores, à luz do delírio onipotente do Grande Planejamento. A modernidade impõe a abertura comercial e financeira dos nossos mercados e um programa extensivo de desregulamentação que assegure a plena eficácia da concorrência na provisão de bens e serviços. Exige também que se conceda um impulso decisivo à privatização, inclusive da infra-estrutura, talvez o setor da economia mais carente de investimentos e no qual os desacertos e limitações da gestão pública têm-se demonstrado com clareza solar. Im-

põe também a redução do custo do trabalho e do capital, aspecto frequentemente negligenciado nas discussões de política econômica.

"Em uma economia aberta e desindexada, a redução nominal de custos tem um papel decisivo na manutenção do nível de emprego. Do ponto de vista do custo do trabalho, há que se caminhar para a **supressão dos monopólios de representação sindical** e patronal, para a desoneração dos encargos atrelados à folha de salários e em direção à flexibilização da legislação, inclusive no tocante à opção de conversão dos débitos trabalhistas em ações." Persio Arida, *Gazeta Mercantil*, 02/10/94. □

Assim, os chamados "custos do trabalho" (salários mais encargos) estariam ameaçando a "competitividade" do país. As estatísticas negam: o Brasil está muito longe dos países desenvolvidos e abaixo mesmo dos "tigres asiáticos".

O objetivo dos conservadores é a redução de direitos dos trabalhadores. A campanha contra os "altos" encargos sociais é a outra face do questionamento a direitos elementares: aposentadoria, licença maternidade, etc.

Suas propostas sobre organização sindical buscam retirar poder dos sindicatos e favorecer a relação direta empresa-trabalhadores (com o sindicato ficando de fora), seguindo a orientação das assessorias em "qualidade total".

Contrapondo projetos

A CUT tem suficiente acúmulo para enfrentar esse debate, além de autoridade, por ter sido fundada por setores que historicamente defenderam a liberdade de organização sindical e a contratação coletiva do trabalho.

Há setores sindicais que defendem a "unicidade sindical", o poder normativo da Justiça do Trabalho, etc. como forma de "resistência" às estratégias patronais.

O que está acontecendo é o contrário: a "unicidade" administrada pela Justiça do Trabalho tem servido para a criação de sindicatos paralelos pelegos na base da CUT e para impedir a criação de sindicatos cutistas na base dos sindicatos pelegos. Na Justiça do Trabalho entram anualmente um milhão e meio de processos que demoram em média 10 anos para serem julgados. Com toda a suposta "rigidez" do atual sistema, a indústria e setores de serviços batem todo ano recordes de produtividade sem que os sindicatos consigam sequer incidir sobre a reestruturação das empresas. Avançam diversas iniciativas tendentes a deslegitimar a "arma da greve" via a condenação de sindicatos a multas altíssimas por supostos danos provocados à comunidade pelas paralisações.

Colocada sua determinação de mudar esse quadro, duas questões têm sido da maior relevância na formulação da CUT:

- A superação do atual sistema não pode significar "zerar direitos", como querem os empresários. Devemos ter um "período de transição" entre a situação atual e a desejada.

- Quem deve ter a soberania para conduzir essa transição devem ser os próprios trabalhadores através de seus fóruns democráticos. Isto é particularmente importante em relação às mudanças na legislação de organização sindical. Retiradas a "unicidade", o "monopólio de representação", as "taxas compulsórias", etc. - propostas todas defendidas pela CUT - o empresariado espera encontrar uma terra arrasada para instituir o sindicalismo por empresa ou simplesmente sua substituição pelo departamento de recursos humanos.

Mecanismos para inibir a intervenção patronal na esfera da organização sindical e garantias para a organização sindical são fundamentais na aplicação da Convenção 87 da OIT.

Na transição deverão se processar mudanças fundamentais, como o reconhecimento do direito à organização no local de trabalho, o fortalecimento do direito à organização sindical (hoje ameaçada por vários lados, ex. a restrição ao direito à substituição processual plena) e o fim do arbítrio da demissão imotivada. Junto com o direito de greve, estas são ferramentas indispensáveis para a criação de um sistema democrático de relações de trabalho.

Estas questões fazem ao desenho de país que queremos - contraposto ao dos neoliberais. Mudar o sistema de relações de trabalho para que os trabalhadores se apropriem de novos direitos políticos e sociais - ou mudá-lo para legalizar o marco de barbárie social que hoje domina ao interior das empresas?

As propostas da CUT tem capacidade de disputar a hegemonia frente as teses conservadoras como mostra o debate e as conclusões do "Fórum Nacional de Contrato Coletivo e Relações de Trabalho" realizado em 1993. Para tanto é necessário que o PT e a CUT desde já tomem a iniciativa política no patamar que está colocada: uma disputa de projetos de sociedade. □

Miguel Rossetto é deputado federal eleito pelo PT-RS. Foi membro da Executiva Nacional da CUT (1991-94)

FHC e as políticas sociais

NALU FARIA

A "desuniversalização" dos direitos de acesso aos serviços sociais é uma das facetas mais cruéis das políticas neoliberais. O governo Fernando Henrique também nisso não promete ser diferente do que foram os outros governos neoliberais no continente, onde suas políticas apenas agravaram a pobreza. A Argentina e o Peru de hoje podem ser o Brasil de amanhã.

Na América Latina, os anos 80 foram marcados pela políticas de ajustes econômicos como forma de buscar estabilização e condições para o pagamento da dívida externa. O discurso neoliberal centrou suas críticas no papel do Estado e colocou a privatização como solução. Na maioria dos países os gastos públicos destinados aos serviços sociais retrocederam consideravelmente em valores relativos e absolutos. Sobretudo foram reduzidos drasticamente os gastos com a manutenção, novos investimentos e construção de equipamentos; em alguns países eles caíram até 70%, o que deteriorou consideravelmente a qualidade dos serviços sociais, especialmente nas áreas de educação e saúde pública.

Assim, num momento de aumento da procura dos serviços em função do empobrecimento, a política de saneamento das finanças públicas não só contribuiu para uma redução quantitativa, mas também piorou a qualidade dos serviços sociais do Estado.

Políticas universais ou focalizadas

É nesta situação que se debate na América Latina qual deve ser a orientação das políticas sociais. A discussão se dá a partir de dois pólos: a defesa do seu caráter universalista (que inclua todos os setores da população) ou de caráter seletivo, focalizada em determinados grupos da população.

Desenvolver políticas sociais que combinem os dois elementos não é contraditório e na verdade isso existe há muito tempo em alguns países. Por exemplo, a educação básica no Brasil já algum tempo é supostamente universal, ao mesmo tempo que as políticas no âmbito da assistência social sempre foi dirigida aos grupos considerados vulneráveis. A discussão "universalização" versus "focalização" se coloca nesse momento fundamentalmente porque a universalização está em contradição com a política neoliberal, que quer eximir o Estado de suas responsabilidades na garantia dos direitos sociais de toda a população.

Outra característica compõe o perfil das políticas sociais atuais é a sua descentralização e o desenvolvimento proposto a partir dos governos locais. Isso, porém, é sustentado sem que haja uma política geral, com princípios norteadores comuns, e sem a garantia do repasse dos recursos necessários. É nesse âmbito que floresce também a idéia de transferir para grupos da sociedade civil, em especial as ONG's, a responsabilidade de desenvolver certos serviços sociais, a partir de uma relação chamada de "parceria" com o Estado.

Políticas compensatórias

Com o apoio do BID e do Banco Mundial, muitos governos colocaram em ação políticas sociais chamadas compensatórias: através do Estado busca-se prover as populações de pequenos recursos para a solução imediata do seu problema de miséria. Aqui estão incluídos os diferentes programas financiados com dinheiro do orçamento estatal, tais como a construção de casas, planos de combate ao desemprego etc.

Mas temos também o estabelecimento dos Fundos de Investimento Social, financiados pelo Banco Mundial. Esses fundos se colocam com uma função caritativa e de promoção e se apoiam frequentemente nas ONG's. Em vários países, os procedimentos de solicitação e doação de recursos através de concursos nacionais, obrigam aos pobres e aos marginais competirem pelos recursos disponíveis. Em lugar de solidariedade, os fundos promovem a fragmentação. Os mais pobres acabam excluídos do acesso aos recursos, pois possuem pouca experiência para apresentação de projetos e gestão administrativa. Desta maneira os fundos favorecem mais as ONG's como organizações sociais mediadoras.

Os programas de assistência social estatal dirigidos aos pobres não são nenhuma novidade na América Latina, existindo em diversos países desde os anos 60 ou 70. A novidade agora

é sim a estreita vinculação das estratégias orientadas a grupos-metá com a política econômica de ajustes estruturais e sua subordinação funcional a essa política. Neste sentido, as estratégias político-sociais seletivas para a luta contra a pobreza são consideradas como compensação social a um ajuste estrutural considerado necessário.

FHC e a pobreza

O Brasil é um dos países mais atrasados na implantação das políticas neoliberais. FHC já anunciou algumas de suas intenções no terreno social, que apontam no mesmo sentido que as políticas sociais do restante da América Latina.

Temos uma longa história de parcerias e subsídios, via filantropia e clientelismo. Além disso, temos várias experiências de grupos de auto-ajuda e comunitários, buscando formas de lutas pela sobrevivência. Nesse momento de aumento da pobreza, essa experiência anterior pode-se constituir no substrato sobre o qual vai se construir essa idéia da parceria.

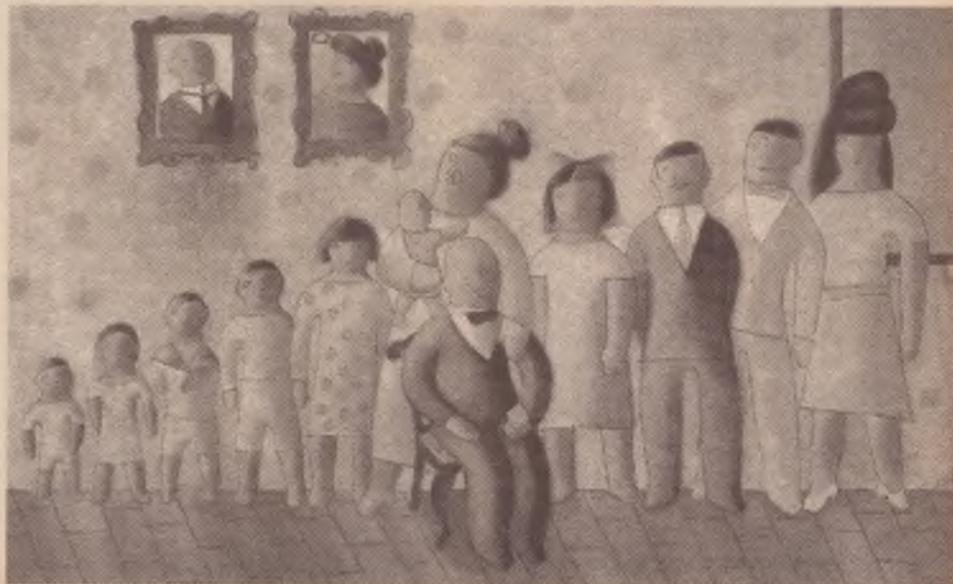
Porém o que se coloca agora tem uma qualidade diferente. Antes, experiências desenvolvidas no âmbito dos movimentos populares, associações comunitárias, ONG's, tinham um sentido transitório até que o governo pudesse estender seus serviços ao conjunto da população. Ou então buscavam construir modelos de serviços que futuramente direcionassem as políticas públicas.

Tanto no seu programa, como em colocações para a imprensa, Fernando Henrique tem declarado a intenção de realizar "parcerias" com as ONG's. Hoje, a sigla ONG serve para os mais diferentes tipos de organizações sociais, tanto de ponto de vista de propostas de trabalho, como de estrutura organizativa. A implantação dessa proposta vai significar a cooptação de milhares de lideranças e descaracterização de várias organizações e movimentos. Afinal, essas políticas não atingem nem sequer objetivo de minimizar a pobreza.

Hoje a proposta de FHC se coloca como forma de substituir o Estado. Privatização e políticas de compensação surgem como duas lados da mesma moeda. Além disso, joga a responsabilidade de substituir o Estado sobre uma indefinida "sociedade civil", como se nesta todos tivessem os mesmos papéis. Na verdade, essa política atinge um objetivo, o de quebrar justamente os setores críticos a essa situação e que estiveram ao longo dos anos lutando para se construir a idéia de direitos sociais e conquistar a implantação pelo Estado das políticas sociais necessárias para o seu exercício. Assim o chamado às ONG's para exercer funções do Estado significa retirá-las do seu campo de atuação na sociedade civil, eliminando sua autonomia.

Enfrentar este desafio exige, por parte dos movimentos sociais e das ONG's, para construir um posicionamento coerente diante não apenas destas propostas, mas também do projeto político que elas materializam. □

Nalu Faria é membro da direção estadual do PT de São Paulo e do SOF, Sempre Viva Organização Feminista.



Retrato de Família 1943 - Lula Cardoso Ayres

Aposentando direitos

A reforma da previdência social ocupa um lugar central no programa de FHC. E os aposentados vão pagar a conta.

GUSTAVO CODAS

O movimento dos aposentados foi, nesta década neoliberal, um dos mais ativos e não por mero acaso. O direito a uma aposentadoria digna, junto com outros direitos sociais básicos, está no "olho da tormenta" da redução do Estado.

Com a vitória de FHC na disputa presidencial, a reforma da previdência social é colocada como uma das emergenciais, que não devem passar do primeiro semestre de 1995. Essa urgência estaria vinculada inclusive às chances de êxito do Plano Real - numa opinião muito difundida pelos diversos setores conservadores.

Mas trata-se de um "onda" internacional. Rosa Maria Marques e André Medici, dois especialistas na questão, afirmam que "a discussão em torno da reformulação do sistema previdenciário tem recebido lugar privilegiado na agenda" do continente. A "tendência da América Latina tem sido a de

substituir o regime previdenciário público, de repartição, por fundos de pensão privados, de capitalização".

No caso argentino esse processo de privatização serviu para que o governo Menem atraísse as direções burocratizadas da Central Geral de Trabalhadores (CGT) interessadas em participar da formação, através de seus sindicatos,

das empresas de previdência privada em sociedade com o capital financeiro. Essa burocracia, que já tinha pouco poder sindical efetivo no mercado de trabalho (porque abriu mão de enfrentar as políticas do governo), passou a ter uma ferramenta que multiplica, e muito, seu poder financeiro.

O Brasil segundo FHC

As propostas de reforma que FHC fará tendem a sintetizar o



Margaret Bourke-White

O credo liberal

"Os que defendem que a proteção social deve ser fruto unicamente do esforço individual das pessoas, alinham-se sob bandeira do pensamento liberal. Justificam que somente assim as pessoas terão estímulo para melhorar seu rendimento e, por consequência, aumentarão sua capacidade de poupança, criando as bases de sustentação financeira para o desenvolvimento do país. Por isso o financiamento proposto se assenta apenas sobre o trabalhador e o regime é de capitalização individual.

"Entendem que os encargos sociais são extremamente elevados, desestimulando a contratação da força de trabalho e colocando os produtos exportáveis brasileiros em situação não competitiva no mercado mundial...

"Contudo, como sabem que o mercado não é completamente perfeito, gerando situações de desigualdade e carência, admitem a necessidade do Esta-

do assumir a concessão de uma proteção assistencial, voltada para os absolutamente desvalidos. Já os trabalhadores devem saber ser previdentes, provendo fundos de seu próprio bolso para situações, inclusive, de desemprego.

"Propõem, ainda, que a organização do sistema seja eminentemente privada, muito embora o Estado, sob delegação da sociedade, continuasse presente regulando os aspectos mais essenciais do funcionamento dos fundos de pensão. A organização privada se justificaria a partir da concorrência entre os diversos fundos. Estes, para manter sua clientela, buscariam alcançar maior eficiência e rentabilidade de suas aplicações." Rosa Maria Marques e André Cesar Medici - "A previdência social na revisão constitucional: diagnóstico da situação e princípios para uma proposta", 1993

que os setores conservadores acumularam desde a época da Constituinte. O PSDB conta com um sólido núcleo neoconservador em torno de FHC e até com a expectativa de apoio de setores como o PPR. Delfim Neto, do PPR, que se apresenta como o setor mais consequente desse bloco, expressou isso com seu estilo particular: "Todo o poder ao Fernando para ele fazer a reforma do Estado. Até para ele não dizer depois que a culpa foi do mordomo" (FSP, 02/11/94).

Nessa reforma do Estado, a previdência social tem lugar de destaque. O enfoque de FHC combina duas preocupações básicas. A primeira é o combate ao déficit público. A segunda é reduzir o campo dos direitos sociais básicos que a população possa usufruir, tal como está explícito nas propostas que seu bloco de sustentação batalha.

Reinhold Stephanes, deputado federal do PFL, ex-ministro da Previdência no governo Collor e cotado para o governo FHC afirmava (OESP, 30/10/94) que o novo-desenho deveria ter entre seus eixos básicos:

- "A criação de um sistema composto por um regime geral de Previdência Social pública, obrigatório para todos, sob o regime de repartição, até um determinado teto".

- "Desenvolvimento de sistemas de Previdência complementar sob regime de capitalização, para rendimentos acima do teto previsto para a Previdência Social básica".

Proposições similares são desenvolvidas no programa de governo de FHC. Nesse rumo, evidentemente, uma das batalhas se dará em torno da definição do "teto".

O Programa de Governo do Lula afirmava: "Defendemos um sistema público básico de repartição, igual para todos e de caráter obrigatório, que compreenda as faixas de renda até dez salários mínimos". Esse teto abrangeria mais de 90% da população. Os conservadores defendem que o teto seja de 2 ou 3 salários mínimos. Dessa maneira os pobres, que mais demandam benefícios e serviços, e têm menos condições de contribuição, ficariam no sistema público; enquanto as empresas de previdência privada engordariam seus lucros atendendo à população melhor remunerada.

Lutas estratégicas

Setores empresariais defendem também a diminuição da contribuição patronal, argumentando que seu peso na folha de salários inibe as contratações ou estimula o mercado informal. O estudo de Marques e Medici afirma que "o grau de sonegação é estimado em torno de 25% da folha de salários". Os empresários querem converter a fraude em direito patronal e enfraquecer mais o financiamento do sistema de previdência pública.

A crise financeira da previdência será um dos argumentos dos que afirmam a necessidade de reduzir direitos como forma de resolver o problema de caixa, defendendo inclusive a desvinculação da aposentadoria em relação ao salário mínimo. Num sentido oposto argumentou Eduardo Albuquerque neste jornal (ET 259, junho 1992, "Reformas estruturais: estatais e previdência") existem alternativas no campo democrático-popular para financiar plenamente os benefícios da previdência.

Os setores conservadores buscam ainda aumentar a idade para aposentadoria num movimento internacional do capital que tenta impedir o avanço do "tempo livre" na vida do trabalhador.

As aposentadorias especiais e os atuais fundos complementares da área estatal são duas questões que introduzem contradições entre setores populares, expressando diferenças de direitos no seio do povo. Evidentemente os conservadores não estão pensando em abolir a aposentadoria dos deputados com 8 anos de mandato... mas as dos professores, jornalistas, trabalhadores em funções perigosas e penosas, etc.

Em torno da reforma da previdência se trava, assim, uma luta estratégica. Tal como afirma o Programa de Governo do Lula, o sistema defendido pelo PT "é a prova mais viva da aplicação do princípio da solidariedade. Sua manutenção garante a concessão de um benefício mínimo para quem não teria direito através de suas contribuições individuais, bem como eventuais aportes do orçamento público quando as fontes próprias forem depreciadas por prolongadas fases recessivas". □

Gustavo Codas é assessor da CUT

Ralph Miliband 1924-1994

ROBIN BLACKBURN

A morte de Ralph Miliband em maio, após seu septuagésimo aniversário, privou-nos de um reconhecido defensor do socialismo democrático, o mais destacado cientista político marxista do mundo de língua inglesa e uma figura que foi uma inspiração para várias gerações da esquerda. Ralph Miliband foi fundador da *New Left Review* (NLR) e um colaborador sistemático desta publicação. Foi também co-editor do *The Socialist Register* desde sua fundação em 1964 até sua morte e autor de inúmeros livros e artigos analisando a natureza do capitalismo contemporâneo e problemas da política socialista.

Ralph Miliband nasceu na Bélgica, em janeiro de 1924, de pais de origem judeu-polonesa. Seu pai era um operário do setor de couro. Ele ingressou na organização socialista da juventude judaica *Hashomer Hatzair* com a idade de quinze anos. Pouco mais de um ano depois, Miliband tomou, junto com seu pai, o último barco que partiu de Ostend para a Inglaterra antes da chegada das tropas de ocupação nazistas. Querendo estudar com Harold Laski, ele ingressou na *London School of Economics* (LSE). Em 1943 teve que interromper seus estudos para servir na seção belga da Marinha Inglesa.

Formado, Miliband ensinou em Chicago, na LSE, em Leeds, em Brandeis e em New York, ganhando a fama de ser um brilhante palestrista e um professor inspirado. Era um *scholar* impecável, mas não pode haver dúvidas quanto ao seu compromisso com a política, generosamente concebida como a causa da emancipação humana. Todos os seus textos testemunham esta preocupação, bem como seu trabalho infatigável em uma ampla variedade de organizações desde a *Victory for Socialism* nos anos 50 até a *Socialist Society* nos anos 80. Devido a seu trabalho com o grupo bevenista da esquerda parlamentar trabalhista, Ralph Miliband trouxe para a Nova Esquerda inglesa, desde muito cedo, o conhecimento e a experiência do Partido Trabalhista. Estas preocupações apareceram em seu estudo clássico, **Parliamentary socialism: a study in the politics of Labour**, cuja primeira edição apareceu em 1962. Nos anos 80, Miliband trabalhou novamente com os socialistas do Partido Trabalhista, e em particular com Tony Benn, ajudando a organizar as conhecidas Conferências de Chesterfield.

Luta de classes

Os escritos de Miliband tem sido uma fonte vital para todos que desejaram recuperar a causa do socialismo das acomodações da social-democracia e das brutalidades do estalinismo. Seus livros e artigos tratavam as questões-chaves da política socialista com grande consistência e integridade. Ensaios sobre autores tão variados como Poulantzas, Bettelheim, Bahro e Kolakowski revelaram uma grande habilidade para tratar dos temas fundamentais da teoria política. É também significativo que Miliband tenha produzido a reflexão mais profunda sobre pontos de inflexão políticos como o golpe militar no Chile em 1973 ou a supressão do movimento democrático da China em 1989 (vários destes ensaios foram publicados em **Class power and state power**, editado em 1984).

Percorrendo a obra de Miliband, havia uma aguda percepção destas divisões humanas inerentes ao capitalismo conhecidas como classes. Hoje alguém como Stefan Collini pode afirmar que "no quarteto frequentemente encantado da raça, classe, gênero e opção sexual, não há dúvidas de que classe é o que menos tem estado em moda nos últimos anos... apesar do fato de que toda evidência sugere que a classe permanece como o mais poderoso determinante isolado das chances de vida". Mas se há um elemento de verdade nisso, ele certamente não se aplica ao trabalho de Miliband, que estudou longamente as desigualdades de classe nos grandes estados capitalistas, até seu recente **Divided societies** (1989). Seu trabalho insiste que captar a dinâmica da luta de classes é essencial para compreender a política.

Política

A sensibilidade de Miliband para as desigualdades de classe foi acompanhada da convicção que os trabalhadores deveriam resistir. Mas ele não se vinculava a uma metafísica ou teleologia de classe, como a de que a classe trabalhadora em inscrita em seu destino a supressão do capitalismo. Há certamente resistência às estruturas de exploração e opressão, mas se o capitalismo tem que ser superado, então a grande maioria da classe trabalhadora tem que estar persuadida disso e envolvida na realização deste objetivo. Contra todo reducionismo sociológico, Miliband acreditava que tanto a política socialista como a capitalista representavam um desenvolvimento autônomo para além dos interesses imediatos de classe, que no entanto eram necessários para sua realização.

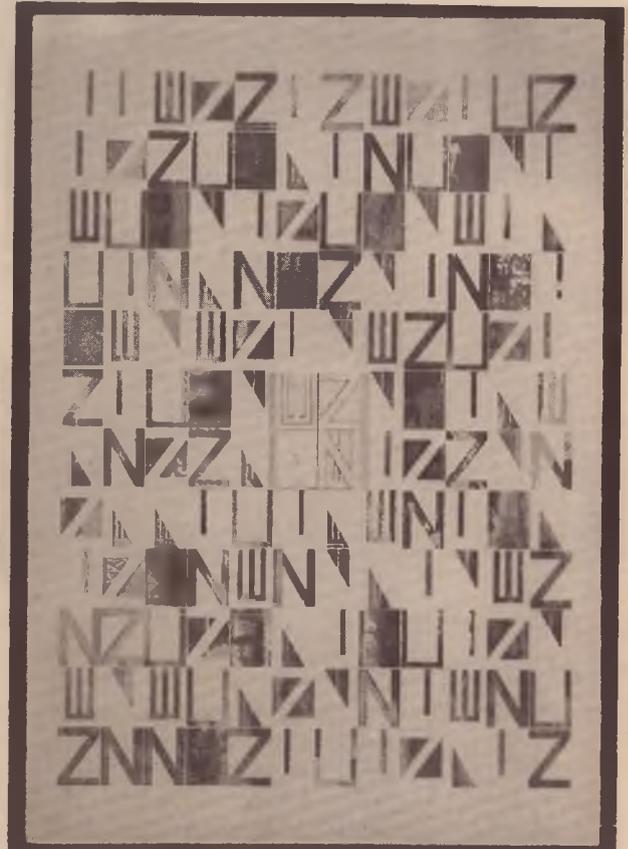
O socialismo de Ralph Miliband encontrou um alicerce na tradição inglesa da pesquisa empírica. Assim, por exemplo, quando ele argumentou que o Estado estava efetivamente ligado aos interesses de classe capitalistas, procedeu a uma pesquisa metódica e documentada deste fato, embora o respeito de Miliband para a necessidade da verificação empírica não significasse que ele não tivesse uma ótima compreensão teórica de como as relações sociais eram organizadas.

Democracia

O marxismo de Miliband sempre destacou a necessidade da democracia e pluralismo socialistas; ele concedia um lugar de destaque para os direitos humanos universais, de acordo com os ensinamentos de Laski, mas nem sempre de acordo com marxistas doutrinários. Em 1970 ele publicou uma crítica a **O Estado e a revolução** de Lenin, que considerava como uma prescrição irrealista de um poder popular imediato - um tema ao qual retornou em muitos de seus últimos escritos. Para Miliband, entender a atividade institucional da democracia parlamentar exigia o reconhecimento da "autonomia relativa" da política e uma compreensão de que "poder de classe" e "poder de Estado" eram conceitos necessariamente distintos. Ele questionava se seria apropriado descrever a família como um "aparelho ideológico de Estado" e argumentava que a forma dominante de legitimação nas sociedades capitalistas avançadas era fornecida pelo princípio eletivo.

Ralph Miliband estava convencido de que seria possível atingir-se uma ordem qualitativamente mais democrática do que a representada pelos sistemas políticos da Inglaterra ou dos EUA, mas que isso seria obtido através de inovações institucionais que deveriam estender a liberdade de palavra de forma a levar em conta as condições modernas. Seu livro **Marxismo e política** (publicado no Brasil em 1979 pela Zahar, que já havia publicado em 1972 o seu **O Estado na sociedade capitalista**) desenvolvia estes temas, argumentando que a noção rudimentar de Marx de direitos políticos deveria ser o ponto de partida para uma concepção mais elaborada de democracia, e que isso era uma exigência para a democratização do Estado, mais do que as noções ilusórias de sua "extinção". **Socialism for a sceptical age**, obra de Miliband que seria publicada no final deste ano, advoga a democratização e um mercado socializado dentro dos marcos de um pluralismo econômico e político. □

A morte de Ralph Miliband privou-nos do mais destacado cientista político marxista do mundo de língua inglesa, uma inspiração para várias gerações da esquerda.



Homenagem a Paul Cézanne 1973 - Milton Machado

Para Miliband, poder de classe e poder de Estado são conceitos necessariamente distintos.

Robin Blackburn é editor da *New Left Review*. Artigo condensado da NLR 206, julho/agosto de 1994.

O socialismo não saiu de moda

ENTREVISTA COM TONY BENN

Aos 69 anos, Tony Benn está longe de render-se. Durante um quarto de século tem trabalhado em seu grande projeto: uma nova Constituição para a Inglaterra, que suponha a democracia levada a sério. Um país sem monarquia, com um Parlamento escocês e um Parlamento galês, onde se possa eleger os membros da Corte Suprema e liberar a Igreja Anglicana com sacerdotes masculinos e femininos em pé de igualdade. Uma Grã Bretanha distante para sempre da Irlanda do Norte. Aos que o consideram utópico, sem uma noção pragmática do Estado, devemos recordar que foi ministro em

todos os governos trabalhistas desde 1964 e presidente do Conselho de Ministros de Energia da Comunidade Européia. Ademais, foi membro do parlamento durante 44 anos e integrou o Comitê Executivo do Partido Trabalhista (Labour Party) durante mais de três décadas.

Um apoio para os mineiros na grande greve anti-thatcherista dos oitenta, Benn é (como Chou En Lai) um "traidor de classe". Descendente de uma das famílias mais antigas

da aristocracia (os Wedgwood), formado em Oxford e piloto da RAF durante a Segunda Guerra Mundial, este homem, que começou a ler Marx na década de setenta e que lutou - sem sorte - pela liderança partidária nos oitenta, segue fiel ao socialismo nos anos noventa. Com graça e sensibilidade, em uma casa-comitê, decorada com retratos dos antepassados, as jarras de cerveja que lhes presentearam os mineiros e milhões de livros e papéis, aceitou dialogar sobre muitos temas que convergiam em um ponto: o famoso "que fazer".

Que possibilidades tem hoje o Partido Trabalhista, logo depois de sua recente vitória eleitoral?

Grã Bretanha teve um movimento muito forte da classe trabalhadora ligado ao Partido Trabalhista. Com uma perspectiva socialista, apesar do Partido Trabalhista nunca tenha sido um partido socialista, mas um partido com socialistas em seu seio. A influência da Revolução Russa nos anos vinte e a da Segunda Guerra Mundial, que desestabilizou o tecido social, foram fatores muito importantes para a política implementada pelo governo trabalhista do pós-guerra, que foi radical. Muito mais radical que o *New Deal* de Roosevelt. Aqui houve pleno emprego, serviço nacional de saúde e uma descolonização sem episódios como os que viveu a França na Argélia e no Vietnã. Fatores que propiciaram um desenvolvimento importante da classe operária.

Isto gerou, por conseguinte, ressentimentos em parte do empresariado e nas camadas médias. Um ressentimento que acabou por encarnar-se na senhora Thatcher. Já em 1976, os bancos começaram a bombardear as possibilidades do trabalho criticando os gastos do setor público. Então, igual ao que ocorreu em outros países, capitulamos frente aos bancos e abrimos o caminho à senhora Thatcher, cujas idéias sobre o sindicalismo, o governo municipal e o socialismo remontam a Mussolini. Isto se deu no marco de uma recessão mundial, onde as pessoas se assustaram e se inclinaram para a direita. Sem ver, ademais, alternativas nos outros partidos, porque o que fez a liderança do Partido Trabalhista foi aproximar-se das posições da senhora Thatcher, convertendo-se então o debate em uma discussão entre personalidades.

"Podemos ser melhores governantes que tu", dizia o Partido Trabalhista, mas ninguém acreditava que Neil Kinnock tivesse um real interesse em melhorar, a sério, o

emprego. Portanto, nunca tivemos confiança e perdemos quatro eleições seguidas, não por ter um dirigente de esquerda, mas por ter um de direita. Hoje cresce o descontentamento e a raiva, mas isto não está sendo articulado pela direção sindical nem pela direção trabalhista.

Se houvesse uma vitória do trabalhismo nas próximas eleições gerais, as expectativas das pessoas seriam enormes, já que se empobreceram muito em 15 anos de governos conservadores. Minha pergunta seria se a atual direção trabalhista - com sua filosofia - poderia satisfazer estas expectativas. Creio que não. Creio que há um vazio absoluto na política britânica.

Não só as pessoas são pessimistas. Também são pessimistas as direções. Mas sempre foi difícil lutar. Frente ao "realismo" eu recordo sempre que há duas chamas que não se extinguem nos seres humanos: a raiva contra a injustiça e a esperança de uma sociedade melhor. O velho tema do socialismo. Do que agora posso falar livremente, sem que me acusem de ser um agente da KGB. Como posso dizer que Rússia marcha em direção da depressão, da corrupção e da máfia e que algum dia recuperará as posições de esquerda, como está ocorrendo na Polônia e na Hungria. Eu não creio que a idéia socialista esteja fora de moda, quando na União Européia tem vinte milhões de desocupados. Quando Estados Unidos é um poder imperial em declínio, que perde terreno em relação ao Japão e à Alemanha.

As pessoas necessitam saber que o capitalismo é mais vulnerável do que parece.

É mesmo?

Observe: quando fui ministro da Indústria (e também de Energia) tive que lidar com as empresas de petróleo e também com a IBM, a Ford, a Philips e muitas vezes tive confrontações. E quando tiveram que capitular, capitularam. Quando desvalorizamos a libra esterlina a IBM subiu seus preços para compensar. Então chamei o presidente da IBM e disse: "Se fazem isso o governo não lhes compra mais equipamentos". Ele se irritou muito e ameaçou deixar a Grã Bretanha, mas terminou baixando os preços. Outra vez uma empresa petroleira não queria colaborar com nossa política energética e eu disse: "Sigam assim e não vão ter um metro quadrado do Mar do Norte". Compreenderam e tiraram os executivos mais reacionários e agressivos. O que acontece é que alguns dirigentes trabalhistas fazem discursos de esquerda na conferência anual do partido e depois, quando se reúnem com as empresas, dizem o contrário.

Então, é possível mudar o partido desde dentro?

Eu não quero destruir o Partido Trabalhista porque é o instrumento que o povo trabalhador construiu na Grã Bretanha para melhorar suas condições de vida. Eu sou membro deste partido desde os 16 anos e quero morrer nele. Tem uma militância radical e uma direção de direita. O que se passou nos últimos anos é que a direção tem frustrado os membros do partido e muita gente de esquerda saiu. Portanto, muitos não se dirigem só para dentro, mas utilizam a plataforma que têm para influenciar o Partido Trabalhista e a opinião pública em geral.

Os capitalistas atacam a verdadeira democracia, a possibilidade que as pessoas usem as urnas para melhorar suas condições de vida. Sempre digo que se deve fazer cinco perguntas às pessoas que têm poder: Que poder tens? De onde o tiraste? Que interesses defende quando o exercitas? A quem respondes?, e a última que é realmente a pergunta democrática: Como posso me desfazer de ti? Talvez tenhamos que reformular o discurso socialista em termos do internacionalismo e da democracia. E, se faz isto, quando as pessoas tenham o poder vão usá-lo para melhorar suas condições de vida. E disso trata o socialismo. □

Entrevista feita por Miguel Bonasso para o jornal
Página 12 de Buenos Aires

Therza Simões



Uma luta que amplia

JULIO TAVARES

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, é presidente da CUT e já foi antes presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Mas Vicentinho é também um impulsionador da organização dos negros. Nesta entrevista, ele nos fala de suas opiniões sobre a relação entre a luta sindical e a luta dos negros.

Qual a importância da luta antirracista para movimento sindical?

O movimento sindical é um dos movimentos populares mais importantes no Brasil por suas características e nível de organização. É evidente que as questões de salário, do emprego, das condições de trabalho são, de modo geral, mais imediatas e mais sensíveis para ele. Porém, qualquer sindicato, especialmente os ligados a CUT, precisa ter uma concepção mais ampla do que é construir sindicalismo no Brasil. A luta sindical tem, em nosso país, que se combinar com a luta pela vida, e esta envolve questões que dizem respeito aos trabalhadores como a luta antirracista, a luta da mulher, a luta pelos direitos do menor, do aposentado, etc. A luta antirracista é, para mim, de extraordinária importância, já que é brigar para que sejamos entendidos como nós somos: iguais. E nós, negros, somos os mais oprimidos, os mais discriminados na sociedade, no continente e no planeta.

A resolução antirracista foi aprovada consensualmente no Congresso da CUT. Foi uma resolução para ser concretizada?

A deliberação foi muito importante e, embora consensual, não por acaso. Os companheiros e companheiras fizeram questão de ir lá em cima defender, explicar, reforçar a tese. E foi aprovada sob aplauso do plenário - que eu entendo significou um compromisso dos delegados de defender, levar para suas bases. Isso foi muito significativo.

Ela é o resultado de um processo que veio sendo construído com encontros e sensibilizações. Alguns sindicatos já tinham começado a desenvolver esse trabalho. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC há vários anos marca o dia 20 de novembro com debates, palestras e iniciativas de conscientização. Além disso fizemos cursos para os trabalhadores sobre o negro no mundo do trabalho. Os químicos de São Paulo tem a Comissão Luís Gama. Outros sindicatos também já tinham iniciativa nesse sentido. Tudo isso é extremamente importante. Agora um dos nossos desafios é generalizar a aplicação do que aprovamos.

Você é o primeiro negro presidente nacional da CUT. Que reação você sente quando se coloca não apenas como presidente da Central, mas como um presidente que também é negro?

Eu faço questão de colocar, como o fiz durante o Congresso da CUT, a minha negritude assumida de forma orgulhosa. Não o orgulho que destrói, mas como uma forma de assumir o meu papel na sociedade. Sempre tomei alguns cuidados com a questão negra em nosso país. Em nosso sindicato, quando eu era presidente e fazíamos as atividades negras, buscávamos sempre nos relacionarmos com as diferentes entidades do movimento negro, não privilegiando ou discriminando qualquer uma. Compreendíamos que cada uma tinha suas características e que o movimento sindical tinha que desenvolver um relacionamento mais amplo.

Agora, como presidente da CUT, eu me sinto com uma responsabilidade ainda maior. Evidentemente fui eleito presidente da CUT por ser um dirigente sindical e não por ser negro. Mas no meu compromisso de vida, de luta, por uma sociedade socialista, fraterna e democrática, não é possível compactuar com o racismo, com o machismo, ou com qualquer outro tipo de discriminação.

Isso faz parte do nosso projeto e também da minha sensibilidade pessoal. O que eu não quero é ter a pretensão de ser um líder negro, por ser negro, ser um líder que represente os negros, como chegaram a falar para mim. Seria uma arrogância da minha parte. Mas eu quero contribuir, junto com todos os companheiros e companheiras da CUT, brancos e negros, para construirmos essa sociedade nova, e

o sindicato pode jogar um papel para que conquistemos uma sociedade sem preconceitos e sem discriminações.

Isso também significa uma mudança no movimento sindical, significa sindicatos mais amplos, mais enraizados nas bases...

Sim. A CUT tem demonstrado capacidade de evoluir de congresso em congresso, a cada momento, cada fase, cada período. Temos apenas que tomar muito cuidado para efetivamente conquistar novos espaços e criar guetos, não nos segregarmos...

Ou seja, a luta negra não divide, ao contrário, amplia...

Exatamente. Ela tem esse papel. Não é uma coisa fácil, as pessoas, principalmente os companheiros que não são negros, têm muita facilidade em assimilar piadinhas, brincadeiras. Mesmo companheiros de mais alta qualidade como ser humano, quando se enfrenta com a questão do negro, sem querer, reagem de forma diferente. Ou dizendo que "fulano é um negro de alta qualidade", querendo valorizar, ou quando tem raiva de uma pessoa vai dizendo "quero falar com aquele negro safado".

Mesmo com a maior boa vontade esse é um trabalho que exige firmeza e boa vontade ao mesmo tempo. Firmeza de princípios e tolerância ao mesmo tempo. Firmeza de princípios para construirmos essa nova sociedade e tolerância para quando a capacidade do nosso povo ir assimilando esse processo.

O que você acha necessário para fazer avançar a luta antirracista no movimento sindical?

As atividades que realizamos e principalmente as que estão propostas, especialmente o seminário de novembro, serão marcantes. Desse seminário sairão várias propostas. No ano que vem serão comemorados trezentos anos da morte de Zumbi. Eu fiz uma proposta para alguns companheiros, fazermos um acampamento na Serra da Barriga, em Alagoas. A Serra da Barriga é o local onde Zumbi e os seus companheiros após derrotarem os donos de escravos foram se refugiar e organizar uma nova vida. Se formos competentes essa nossa atividade pode ter uma profunda repercussão nacional e internacional. Isso porque o gesto pode ter muito mais importância que o discurso.

Você quer acrescentar algo mais?

Só queria acrescentar que a participação do movimento sindical nesse processo vai também no sentido de buscar que a sociedade como um todo - já que faz parte da concepção da CUT se relacionar dessa forma com a sociedade - compreenda essa luta como sua. Não é apenas uma luta do movimento sindical e do movimento popular. É também das instituições, das escolas. Todas elas devem ter a perspectiva da luta antirracista. □

Júlio Tavares é membro do D.R. do PT de São Paulo e assessor do sindicato dos químicos e plásticos de São Paulo.

A participação do movimento sindical na luta contra qualquer forma de discriminação faz parte do compromisso da CUT.



Sueli e Eduardo Castanheira

Um programa insuficiente

JOSÉ CORRÊA LEITE

A derrota do PT na disputa presidencial foi um *desastre* para um partido que se apresentava como portador de uma alternativa de transformação da sociedade brasileira e fracassou sem que tivesse conseguido estabelecer uma disputa efetiva contra a candidatura das elites. A avaliação incorreta sobre o Plano Real teve um papel decisivo: tornou nosso discurso sobre o principal tema da campanha confuso e transmitiu muita insegurança à população.

Também em outros temas não conseguimos desvendar para a maioria do povo o significado do projeto/programa de FHC (a campanha criticou sobretudo a sua aliança com o PFL e não a verdadeira "contra-reforma" social que ele defende!), nem apresentar propostas que, de conjunto, pudessem ser vistas como uma alternativa global, simples e clara, a ele.

A elaboração acumulada pelo PT nas Bases do programa de governo se expressou pouco no debate eleitoral. Mas ela ainda é, em grande medida, a referência para nos posicionarmos frente ao novo governo e qualificar nossa oposição ao projeto neoliberal. Está ficando cada vez mais evidente que algumas das formulações que o partido apresentou neste documento contêm limitações importantes. Debate-las e superá-las é uma tarefa urgente não só para retirarmos lições da disputa recente

mas fundamentalmente para rearmarmos o PT para a luta contra FHC e o neoliberalismo no Brasil.

Qual o eixo do nosso programa?

Uma resposta a essa pergunta poderia ser: o programa de reformas estruturais delineado no 8º EN e sintetizado pela idéia de "revolução democrática". Mas o programa de governo aprovado pelo 9º EN buscou concretizar mais esse eixo: estas reformas são meios para atingir um objetivo, a superação da exclusão social e a universalização dos direitos sociais para toda a nação. O mais importante, porém, é apenas indicado: avanços neste sentido são condição para os setores populares "lançarem-se rumo a objetivos cada vez mais amplos".

"Garantir as condições mínimas de exercício da cidadania", "a conquista de uma cidadania integral", a "conquista e construção permanente de novos direitos", a "radicalização e universalização da democracia", "a participação popular", o "controle social" são algumas das colocações que, de um lado, evidenciam que o PT não tem um conceito de cidadania mais definido, mas, de outro, buscam claramente orientar nossa intervenção em direção à maioria de despossuídos do país. Mas elas *correspondem a declarações de intenções*, não definindo a forma como isso pode concretamente ser feito. Isso ajuda-nos, em parte, a entender por que o discurso de Lula na televisão foi tão abstrato nas propostas para as maiorias marginalizadas, enquanto era capaz de oferecer algumas propostas concretas para o setor assalariado da classe trabalhadora.

Para isso concorreram vários fatores. De um lado, apesar de constatar a diversidade social da classe trabalhadora brasileira, nosso programa não capta o *processo histórico de construção dessa heterogeneidade estrutural* e o embate entre o neoliberalismo e o nosso projeto como o aprofundamento ou a redução desta heterogeneidade. No nosso caso, buscamos estreitar os laços de identidade e coesão entre todos os setores da classe trabalhadora, empregados e desempregados, assalariados e autônomos, "precários" ou "excluídos".

Já a classe dominante procura criar uma identidade de interesses entre os trabalhadores empregados e seus patrões e um fosso entre este setor da classe e o restante do povo, radicalizando a dualização da nossa sociedade. Isso é facilitado porque os incluídos no setor capitalista "moderno" (os assalariados com direitos reconhecidos e mais condições de se organizarem) são muito minoritários e boa parte das maiorias nacionais excluídas não se reconhecem nas propostas que usualmente são dirigidas a eles.

De outro lado, nosso programa não destaca a inevitável confrontação que o objetivo de universalizar a cidadania estabelece com a burguesia. Retoma, pelo contrário, de forma unilateral, uma resposta habitual de Lula sobre o tema, que a redistribuição de renda também interessa à burguesia porque amplia o mercado consumidor. Mas nas condições reais do Brasil, garantir emprego para todos e universalizar o acesso à educação, saúde, habitação, saneamento, previdência etc, implica em uma importante *redistribuição da renda hoje nas mãos daqueles que detêm o controle da riqueza social*, estabelecendo um *confronto aberto com a classe dominante*. Isso extrapola o cenário com que operavam muitos debates e formulações do PT, onde era comum falar-se que estávamos construindo um programa para ser realizado por sucessivos governos populares, num quadro de normalidade institucional e governabilidade presumida, ignorando a enorme resistência que as elites apresentariam a qualquer proposta de reforma profunda. Era como se não tivéssemos adversários poderosos, conscientes de seus privilégios.

Finalmente, o programa não articula as propostas fragmentadas apresentadas pelos vários projetos setoriais num todo coerente. Como afirma corretamente Roberto Mangabeira Unger na crítica arguta que fez à atuação do PT na campanha, faltou ao nosso programa um "cerne estrutural que o país pudesse captar". Ele tem alguma razão em considerar o programa "uma obra típica de grupos de trabalho, preocupados em catalogarem uma enciclopédia de políticas setoriais - nem sempre coerentes entre si, acrescentaríamos nós - que resumem como os progressistas bem pensantes do país encaram o politicamente correto". E também em apontar as consequências: "daí não haver sido surpreendente que pensadores conhecidos do PT e do PSDB trocassem amabilidades na televisão e reconhecessem as numerosas semelhanças entre seus respectivos programas. Não surpreendente, porém desmoralizador para os que buscamos uma alternativa verdadeira ao ideário hegemônico" (*3 de outubro e o futuro do PT. Teoria e Debate*, # 26, p. 17).

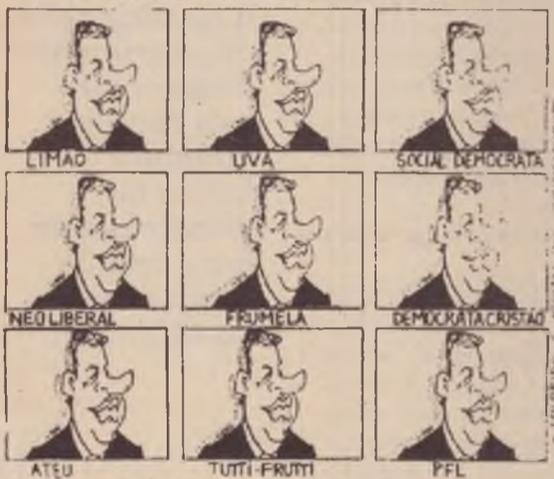
O fato é que esses elementos acabam estabelecendo uma hierarquia implícita em nosso programa, que está em contradição com o que é o seu eixo explícito, a universalização da cidadania. O resultado é que as maiorias nacionais acabam encontrando muito pouco espaço efetivo em nossas propostas de ação.

A maioria ausente

O vetor resultante do conjunto de iniciativas que constituíram o programa terminou por anular parte importante da sua coerência global. Assim, as propostas para os "excluídos" acabaram *objetivamente subordinadas* às propostas dirigidas para os setores organizados da sociedade e para as estruturas econômicas e de poder estabelecidas, com o agravante destas não distinguirem e ressaltarem claramente os interesses antagônicos que separam, entre os "incluídos", os assalariados e as classes médias, de um lado, da classe dominante, de outro. Estas propostas visavam reformar pragmática e prudentemente estas estruturas (inclusive com a preocupação de termos sempre definido de antemão os recursos para executá-las!), como se a partir daí pudessemos ir pouco a pouco incorporando as massas expropriadas no Brasil "moderno", até o dia em que todos fossem incluídos.

O predomínio dos interesses dos "incluídos" sobre os marginalizados se revela não só na lógica sócio-econômica do programa mas também nas opções políticas tomadas. As demandas das mulheres, negros, jovens, idosos e dos demais setores discriminados (e que são os mais pauperizados da

CHEGOU! FHC® MARINSON
AGORA EM VÁRIOS SABORES +



TAMBÉM NA VERSÃO DIET

Nosso programa se expressou pouco no debate eleitoral, mas ele é a referência para enfrentarmos FHC. Temos, portanto, que superar suas limitações.

sociedade), que compõem a imensa maioria dos excluídos, foram compartimentadas em capítulos especiais do programa e quase nunca retomadas nas prioridades dos capítulos posteriores.

Nosso programa responde de maneira mais concreta aos anseios dos setores organizados da sociedade que constituem nossa base social e estão em grande parte na ponta do Brasil "moderno". Seriam eles, segundo o nosso programa, os propulsores do desenvolvimento do país através da formação de um mercado interno de massa gradativamente ampliado até incorporar toda a população. Uma promessa para o futuro, por que de imediato o que é oferecido para as legiões de miseráveis e marginalizados são medidas emergenciais, políticas compensatórias para os setores mais carentes, como a garantia de um prato de comida e a promessa (também genérica) de garantia de uma renda mínima.

Lembremos, finalmente, que o programa foi elaborado tendo como preocupação eliminar o maior número possível de pontos que pudessem provocar resistências eleitorais durante a campanha. Isso ficou claro nas opções políticas tomadas pela maioria do 9º EN *sacrificando pontos decisivos do programa às pressões da cúpula da Igreja* (e refletindo concessões aos setores conservadores da sociedade) no que diz respeito à defesa dos direitos dos homossexuais e à questão do aborto. Isso evidentemente dificulta que tenhamos bandeiras claras e mobilizadoras.

Modelo de desenvolvimento

O problema fundamental desta visão é que ela não pode "fundamentar uma estratégia antidualista de desenvolvimento nacional", como afirma corretamente Mangabeira Unger.

Alguns setores do PT gostariam de extremar esta opção. Tarso Genro afirma que se quisermos "falar com sinceridade aos excluídos e marginalizados, aos desempregados e aos miseráveis... deveríamos ter respostas para dizer o que faríamos da 'ponta' do Brasil moderno, que irradia os seus efeitos sobre toda a economia, pauta, orienta e induz o processo econômico e industrial... (para) os setores que verdadeiramente interferem no cálculo econômico". A lógica de Tarso é que só poderíamos superar um "distributivismo formalista" se "as forças mais avançadas da economia puxarem o resto da carroça e gerarem um excedente a ser socialmente apropriado", forças que permitiriam inclusive ao país "integrar-se de maneira competitiva na nova ordem global" (Tarso Genro - *A missão impossível*, FSP, 7/10/94)

Ora, é evidente que nosso projeto tem que articular iniciativas para todas as esferas da sociedade. Mas a força que verdadeiramente determina o cálculo econômico na economia brasileira é o capital monopolista; o poder de barganha do trabalho é, pelas características da nossa sociedade, reduzido. Será que o que Tarso defende é que o PT proponha e encabece um novo pacto social entre os trabalhadores e o grande capital? Mas como pode o capital aceitar um *padrão de acumulação incluyente* nos marcos de uma "inserção competitiva" numa economia mundial globalizada?

Não podemos mais trabalhar com um projeto redistributivista que *pressuponha* um capitalismo capaz de gerar empregos, de aceitar um Estado que coordene os investimentos capazes de alavancar o desenvolvimento e que redistribua a renda tributando os ricos e oferecendo acesso a bens e serviços gratuitos para toda a população. *Este capitalismo não existe mais*. Ele morreu e levou junto tanto o *Estado do bem-estar social* como o *Estado nacional-desenvolvimentista*. O capitalismo neoliberal dos mercados globalizados da atualidade é intrinsecamente refratário a estas medidas, que se opõem a sua lógica profunda. Face a quaisquer iniciativas deste tipo, os capitais se deslocam para outros mercados, crises cambiais são imediatamente produzidas, os investimentos retrocedem e a ameaça da hiperinflação surge para tornar os governos reformistas mais dóceis.

E mais: não é possível desenvolvimento social no Brasil, a partir dos patamares de produtividade de nosso capitalismo, com uma economia aberta. Não podemos competir com a Alemanha, Japão ou EUA em produtos de alta tecnologia; não podemos competir com produtos "trabalho-intensivos" produzidos pelo trabalho escravo de crianças do Paquistão ou com a superexploração da China e dos "tigres" sem reduzir ainda mais os já precaríssimos direitos sociais dos trabalhadores brasileiros e introduzir estes patamares de superexploração no país (como já estão fazendo os fabricantes de sapatos de Franca).

Estado, cidadania e projeto nacional

O Estado do bem-estar social e o Estado desenvolvimentista com seu horizonte de incorporação das massas à cidadania são duas expressões distintas de um mesmo movimento histórico de conquista de direitos frente à burguesia e ao mercado. O Estado do bem-estar social expressava uma correlação de forças social estabelecida pela existência de classes operárias altamente organizadas; o Estado-desenvolvimentista na América Latina resultava, em parte, da forma como burocracias estatais dotadas de bastante autonomia expressaram as pressões das massas populares desorganizadas para serem incorporadas ao progresso nacional. Foram avanços contraditórios, já que em ambos os casos os aparelhos burocráticos responsáveis por estes estados cresceram fora de qualquer controle social e são vulneráveis às críticas conservadoras.

Ora, o que está em disputa hoje, face à ofensiva neoliberal, é se o movimento histórico rumo à universalização da cidadania conhecerá um grande retrocesso ou se terá continuidade e será aprofundado. O neoliberalismo está empreendendo, sob a bandeira do Estado mínimo, uma *oligarquização do poder político*, reduzindo o máximo possível a participação política das massas e manipulando-a através da mídia, e o *desmantelamento dos serviços públicos*, remetendo a participação na riqueza social exclusivamente ao mercado - onde sem a mediação do Estado, a correlação de forças é muito mais desfavorável aos trabalhadores atomizados.

Frente a um projeto internacional tão ofensivo e tão regressivo como o neoliberalismo, só poderemos conceber uma alternativa efetiva tendo como horizonte um projeto também internacional, um novo socialismo. Mesmo na ausência de força política que permita sua viabilização hoje, este permanece o objetivo a iluminar nossa estratégia. Mas isso deve ser acompanhado da formulação de saídas transitórias, possíveis onde a correlação de forças nacional permitam impor saídas nacionais (e/ou regionais), democráticas e populares.

Porém, mesmo aí só é possível concebermos um modelo de desenvolvimento alternativo rompendo com os pressupostos básicos do neoliberalismo, que são transformados pela mídia em expressão do senso comum e estão impregnando mesmo setores da esquerda - a redução do papel do Estado considerado ineficiente, a abertura das economias nacionais e sua integração competitiva no processo de globalização e a valorização do mercado como o melhor mecanismo de alocação de recursos da sociedade.

Isso significa afirmarmos a necessidade de *mais Estado*, porém um *Estado democratizado* que empreenda uma política redistributivista em benefício da maioria da população e cuja burocracia esteja sujeita a um forte controle popular por parte de uma sociedade civil atuante. Defendemos a necessidade de um *novo protecionismo*, não para preservarmos carteis econômicos mas associado a defesa de uma ampliação dos direitos sociais e da integração econômica com os demais países da América do Sul, cujos níveis de produtividade não sucateiam a indústria brasileira. E defendemos a necessidade do *predomínio do controle público sobre o mercado*, um controle social sobre os monopólios e os oligopólios, a redução dos espaços da economia onde o critério da lucratividade seja a medida de eficiência e a ampliação da oferta de bens e serviços gratuitos para a maioria da população (vale dizer, ofertados pelo Estado e pagos com os recursos oriundos da tributação dos lucros, rendas e propriedades).

É nos marcos de um projeto nacional que galvanize tanto os setores assalariados quanto os marginalizados da classe trabalhadora, que poderemos visualizar a universalização da cidadania para os brasileiros. Temos, portanto, a tarefa de reelaborar o programa do 9º EN de modo a construirmos um projeto de país capaz de conduzir uma confrontação global com o neoliberalismo. □

Embora a universalização da cidadania seja o eixo explícito do nosso programa, nele prevalece um eixo diferente, centrado nas propostas para os incluídos.



O capitalismo globalizado da economia contemporânea rejeita qualquer projeto de desenvolvimento redistributivista.

Reforçando o conservadorismo

A juventude tem uma identidade com o PT que a campanha não soube trabalhar, politizando-a e podendo, assim enfrentar o Real.

MAURICIO DURÁ

Há basicamente duas óticas sobre as quais podemos avaliar a campanha de Lula na juventude. A primeira, que me parece mais interessante, diz respeito a como o PT vem lidando com a questão da juventude; a segunda, decorrência da primeira, diz respeito aos problemas da campanha.

É desde um ponto de vista mais estrutural que podemos analisar um dado: iniciamos a campanha com 50% das intenções de voto na faixa de 16 a 24 anos e fomos perdendo espaço para FHC num ritmo mais acelerado do que a média. Se é verdade que a juventude de hoje é mais "conservadora" do que gerações anteriores, também é verdade que têm uma identidade com a esquerda, em particular com o PT. O momento do *impeachment* retrata bem esta situação. Tratava-se de "passar o Brasil a limpo" e na medida que o PT representou isto a juventude se identificou com ele. Mas o movimento pró-*impeachment* não foi além de um movimento pela ética na política sem questionar as regras do jogo, talvez, pelo contrário, reforçando-as: bastava punir os jogadores que não cumpriam as regras. O conservadorismo da juventude é, em boa medida resultado dela ter sido educada numa sociedade onde o neoliberalismo está se tornando amplamente hegemônico e ela não ter vivido em outro período onde isto fosse diferente.

O PT não soube a partir desta identidade inicial que tinha com a juventude, politizá-la, ou pelo menos sua parcela mais radicalizada, trazendo-a para uma discussão de projetos para a sociedade e como estes poderiam interferir em suas vidas. Um exemplo disto foi a posição tomada com relação aos temas das drogas e do serviço militar obrigatório (SMO). O primeiro nem foi discutido e o segundo, o 9º EN aprovou uma posição contrária ao SMO (presente no texto base), mas no processo de sistematização pós-9º EN a proposta simplesmente desapareceu!

Assim, o PT contribuía para jogar a juventude nos braços do candidato pró-sistema (ao contrário do que fez, em menor escala e com um projeto diferente, o PCdoB).

Quando se dá o processo de polarização, com o surgimento da candidatura FHC/Real, a juventude inicia a migração. Lula passa a representar a mudança e com ela, a incerteza e a dúvida. FHC é a estabilidade, o bom-senso... Nas pesquisas realizadas mostram que a juventude se identifica com as propostas do PT, considera-as mais justas, mas opta por FHC. A mudança gera estabilidade e um medo de perder o que se tem, por

menor que seja. A idéia de mudança assusta. A questão é porque o PT não tem uma política de investimento na juventude, ao contrário de todos os partidos de esquerda, que, em qualquer época e lugar, tiveram neste setor uma forma de renovação constante e o seu fim quando deixou de ser um atrativo para a juventude?

Parece-me que a resposta esta no fato do PT não possuir até hoje uma direção consolidada e que possa ser efetivamente considerada coletiva. Desta forma qualquer projeto que envolva trabalhar com médio e longo prazo encontrará uma barreira na direção. A construção do PT tem que ser compatibilizada com o processo de formação de maiorias. Os projetos de médio e longo prazo são *transformados*, portanto, em projetos de curto prazo. É assim com projetos tão caros à esquerda como a formação política (ao mesmo tempo criam-se centros de formação paralelos - INCA, FNN,...), a imprensa partidária, a juventude, a memória...

O setor de juventude demanda, por sua natureza, um forte investimento em formação e capacitação, acompanhamento por parte das direções partidárias, investimentos financeiros, etc. Pela rotatividade dos seus membros (as pessoas militam aí apenas um período de sua vida, de 2 a 5 anos), parece difícil colher muitos de seus frutos à curto prazo. As vezes que se tentou fazer isto os resultados foram desastrosos. São exemplos disto a extinção do coletivo municipal de São Paulo, que cresceu muito em 1992 (com a campanha de Suplicy e o *impeachment*) e não sobreviveu aos encontros partidários de 1993, ou as "candidaturas de juventude de 94" do PT, que colheram derrotas pelo país a fora quando seguiram esta lógica (diferentemente do PCdoB, que elegeu duas lideranças "carapintadas" para deputados federais no Rio de Janeiro e no Paraná).

A rotatividade faz com que o setor nunca acumule a experiência suficiente para, por si só, romper com esta dinâmica: a cada dois anos, no máximo, começa-se de novo de um marco próximo a zero.

Foi neste quadro de fragilidade que o PT se apresentou em 1994. Se por um lado tínhamos comitês em todos os estados e capitais e num número grande de cidades, a experiência das suas lideranças era na maioria das vezes muito pequena e a atenção das direções partidárias era orientada, na maioria das vezes, pelo interesse momentâneo de explorar o "potencial" eleitoral, mais do que de transformá-lo em organização partidária.

A falta de autoridade e legitimidade com que os coletivos são vistos, fez com que mesmo em estados onde o grau de organização estava mais consolidado a campanha servisse mais para desgastá-los do que para ampliá-los e fortalece-los.

A superação destes problemas remete, naturalmente, para o equacionamento dos dilemas mais gerais da construção partidária. O nosso desafio será saber compatibilizar a construção de uma juventude petista com a solução destes dilemas. □

Mauricio Durá é secretário nacional de juventude do PT.



As mulheres na campanha Lula

LUIZA COSTA

Nosso programa, aprovado no 9º Encontro Nacional contem orientações bastante corretas. Ele afirma, por exemplo: "A cidadania para as mulheres não significa a simples extensão dos direitos já conquistados pelos homens, acrescidos daqueles referentes à condição feminina em função da procriação. Tem que ser pensada como a construção de uma condição coletiva, generalizada e inclusiva, isto é, da liberdade e igualdade para todos. A afirmação da igualdade não elimina as diferenças. É preciso definir as metas que permitam construir condições concretas para o exercício da igualdade."

Mas sustentamos no debate partidário que, mais

importante ainda do que um capítulo dedicado à cidadania das mulheres, seria fundamental incorporar as propostas capazes de responder às necessidades das mulheres em cada ponto do programa. Isso, porém, não aconteceu. Assim, por exemplo, na formulação das principais metas apresentada na parte econômica, não estava presente nenhuma proposta para as mulheres.

No entanto, já no 9º Encontro Nacional, a principal questão polêmica foi, ao lado do problema da dívida externa, o tema do aborto, onde a defesa de um direito fundamental para as mulheres, elas decidirem livremente sobre a maternidade, foi sacrificada em virtude das pressões da hierarquia da Igreja Católica. Uma decisão que revelava uma incompreensão, por boa parte do partido, da importância do apoio à luta das mulhe-

res e que já prenunciava as dificuldades que enfrentaríamos.

Quando iniciamos a campanha, a secretaria de mulheres estabeleceu alguns objetivos a serem atingidos: organizar as mulheres para potencializar sua participação na campanha Lula junto às mulheres em geral e as que estão organizadas nos movimentos sociais; ampliar contatos com companheiras de outros estados; consolidar e fortalecer o trabalho de mulheres no partido; produzir materiais para divulgar as propostas do governo Lula para as mulheres; e estabelecer um canal de comunicação entre as mulheres e a campanha.

Mas apenas o conjunto do partido e da campanha poderiam dialogar com o conjunto das mulheres da sociedade brasileira e mostrar como o programa do PT estava comprometido com o

Homossexual: sujeito oculto

WILLIAM AGUIAR

A atuação do Setorial Nacional de Gays e Lésbicas na Campanha Lula Presidente foi marcada pela guerra de idéias entre setores ligados às igrejas de orientação judaico-cristãs, de um lado, e militantes homossexuais, de outro. A cobrança pública de algumas lideranças religiosas sobre quais seriam as posições do candidato frente às propostas dos homossexuais criou uma polêmica em torno de um tema sobre o qual nossa posição não deveria ter nenhuma ambiguidade: a defesa dos direitos dos homossexuais contra a opressão que sofrem.

A defesa de propostas de modificações das leis penais e trabalhistas, tipificando o delito de discriminação por orientação sexual e garantindo a plena igualdade de oportunidade, a garantia de direitos relativos à previdência social para os casais homossexuais, o combate à difusão de idéias preconceituosas no sistema escolar e nos meios de comunicação e outras de igual teor, não pode ficar refém de cálculos eleitoreiros.

O problema que o Grupo de Gays e Lésbicas havia enfrentado na época do 9º Encontro, quando teve que modificar sua proposta inicial de Plano de Governo - que inicialmente incluía a defesa das propostas do contrato de união civil e do seu reconhecimento na partilha de bens e herança - foi uma indicação do quanto o setor cristão pode influenciar na mudança de posições dentro do PT. Acabado o 9º Encontro, as posições em relação às propostas do PG não poderiam mais ser modificadas, pois faziam parte de uma resolução coletiva. *O que ocorreu durante a campanha foi o seu encobrimento.* Essa atitude teve como consequência a desmobilização de setoriais estaduais de gays e lésbicas e o afastamento de algumas lideranças homossexuais da campanha.

Isso perdeu durante toda a campanha, confirmando a gravidade da situação. Um exemplo disso foi a batalha de idéias que esses setores travaram na confecção do material específico do Setorial de Gays e Lésbicas. Depois de participar das reuniões sobre materiais de campanha (o que fazer e como viabilizar), os militantes homossexuais apresentaram suas propostas e experimentaram aquilo que se pode chamar de "teste de resignação petista".

Foram três meses de discussão e cobrança. Houve "atraso" que, nessas alturas, não era só do material, mas político-ideológico. No dia 29 de setembro, faltando três dias para as eleições, o material chegou à sede do comitê nacional. Nada mais poderia ser feito com os panfletos, pois os pacotes levariam de 15 a 20 dias para chegar ao seu destino. Sem contar que foram confeccionados apenas seis mil e quinhentos, que seriam distribuídos entre os setoriais homossexuais organizados em nove estados e nos grupos de gays e lésbicas

de todo país (hoje são mais de cinquenta).

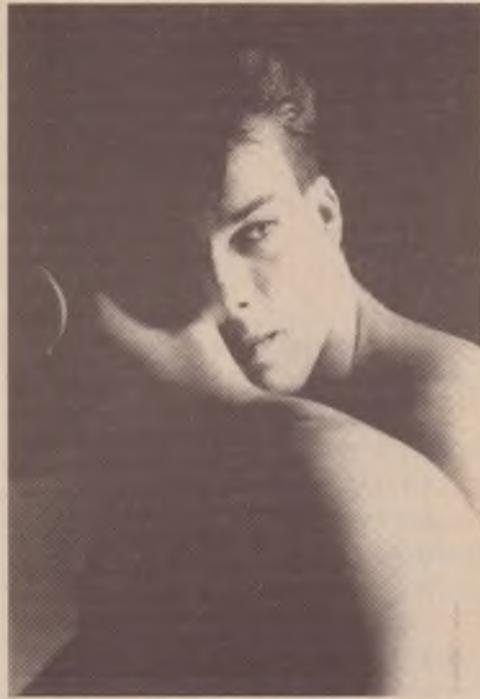
A maneira como estava sendo conduzida a campanha, através da mídia, fazia com que nosso projeto global fosse secundarizado, destacando as "opiniões pessoais", que não esclareciam as questões de direitos humanos e cidadania. Uma frase de Lula num encontro com lideranças evangélicas no Rio de Janeiro "como pai, eu sou contra o casamento de homossexuais" desmotivou alguns militantes homossexuais cariocas e afastando-os da campanha.

A mídia teve papel importante nessa batalha, pois não perdia a oportunidade de colocar a questão em discussão nos jornais e em algumas rádios, sempre com opiniões de quem se opunha às propostas de reconhecimento de direitos. Deveria haver uma diferença, que não ocorreu, entre a opinião da imprensa sobre os assuntos relativos à sexualidade e a do PT. Não havendo um esclarecimento dessa diferença, o discurso acabou não convencendo o setor cristão e tampouco o setor homossexual.

Um dos argumentos usados pelos setores ligados às igrejas cristãs no 9º e durante toda a campanha foi que "o Lula perderia votos se as questões relativas aos homossexuais fossem levantadas". Era uma maneira de tentar disfarçar o preconceito. No final, as propostas foram ocultas e o PT perdeu as eleições. Onde está o erro? É muito fácil responder. Está na resposta dada pelo partido a alguns segmentos do movimento social, diferente da sua história e essência, não firmando posição, fazendo com que prevalecesse um discurso que pedia para o consenso. Bastaria o PT assumir o seu projeto político em sua radicalidade, sem a preocupação de agradar uma parcela da sociedade que sempre caminhou no sentido contrário à defesa dos direitos humanos e da universalização da cidadania. Essa parcela já tinha o seu candidato.

O espaço para um balanço criterioso do que foram essas eleições já está aberto e o Setorial Nacional de Gays e Lésbicas colocará suas críticas e sugestões, com o objetivo de construir o Partido dos Trabalhadores e avançar na luta pelos direitos humanos. O combate à discriminação por orientação sexual é parte fundamental de nossa proposta de transformação da sociedade e o PT não pode retroceder na luta por esses direitos. □

William Aguiar é membro do Grupo de Gays e Lésbicas do PT



Ernesto Boldan

O que ocorreu na campanha foi o encobrimento das propostas do partido para os gays e lésbicas.

avanço da sua cidadania.

Isso não ocorreu. Quando se falou de emprego, não se explicitou o que isso contribuiria para mudar a situação das mulheres. Quando se falou de pobreza, sequer se mencionou que ela afeta de forma diferente homens e mulheres. As creches jamais foram tratadas, mesmo no programa, como uma prioridade social, assim por diante...

Durante a campanha, assim como outras secretarias e grupos organizados dentro do partido, organizamo-nos enquanto setoriais para potencializar a mobilização e a organização.

Muitas ações de campanha dependiam das ações das integrantes dos setoriais, mas não só. Elas deveriam estar necessariamente vinculadas às propostas da dinâmica geral da campanha: dependia também da importância política e eleitoral que a coordenação daria ao tema e da forma como isso seria feito.

O desenrolar da campanha mostrou que, como um todo, a coordenação não dialogou com as mulheres e ignorou o setorial enquanto setor organizado da campanha (embora esse não seja um

"privilégio" apenas das mulheres). E quando tentou este diálogo diretamente através da mídia os resultados foram desastrosos.

Alguns exemplos: em um dos programas de rádio o Lula perdeu um precioso tempo para falar que as mulheres brasileiras são exemplos para o mundo. Falou que no seu governo as mulheres não seriam discriminadas. Não falou por que, com que ações iria fazer isso, como isso se concretizaria. Perdeu-se aí a oportunidade de divulgar as 13 propostas do Lula para as mulheres.

Outro foi a declaração atribuída a Lula à revista *Marie Claire* onde, tratando do tema do planejamento familiar, a resposta de Lula afirma o seguinte: "O governo em conjunto com a sociedade tem que articular uma política de planejamento familiar, que é uma das formas mais eficazes de combater a miséria." Uma afirmação alinhada às posições mais à direita, controlista, que coloca o número de filhos como uma das causas da miséria e, implicitamente, os argumentos dos países do norte, segundo o qual quem causa a pobreza são

os pobres.

Mas a presença das mulheres na campanha também teve aspectos positivos, expressando o investimento nesta questão. Aumentou o número de candidatas/as proporcionais preocupados em fazer uma campanha dirigida também para as mulheres, tanto nas propostas como na organização de atividades específicas.

Para a secretaria nacional de mulheres, continua colocado o mesmo desafio de lutar para que o partido como um todo incorpore a luta contra a desigualdade de gênero. E a ele se acrescenta o de promover um debate que permita que o conjunto do partido reflita sobre o significado da derrota, do que será o governo FHC e de como derrotá-lo. Afinal, em todo o mundo as políticas neoliberais só tem aumentado a pobreza para a maioria das mulheres. □

Luíza Costa é coordenadora da Secretaria Estadual de Mulheres do PT de São Paulo e membro da secretaria nacional de mulheres.

A campanha nas Alagoas

HELOISA HELENA

Se o nosso país apresenta-se como um monstro a serviço de uma elite deplorável, o nosso estado reflete isto, sem nenhuma dúvida, em forma de um espetáculo de horrores.

Sabemos o quanto é difícil a construção de uma alternativa democrática-popular em todos os recantos deste país... mas aqui, nas Alagoas, é uma aberração! Conviver, ao mesmo tempo, com a truculência das ameaças de morte e alguns duelos imbecis dentro do nosso próprio partido, é dose!

A nossa experiência, enquanto partido, na Prefeitura de Maceió (ocupando a vice-prefeitura e as secretarias de educação, transporte e cidadania) criou um debate interno com análises que oscilavam entre o desprezo raivoso pelo prefeito ao reconhecimento de avanços importantes, embora limitados, na Administração Municipal. Não é fácil! São tantos acontecimentos aborrecidos e disformes, onde todos nós temos alguma responsabilidade, que não valem relato pois comprometem a paciência de qualquer leitor.

Mas (suspiro para avaliar!)... aprendemos a não desesperar, a não temer, a construir de forma consciente, bela e destemida, a resistir nesta terra!

É exatamente por este aprendizado que conseguimos forças para superar a tristeza com a vitória na eleição presidencial daqueles que destroçaram o nosso país e a vergonhosa votação de Lula em nosso estado. Tivemos pelo menos, resultados na disputa proporcional local que suavizam tantos agravos e nos dão forças para continuar resistindo.

Esta batalha eleitoral local foi muito mais dura que a disputa pela Prefeitura de Maceió. A forma mesquinha, cruel e eficiente das forças conservadoras se articularem politicamente contrastam com a completa desorganização de todos os partidos de esquerda. Quase não existimos! Mas algumas dezenas de companheiras e companheiros que, mesmo desarticulados, não se dobram a arrogância dos usineiros e do Sindicato do Crime e que insistem, imbuídos de uma

teimosia santa, em remar contra esta velha forma de escrever a história política em nosso estado.

Durante o período eleitoral pensava constantemente na importância da eleição presidencial, companheiros que resistem, nas crianças escravas nos canaviais, na trajetória de fome, dor e miséria imposta aos filhos da pobreza, para oxigenar esta luta, sempre penosa, e por vezes solitária.

A dobradinha construída por Paulão (candidato a federal, Presidente da CUT e grande companheiro desta jornada) foi fundamental para garantir em grandes momentos a unidade do partido. Andamos pelo interior acima de tudo extremamente obstinados.

É por tudo isto (e muito mais!) que a expressiva votação do nosso companheiro de dobradinha (não eleito por falta de coeficiente na coligação) e (até que enfim!) a conquista de uma "bendita cadeira" na Assembléia Legislativa para o PT tem um significado muito especial.

Numa Assembléia partilhada entre a nata da corrupção e a turma da pistolagem é, no mínimo, "interessante" que estes setores tenham que conviver politicamente com uma mulher, e do PT!

As esperanças depositadas neste mandato, na perspectiva de concretizar no Legislativo um instrumento de resistência e luta daqueles que buscam tornarem-se senhores de seus próprios destinos, nos traz grandes responsabilidades.

Nunca tivemos caminhos fáceis, aprendemos, como tantas mulheres das Alagoas, a renascer a cada dia e responder orgulhosamente, com a luta cotidiana a tantos sofrimentos que nos machucam mas não conseguem nos curvar.

Em 1995 não vamos homenagear apenas os 300 anos de resistência de Zumbi dos Palmares, vamos homenagear também, com este mandato, os anônimos gigantes de audácia, coragem e dignidade que insistem, em ser livres para viver e amar nas Alagoas. □

Helois Helena é vice-prefeita de Maceió e elegeu-se deputada estadual.



Numa Assembléia partilhada entre a nata da corrupção e a turma da pistolagem, os senhores das Alagoas vão ter que conviver com uma mulher e do PT.

Polêmica: "sexo" e "sentimentos"

BETE BÚRIGO

Pode ser que "Quatro casamentos" e "Restos humanos" tenham sido apenas pretexto para Jurandir Freire falar do "sexo dessacralizado" e da "democracia dos sentimentos" (ver matéria no **Em Tempo** nº 276). Nesse caso, a comparação (infeliz) entre os dois filmes ajuda a revelar o que há de conservador na visão de Jurandir.

Na nova "cultura dos sentimentos" ilustrada (segundo Jurandir) por "**Quatro casamentos e um funeral**", o sexo é "algo simples", desembaraçado de toda violência ou relação de opressão: "assim como jogos ou brincadeiras". Vale dizer que no filme de Mike Newell tudo o mais é simples: os personagens não têm emprego nem profissão, nem filhos nem pais. As relações hetero ou homossexuais deixam (segundo Jurandir) de impor uma "etiqueta sexual" (embora por algum motivo as relações

homossexuais sejam discretamente escondidas, ao contrário das heterossexuais, festejadas nos casamentos). Enfim: estão todos livres - de qualquer preconceito, de uma educação para a subordinação ou o privilégio, de constrangimentos sociais - para viver sua vida afetiva e sexual longe da "submissão, infelicidade ou a morte".

Toda essa nova cultura se desenvolve (ou surge, de repente) como muita gente progressista gostaria: "sem esperneios, passeatas ou manifestos", enfim, sem enfrentamentos e sem rupturas. E por falar nisso, porque fazer desimportante a diferença entre a homo e a heterossexualidade, exatamente no momento em que os movimentos de gays e lésbicas reivindicam visibilidade para os seus problemas? Enfim: o autor (Jurandir) parece ansioso por se livrar do peso que é o convívio com a opressão e a violência, sem arriscar muito. Afinal, em "Quatro casamentos" todos terminam felizes e aos pares.

Como era dantes...

"Restos humanos e a verdadeira natureza do amor", de Dennys Arcand, descreve "o que é", segundo Jurandir. A violência, a AIDS, a discriminação, a ansiedade em torno da vida profissional e da competição estão ali. Há uma angustiada busca de rumos pelos personagens. Mas dizer que ali o sexo é o começo e fim de tudo é no mínimo injusto para um filme onde as relações de amizade são a chave no enfrentamento da violência, da doença, na solução dos problemas de moradia e profissão. O filme não tem uma "saída" para os "desencontros e frustrações sexuais", nenhuma mágica libertadora, mas sugere que a busca é mais fácil num ambiente de solidariedade.

Jurandir Leite quis ver em "**Quatro casamentos**" algo que o diretor jamais tentou mostrar. Já o editor do "Em Tempo" foi traído pela sua (lamentável) preferência por filmes que apenas divertem. □

Ser criança no capitalismo

RAFAEL FREIRE

Imediatamente surgiram vozes falando numa atitude anti-nacional do movimento sindical cutista. Ou mesmo que seria melhor ter crianças trabalhando do que na marginalidade. A origem da polêmica é que uma comissão do Congresso dos Estados Unidos recomendou tomar medidas contra a importação de sapatos brasileiros porque eles são fabricados utilizando ilegalmente mão de obra infantil. A denúncia baseou-se num trabalho de pesquisa e mobilização desenvolvido pelo Sindicato dos Sapateiros de Franca, a CUT e o Dieese, que mostra uma paisagem própria dos infícios da industrialização capitalista.

Escravidão infantil

Vejam alguns dos "principais fatos" relatados no informe "Crianças que estudam e trabalham na cidade de Franca", alertando que o quadro deve ser ainda pior, já que ele abarca apenas as crianças que estão estudando e com idade entre 7 e 13 anos:

- As crianças trabalham muito antes da idade permitida por lei (14 anos).
- A maioria está defasada na relação idade/série cursada, isto é, está atrasada nos seus estudos.
- A metade das crianças já repetiu de ano pelo menos uma vez.
- Quase todos têm pai e mãe e, em mais de 70% dos casos, os dois trabalham.
- Das 1.561 crianças entrevistadas, 73% estão na produção de calçados (bancas). A maior parte está em bancas da própria família, muitas delas clandestinas. Entre os pequeninos, com sete e oito anos, está o maior percentual de trabalhadores em banca.
- Um terço das crianças trabalha seis horas diárias ou mais.
- Mais da metade recebe até meio salário mínimo por mês e 12% não têm salário.
- Um terço das crianças gasta seu salário como quer; quase a metade da parte ou todo o salário em casa e 23% não receberam até hoje.
- Das 1.561 crianças entrevistadas, nove têm carteira assinada.
- Apenas 46 crianças fizeram cursos para exercer seu trabalho, as demais aprenderam no próprio serviço.
- A maior parte trabalha há menos de dois anos, o que demonstra que o aumento da mão de obra infantil está relacionada com a crescente terceirização do setor de calçados.
- Quase ninguém tira férias do trabalho e até, pelo contrário, aumenta a jornada durante as férias escolares.
- A maior parte dos entrevistados, embora todos se queixem de várias doenças, não atribui seus males ao trabalho. Os sintomas de dor de cabeça, tonteira e problemas de vista, comuns pela exposição ao cheiro de cola e de solventes orgânicos, são os mais citados. Em segundo lugar, em proporções menores, estão os cortes, ferimentos, dores musculares e problemas de coluna, também relacionados ao trabalho em banca.

Uma dia na vida dessas crianças

Há uma predominância de casas de família como local de trabalho das crianças. Mais de 65% delas trabalham na própria casa ou banca de vizinho ou parente.

Esse "trabalho a domicílio" está plenamente integrado à cadeia produtiva de empresas altamente competitivas no mercado internacional; isto é, não se trata de "empresas familiares", mas de uma forma de terceirização. E também, trata-se de mais uma faceta da "modernização capitalista" que o Brasil está vivendo nos anos 90...

O trabalho nesses locais "leva a uma situação ambígua, em que condições de trabalho, de outra forma inaceitáveis, são amenizadas pela relação pessoal entre o dono da banca e a criança e pela familiaridade do local de trabalho".

Vejam o relato de uma delas acompanhado das observações dos pesquisadores: "O fato de trabalhar em casa, ou na vizinhança, aliada à proximidade da escola torna possível esse trabalho prolongado, muitas vezes intercalado com o estudo, e leva a situações como o de uma menina entrevistada no estudo de caso ... que descreveu o seu dia a dia da seguinte maneira: trabalho das 7:00 às 11:00 hs, vou em casa almoçar e volto para o trabalho das 12:15 às 13:30. Depois vou para a escola e estudo das 14:30 às 18:50. Daí volta a trabalhar das 19:00 às 23:00 horas. Infelizmente, este não é a exceção."

Situação nacional

As crianças de Franca são apenas uma amostra do quadro nacional. "De acordo com o IBGE, em 1990, sete milhões e meio de crianças e adolescentes trabalhavam, representando 11,6% da População Economicamente Ativa".

"Ainda segundo o IBGE, existe uma relação direta entre a renda familiar e a entrada precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. O violento processo de concentração de renda das últimas décadas, o evidente empobrecimento da população e a falta de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes são também responsáveis pelo aumento do trabalho infantil em todo o Brasil".

O sindicato de Franca, junto com a CUT, lançou a campanha "Lugar de criança é na escola pública e de qualidade: não ao trabalho infantil" em torno da qual se organizam uma série de propostas para reverter o dramático quadro relatado. □

Rafael Freire é da Executiva Nacional da CUT



Mulheres - Inspecção 1940 - Lívio Abramo

O patronato dos calçados está procurando aumentar sua competitividade no mercado mundial implantando um verdadeiro regime de escravidão infantil.

Protecionismo e barbárie

Os governos dos Estados Unidos e França introduziram, no processo de constituição da Organização Mundial do Comércio (OMC) que irá suceder ao GATT, a discussão sobre a "cláusula social". Os fatos em relação às crianças de Franca estão neste marco.

Pela "cláusula social" a OMC aplicaria sanções comerciais aos países ou seus produtos em relação aos quais exista denúncia de não cumprimento de direitos sociais básicos.

Esse repentino interesse pelo "social" de potências imperialistas têm sua explicação na necessidade de contar com mecanismos de proteção de seus mercados frente ao que consideram concorrência desleal, o "dumping social" (isto é, países que obtêm competitividade com base de péssimas condi-

ções de vida e trabalho de seus trabalhadores).

Na discussão, o movimento sindical do Terceiro Mundo está espremido entre o protecionismo dos países imperialistas e a safadeza de governantes e empresários que utilizam trabalho forçado, trabalho infantil, fraudes trabalhistas, longas jornadas e os baixos salários, para conquistar "competitividade" no mercado internacional.

Por razões muito parecidas a seus governos muitas centrais do Norte apoiam a "cláusula social". A CUT decidiu apoiá-la com outra perspectiva e com condicionantes. Por exemplo, deve haver um período de verificação das denúncias e os sindicatos de cada país devem ter um papel chave nela. Além disso, deve ser cobrado do movimento sindical dos países desenvolvidos uma postura igualmente combativa em relação

às questões estruturais da relação Norte-Sul que estão na base da barbárie social em nossos países (as trocas desiguais no comércio mundial, o peso da dívida externa, o monopólio dos avanços tecnológicos, etc.)

Essa postura da CUT já lhe valeu reclamações por parte do Itamaraty. O governo brasileiro tem se posicionado contra a "cláusula social" beirando uma defesa dos baixos salários e as péssimas condições de trabalho como "vantagem comparativa" do nosso país.

Quando o Sindicato dos Sapateiros de Franca, já com o estudo na mão, convocou os empresários para discutir saídas, nenhum apareceu. Agora, com a pressão internacional se somando às iniciativas do Sindicato, talvez existam melhores condições para negociar... □

Retomada das lutas

MARILANE TEIXEIRA

Mobilizações sindicais no segundo semestre aglutinaram perto de 1,5 milhões de trabalhadores.

O segundo semestre sempre foi marcado por campanhas salariais de importantes categorias. Este ano, bancários e petroleiros encabeçaram uma mobilização que aglutinou perto de 1,5 milhão de trabalhadores. As perdas dessas categorias em campanha salarial chegavam até 119%, como acontecia com os bancários, cuja data-base é 1º de setembro.

Governo e empresários, temerosos de que essas campanhas colocassem em risco a aplicação do plano de estabilização econômica e a campanha de FHC, desenvolveram uma forte ofensiva, com a ajuda dos meios de comunicação, tendo como principal objetivo jogar a população contra qualquer movimento reivindicatório.

As mobilizações das categorias

Químicos. Com data-base em 1º de novembro, os químicos do Estado de São Paulo, com cerca de 300 mil trabalhadores na base, acumulavam uma perda de 125%. Segundo Martisalem Covas Pontes, membro da Executiva da Federação Estadual da CUT, a maioria das empresas não concederam nenhum tipo de antecipação.

Este ano, pela primeira vez nos últimos onze anos, a federação oficial, que representa aproximadamente 100 mil químicos no estado, unificou a campanha salarial. "Isto ocorreu em função da necessidade de construir a unidade dos trabalhadores frente aos patrões", diz Martisalem.

Ao constatarem o descontentamento dos trabalhadores com a proposta de aplicação do IPC-r de julho a outubro mais um abono de R\$ 100,00, o grupo 10 da FIESP, que engloba todo o setor químico, retirou-se da mesa de negociações e encaminhou pedido de dissídio ao tribunal.

Construção civil. Cerca de 400 mil trabalhadores da construção civil do Estado de São Paulo, cuja base atinge 600 mil, estiveram em greve de 26 de setembro a 11 de outubro. Metade da categoria, 300 mil trabalhadores, estão na capital. As negociações tiveram início em julho, conforme previsto no acordo coletivo da categoria,

assinado em maio.

A categoria apresentava perdas de 39%, incluídas defasagens anteriores ao Plano Real. Insatisfeitos com a proposta, que não avançou depois de quase dois meses de negociação, os trabalhadores entraram em greve, cuja principal mobilização se deu na Capital.

Segundo Figueiredo, membro da executiva da Federação Nacional da Construção Civil da CUT, era a primeira greve que o sindicato da cidade de São Paulo fazia nos últimos 30 anos. Depois do 14º dia de paralisação, a greve foi julgada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Foi concedido 5% de antecipação, 3% de aumento real sobre os salários de dezembro, 60 dias de estabilidade e o não desconto das horas paradas.

A mobilização do pessoal da construção civil conseguiu romper o bloqueio imposto pelo plano econômico do governo e mostrou a outras categorias o caminho a seguir para acabar com o arrocho. Contudo, os patrões recorreram ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, que

cassou a decisão do tribunal paulista.

Bancários. O acordo dos bancários com a Fenaban só saiu no dia 25 de outubro. Foram mais de dois meses de negociação, com várias greves-surpresa paralisando centenas de agências por todo o País. Até a paralisação ser iniciada, ninguém, a não ser diretores do sindicato e membros dos comandos de mobilização, sabia qual agência seria paralisada.

O resultado da campanha dos bancários foi o IPC-r do período (11,87%), mais 3,69% referente ao resíduo resultante da conversão dos salários em URV, ocorrida em 1º de março. No total, o reajuste atingiu 16%, além de um cheque cesta alimentação no valor de R\$ 80,00 por mês e auxílio creche de R\$ 60,00.

"O Plano Real, com todo o aparato de apoio propiciado pelos meios de comunicação e a legislação salarial em curso, interferiu muito no andamento de nossa campanha salarial. Por isso, consideramos válida a nossa mobilização, que teve caráter nacional, envolvendo milhares de bancários em todo o Brasil", avalia Gerardo, da executiva do Sindicato dos Bancários -RJ e da Confederação Nacional dos Bancários da CUT.

Petroleiros. A greve dos petroleiros, que têm uma base nacional, foi deflagrada em setembro. O movimento teve contra si uma pressão muito forte do governo e dos meios de comunicação, impingindo à greve uma conotação partidária que teria como objetivo desestabilizar o Plano Real e assim beneficiar a candidatura Lula.

A categoria não avançou nada além do previsto na política econômica. Um acordo entre Federação dos Petroleiros, CUT e governo encerrou a greve. Parte desse acordo previa a negociação das perdas salariais de 26,06% decorrentes do plano Bresser (decretado em junho de 1987). Até agora, a Petrobrás não se mostra disposta a iniciar a negociação. Ao contrário, ameaça instaurar processos administrativos para demitir as lideranças da greve de setembro.

Greve no ABC. O principal movimento no período, ficou por conta dos metalúrgicos do ABC. Exigindo o cumprimento do acordo das camaras setoriais os metalúrgicos desbancaram o governo das negociações e garantiram abono referente a inflação do período.

Empresas lucraram muito

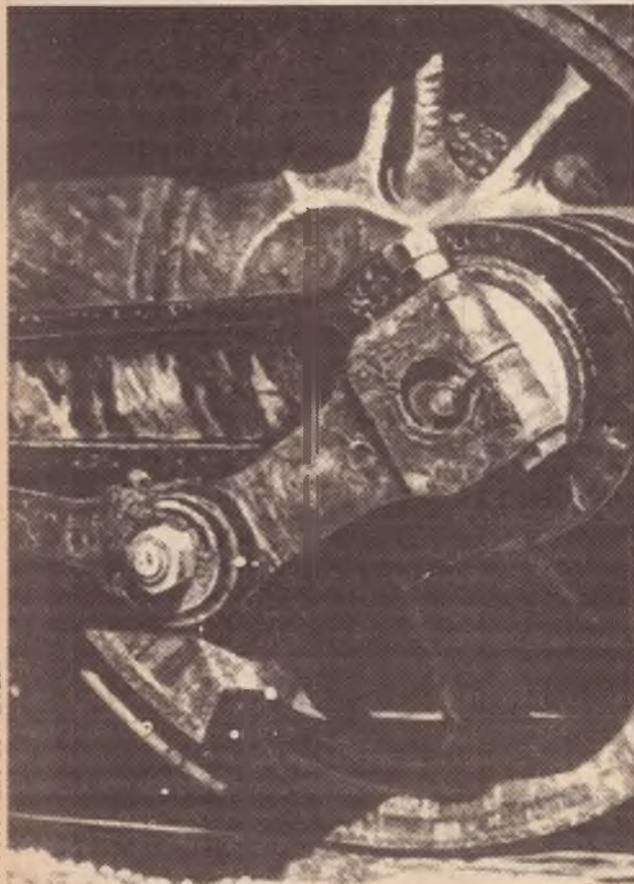
Um estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas verificou que no primeiro semestre deste ano, entre 167 empresas pesquisadas, 67% aumentaram suas margens brutas de lucro para 28,6%, em média. Além disso, a remarcação abusiva dos preços no final de junho, garantiu a empresa ganhos extraordinários. Existem, portanto, condições de as empresas concederem reajustes a fim de diminuir a extensão das perdas salariais dos trabalhadores.

Em outro estudo, a Deloitte Touche Tohmatsu, de São Paulo, mostra que, de abril a setembro, 150 empresas de grande e médio porte do eixo Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, concederam algum tipo de antecipação salarial. Todos esses reajustes ocorreram fora da data-base, burlando assim as determinações do Plano Real.

Em contradição com a postura do governo e o endurecimento dos tribunais, não considerando os índices inflacionários antes do real, as categorias estão indo a luta e isto tem pressionado o setor empresarial que tem concedido algum tipo de reposição.

Protegidas pela lei salarial imposta pelo governo, as empresas jogam com o tribunal para não conceder aumentos reais. Os movimentos grevistas neste último período, embora bastante expressivos, como a greve dos petroleiros e da própria construção civil, dos metalúrgicos de São Paulo, etc. não conseguiram impor outro ritmo na negociações.

Frente à proximidade do novo governo o movimento sindical se vê diante de grandes desafios: 1º) enfrentar a ofensiva do governo de impedir a reposição salarial; 2º) disputar a implantação de um novo sistema de relações de trabalho que efetivamente defenda os direitos dos trabalhadores. □



Gláuco Pinto de Moraes

Um estudo mostra um enorme crescimento das taxas de lucro este ano, que atingiram o patamar de 28%.

Uma sociedade sem manicômios

Isabel Cristina Lopes, militante do movimento SOS Saúde Mental, é psicóloga e sanitarista do serviço público municipal da cidade de São Paulo, uma das idealizadoras do projeto dos Centros de Convivência e Cooperativas, que constituem um dos serviços substitutivos aos hospícios, e do coral cênico de saúde mental de São Paulo.

Tendo iniciado sua militância no movimento de direitos humanos e posteriormente no de saúde da Zona Leste, Cristina participa do PT desde 1980. Foi uma das impulsoras do Comitê Nacional da Luta Antimanicomial do partido que se formou este ano, vinculado à campanha presidencial de Lula.

O que é o problema dos manicômios no Brasil?

Trata-se de uma instituição bastante antiga, enraizada na sociedade e que aparece ao senso comum como necessária. No entanto, é uma instituição pela qual o capitalismo instrumentaliza o saber médico para disciplinar os indivíduos no processo de urbanização e industrialização, através da apropriação do corpo, do tempo e do comportamento dos indivíduos. Como instituição de controle e normatização social, sempre serviu e ainda serve para segregar e violentar as pessoas, sequestrar suas identidades, punir os desviantes das normas e da ordem estabelecida e os improdutivos.

É com esta vocação que os hospícios foram criados na Europa e inseridos como estratégia de Estado no Brasil Imperial, tendência que se acentua no período republicano, onde ela expressa o racismo, a xenofobia, o antiliberalismo. Entende-se assim porque os primeiros e constantes internos destes hospícios brasileiros serem os negros, prostitutas, mendigos, desempregados, homossexuais, imigrantes, mulheres e ativistas políticos.

Com a democratização dos anos 80, assistimos uma política de investimento na ambulatorização. A política de criação de ambulatórios de saúde mental, com discurso humanizante e de restrição à internação, tinha como objetivo apenas diminuir os custos com internação psiquiátrica o que na prática não ocorreu, além de não criar alternativa ao hospício. Temos, simultaneamente, um investimento cada vez maior nos convênios. O dinheiro público não constroeu novos hospícios, mas passa a financiar os particulares, que tem um crescimento absurdo. Os ambulatórios acabam contribuindo para fortalecer os convênios.

Os gastos do governo na área de saúde mental somam atualmente 450 milhões de dólares que vão parar fundamentalmente nas mãos dos empresários da loucura. 2% da população brasileira já passou pelos hospícios. E cerca de 300 mil pessoas já morreram neles; muitos outros ficaram com sequelas irreparáveis. Enquanto isso, cerca de 15% da população que precisa de ajuda nesta área quase não tem acesso a serviços humanizados e substitutivos.

Como se deu a constituição do movimento antimanicomial no Brasil?

O movimento antimanicomial é recente no país. Ele tem raiz na luta pela redemocratização política, desde a década de 70, tendo como vanguarda os trabalhadores de saúde mental. Mas somente a partir de 1987 que, de forma organizada, o movimento define uma estratégia de transformação mais ampla da sociedade à partir de aliança com os setores sociais vítimas da ação de instituições psiquiátricas (usuários dos serviços e seus familiares, sindicatos de trabalhadores, profissionais de saúde, movimentos sociais e populares - negros, mulheres, homossexuais, estudantes, lideranças comunitárias).

Estabelecemos uma organização em rede, com as pessoas organizadas em núcleos em suas cidades ou estados. Com isso o movimento conheceu uma expansão muito rápida, deixando de ser um movimento de saúde mental para se tornar um movimento de luta antimanicomial, em torno do slogan "Por uma sociedade sem manicômios", que propõe não apenas a extinção dos hospícios mas a "desinstitucionalização" da sociedade, isto é, a retirada do caráter disciplinador, segregador e normatizador de outras instituições, como a escola, a empresa ou a família. E estabelecemos também



Willian Aguiar

uma data, o 18 de maio, como dia nacional de luta antimanicomial. E, além de prosseguirmos nossa articulação e elaboração nos encontros nacionais e estaduais, temos conseguido sensibilizar a opinião pública e a sociedade civil para nossas propostas.

O movimento tem tido uma participação expressiva nos momentos oficiais de discussão. Devido a isso, o relatório da II Conferência Nacional de Saúde Mental, de 1992, é bastante progressista: ele afirma a necessidade da substituição dos hospícios, apontando para sua eliminação no Brasil até o ano 2000 e uma reorientação do orçamento hoje dedicado a eles para a rede substitutiva, além de propor mudanças profundas em toda a legislação psiquiátrica, inclusive nos códigos civil e penal. Deliberamos também a criação da Comissão Nacional de Reforma Psiquiátrica, ligada à Comissão Nacional de Saúde.

Qual é a proposta fundamental do movimento?

A proposta fundamental é a extinção dos hospitais psiquiátricos, como parte de uma estratégia de "desinstitucionalização" da sociedade. Os projetos de lei que ajudamos a montar têm dificuldade de assumirem a proposta de extinção; falam de uma substituição progressiva dos hospitais psiquiátricos. Mas na verdade é uma questão de retórica: os hospitais psiquiátricos não tem um papel que justifique a sua manutenção.

Um sério obstáculo para nossa luta é o poderoso lobby da Federação Brasileira dos Hospitais, a FBH. Os hospícios dão muito lucro. O Ministério da Saúde paga hoje, para um hospital psiquiátrico, uma diária que varia entre 16 e 21 dólares. Em 1991 ele gastou 224 milhões para financiar 90 mil leitos psiquiátricos, mesmo afirmando ter uma política antimanicomial, de substituição progressiva dos hospitais psiquiátricos. Tanto isso não é verdade, que em 1993 ele gastou 370 milhões de dólares para o financiamento de 80 mil leitos psiquiátricos. E sem que isso significasse uma melhoria da qualidade do atendimento. Há uma clara política de manutenção dos hospitais psiquiátricos, muitas vezes propriedade de políticos importantes, através de financiamentos públicos.

O outro lado do problema é a vocação do hospital psiquiátrico como uma instituição total, estrategicamente importante para um governo que para manter a economia basea-



Em cima e em baixo, 1947-M. C. Escher

A proposta fundamental do nosso movimento é a extinção dos manicômios como parte de uma estratégia de "desinstitucionalização" da sociedade.

da no lucro necessita de instituições que normatizem, segreguem, violentem e disciplinarem as condutas. É uma perversa versão do presídio.

Isso tem raízes profundas. Sempre fazemos uma comparação didática dos hospícios com os leprosários. Hoje é muito difícil para o senso comum perceber como é possível eliminar o hospital psiquiátrico, porque as pessoas tem o estereótipo da loucura muito introjetado. No imaginário da população não dá para se conviver com a loucura. Na verdade, a loucura esta na rua, está dentro da gente, está sendo produzida a cada momento. E podemos conviver comunitariamente com esta loucura, codificá-la e ressignificá-la.

Mas é claro que o fim dos hospitais psiquiátricos não significa os "loucos" irem para a rua no sentido literal do termo. O movimento propõe outras saídas humanas, éticas e de resolutividade para o sofrimento real destas pessoas. O movimento inclusive defende a internação, quando ela for necessária, mas não em manicômios.

Qual é a visão de reorganização das relações sociais que embasa esta proposta de fim dos hospícios?

O pressuposto fundamental é as pessoas poderem conviver com a diferença. Isso significa dar possibilidade aqueles que hoje não podem desenvolver sua cidadania um poder de barganha. Há propostas de humanização dos hospitais psiquiátricos que reproduzem uma relação de exclusão, de estigmatização, não alterando o primordial, uma situação em que a categoria da diferença é a base para o não-acesso a direitos e possibilidades iguais. Este pressuposto da convivência não apenas um pressuposto romântico, das pessoas poderem estar juntas, aceitando-se nas suas dificuldades ou limitações, mas também da possibilidade de todas elas terem acesso aos mesmos direitos de cidadania. Isso não significa apenas acesso a serviços e bens, mas a um poder de barganha, a um poder contratual.

Podemos perceber isso de forma muito concreta na inserção das pessoas no mercado de trabalho. Em São Paulo, por exemplo, temos experiências de pacientes, alguns considerados crônicos, que frequentando serviços como os Centros de Convivência e Cooperativa convivem com pessoas tidas como normais, em espaços abertos como praças, parques, centros esportivos. É uma convivência num primeiro momento monitorada por profissionais, mas que com o passar do tempo, com a própria qualidade da convivência desse indivíduo

tido como louco com outros tidos normais, faz com que as pessoas passem a conviver com a diferença como algo que faz parte da vida - porque sempre fez.

Mas não basta só as pessoas se aceitarem, se gostarem, se abraçarem, não fugirem umas das outras, não se sentirem perigosas nem os outros as perceberem como perigosas. É necessário que exista uma possibilidade maior de inserção deste indivíduo na sociedade e no núcleo familiar, dele ser efetivamente alguém que pode ter potenciais de troca.

Um fator que tem facilitado isso é a arte. Na produção da arte, as pessoas se sentem valorizadas, se percebem com potencialidades criativas e nesta descoberta se sentem capazes de fazer trocas, desde o nível básico das trocas afetivas até o re-

conhecimento de sua criação pelos outros. É impressionante como a arte funciona terapêuticamente na vida dos indivíduos que sofrem mentalmente (como, em geral, na vida de todos os indivíduos). Temos tanto pessoas internadas num hospício, como pessoas internadas fora do hospício, internadas para a vida, para a possibilidade de desenvolverem suas potencialidades e vocações. E esse embotamento de afeto e da criação leva as pessoas não só a um sofrimento - mental ou não - mas também a uma alienação da vida, do mundo, de como as relações se dão, de como o desejo delas não está sendo imprimido no dia a dia da própria história, do quanto que elas não são sujeitos da sua própria vida. Nessa situação, a possibilidade de criação, de simbolizar a própria vida, de recriar signos, códigos e isso estabelecer uma ligação com as outras pessoas, contribui para um resgate da identidade dos até então marginalizados. A linguagem artística tem sido facilitadora para a expressão, a convivência e a transformação dos que sofrem mentalmente.

O pressuposto da convivência com o poder de barganha é a grande reorganização das relações sociais necessária para, num primeiro momento, termos a inclusão do diferente. A partir daí, outros pressupostos vão se estruturando: a não segregação, a possibilidade de manifestação de subjetividade, a descoberta e o discernimento de cada um dos seus verdadeiros e originais desejos. A isso podemos chamar de construção da singularidade de cada indivíduo, esteio necessário para ações coletivas libertárias e críticas. Para isso as pessoas precisam se autorizar a manifestar seus sonhos e traçar seus projetos de vida, coisas que até então outros faziam por elas.

Como o movimento trata o problema do atendimento aos doentes mentais?

A assistência é a dimensão mais conhecida, mais fácil de atuar e da população se apropriar. Se eu tenho um doente em casa ou estou convivendo com este sofrimento, a única coisa que me ocorre é poder ter um serviço que me trate bem e que tenha resolutividade. A assistência é um pilar fácil de você conseguir adeptos para estarem juntos, lutando.

Hoje o movimento atua na área da saúde criando propostas que passam por novas estruturas de serviço e por uma nova estrutura de relações de trabalho multidisciplinar, onde vários profissionais trabalhem de forma integrada, onde o saber médico não seja nem absoluto nem principal, onde a medicalização e a psicologização não prevaleçam, onde os diagnósticos e as condutas orgânico-sócio-psíquicas considerem as manifestações de sofrimento como um fenômeno multideterminado, onde a técnica esteja subordinada à promoção da cidadania.

O movimento se coloca também radicalmente contra o uso de eletrochoque, insulino-terapia, lobotomias, psicocirurgias, todas as formas ditas terapêuticas violentas, que são indicadas para a patologia mental e ainda tem defensores nos meios acadêmicos. Conquistamos junto ao Conselho Federal de Medicina a proibição a nível nacional do uso de camisa de força e cela forte.

Temos atuado ativamente contra a política de financiamento do Ministério da Saúde aos hospitais psiquiátricos. Propomos a suspensão do financiamento com o redirecionamento da verba para a construção de serviços substitutivos, o que implica na municipalização da saúde.

Um tema que temos discutido muito, atualmente, é o problema da drogadicção, que articula o problema da saúde e da legislação. É um problema que atinge amplamente a juventude nas periferias e não aparece na política oficial de saúde mental. Atuamos aí a partir dos mesmos pressupostos: não formar espaços de guetos, ter serviços especializados mas não em espaços exclusivos, não reproduzirmos os manicômios, não estigmatizarmos as pessoas, marcando-as por uma determinada patologia. Queremos garantir o atendimento no espaço comum do Sistema Único de Saúde. E mais do que isso, poder atuar na prevenção do uso de drogas na rede comunitária, o que implica alterações na legislação, que encara o usuário como um infrator e não como alguém que precisa de ajuda.

Mas temos sempre que lembrar que a questão manicomial extrapola o problema da assistência. O sofrimento mental tem uma forte determinação social, enraizada nas más condições de vida e de trabalho, na cultura manicomial de desqualificação do subjetivo, dos afetos, que condicionam a forma como as pessoas vivem, se relacionam, adoecem e se lançam a uma desesperada de amor. É um sofrimento produ-



Pedro Vasquez

zido, que tem nestas determinações a sua marca maior.

Como a determinação social se articula com a dimensão orgânica do sofrimento mental?

Não negamos os fatores biológicos no sofrimento mental. Mas esta é uma parte pouco expressiva hoje do sofrimento da nossa população. Uma pesquisa da Escola Paulista de Medicina mostra claramente isso. Foram selecionadas amostras de classe sociais diferentes em três regiões da cidade de São Paulo. As doenças que as pessoas apresentam estão intimamente ligadas à sua condição econômica. Nas pessoas que ganham até 3 salários mínimos, a chance delas apresentarem transtornos mentais é de 22%; para quem ganha mais de 10 salários mínimos, a chance é de 2%, dez vezes menor. Na classificação profissional, 31% das donas de casa apresentam transtornos mentais; entre os trabalhadores assalariados, 22%; e os patrões, 7%. Estes dados não negam a questão biológica mas a colocam em seu devido lugar.

De outro lado, admitimos que em algumas situações as medicações são importantes. Fazemos uso da medicação porque o sofrimento existe de verdade, mesmo que produzido ele se instala. As pessoas precisam de ajuda; isso inclui a participação desta pessoa, seu cotidiano e fantasias, mas inclui também a intervenção terapêutica e medicamentosa para colaborar neste processo mais holístico. Torcemos para que as pesquisas criem recursos mais adequados para tratar de situações mais agudas, como as dos psicóticos maniaco-depressivos, dos esquizofrênicos, onde as pessoas necessitam estar em melhores condições para poderem traçar suas escolhas.

O movimento tem destacado muito a existência de uma cultura manicomial. Como vocês trabalham isso?

Este é o aspecto mais delicado, porque trabalha a questão dos valores, das teias subliminares de controle social. As pessoas acreditam em algumas verdades que foram construídas mas que surgem para elas como naturais, como a de que os diferentes não podem conviver em sociedade. Temos, então, uma verdade estabelecida socialmente que impossibilita as pessoas de se relacionarem. Este é um pressuposto manicomial, um pressuposto da discriminação, da marginalização, da segregação. As relações de poder estão estruturadas com base em princípios manicomiais, que estabelecem determinados papéis e lugares para as pessoas, que estigmatizam, que impossibilitam estas pessoas de se desenvolverem como sujeitos de transformação. E a segregação maior se dá nas instituições encarregadas de sequestrarem e prenderem estes indivíduos, quer tenham cometido ou não delitos.

O hospital psiquiátrico sequestra os indivíduos oficialmente; as pessoas em geral não vão por sua vontade, vão pela vontade do outro. E neste espaço ela é impossibilitada de viver a sua subjetividade, seu desejo, seus sonhos. A cultura manicomial é a impregnação destas verdades no dia a dia das pessoas, nas normas estabelecidas nas instituições mais básicas: a família, a escola, a fábrica onde as pessoas são valorizadas apenas pelo que produzem.

Mas quando falamos da cultura manicomial, dos seus valores, das relações interpessoais, das relações de poder, estamos pressupondo também seu oposto, a possibilidade de existência de uma outra cultura, uma cultura que seja expressão da criação e das potencialidades humanas. E é dessa cultura que a maioria das pessoas não pode se apropriar.

As propostas neste plano procuram transformar instituições como escolas, serviços de saúde ou mesmo a família, para que nestes espaços as relações possam se dar sobre bases diferentes. Isso implica as pessoas poderem contratar relações mais construtivistas, relações mais horizontais, reconhecendo o direito do outro, sua singularidade e convivendo com aqueles que fogem às normas.

E quanto às propostas de mudança da legislação?

A legislação que ainda hoje rege a questão psiquiátrica é de 1934. Seu problema não é ser antiga, mas o fato dela ser desumana, violenta e discriminatória. Ela permite que as pessoas sejam arbitrariamente encaminhadas para o hospital psiquiátrico e que elas percam seus direitos de cidadania se forem consideradas doentes mentais. Essa impossibilidade de viver como cidadão porque está sofrendo mentalmente leva as pessoas a uma condição de eterna estigmatização quando afirma que elas não estão doentes, elas são doentes, que têm uma periculosidade e uma incapacidade presumidas, sendo vistos como tal. Isso determina um novo destino para as pessoas. Se esta legislação não for alterada, fica muito



René Magritte

difícil todo o trabalho nas outras linhas.

As casas de custódia são outro grave problema. Hoje, apesar do portador de transtorno mental ser inimputável, se ele comete um crime, por menor que seja, como um furto, é encaminhado a um manicômio judiciário - onde passa por perícias anuais que muitas vezes referendam a perícia inicial de que ele é perigoso para a ordem social. Este indivíduo acaba tendo uma pena de prisão perpétua, apesar dele não ter pena nenhuma. Não vai à julgamento mas fica a vida toda preso e não necessariamente sob cuidados médicos.

O movimento vem defendendo incondicionalmente projetos de lei que tramitam no parlamento federal e que visam alterar este quadro, como o projeto do deputado Paulo Delgado (PT-MG), e estaduais (SP, MG, SC) que vem enfrentando grande resistência dos donos de manicômios. Em alguns estados (RS, CE e PE) já aprovamos leis antimanicomiais.

Porque só este ano, na campanha do Lula, os petistas comprometidos com a luta antimanicomial se organizaram como um setor específico de intervenção partidária?

As pessoas que militam no movimento são pessoas comprometidas com transformações muito amplas, querem uma sociedade diferente. Parte do movimento inclusive explicita a defesa de uma sociedade socialista. Após muitas experiências de colaboração com parlamentares petistas, consideramos que, pelo que esteve em jogo nestas eleições, a campanha precisava assumir de uma forma muito mais clara as propostas de uma ação antimanicomial. O único presidencialável que assumiu as propostas do movimento foi o Lula. Isso ajudou muito a que os petistas levassem a campanha da Frente Brasil Popular para o movimento, que enquanto tal, é suprapartidário.

O comitê que formamos visava dar visibilidade a esta questão e colocá-la na pauta das discussões gerais, o que é importante até para um processo de desmistificação de nossa luta. Visava também permitir que os próprios usuários e familiares pudessem se apropriar dessa coisa que chamamos de militância.

Militar na questão antimanicomial do prisma partidário é muito diferente do que estamos acostumados a fazer no movimento, em particular na relação com os outros setoriais. Isso nos apontou toda uma riqueza de possibilidades de integração com as lutas das mulheres, negros, jovens, gays e lésbicas, terceira idade, portadores de deficiência possibilitando a construção de propostas de governo. E precisávamos muito deste processo conjunto de construção dos pressupostos de uma nova sociedade, de levar estas experiências e propostas para a rua, para junto da população. Foi uma experiência rica, encantadora.

A perda das eleições não enfraquece nossa capacidade de resistir e de ampliar nosso campo de ação. O processo eleitoral veio confirmar inclusive de que lado estão os donos de hospícios, os empresários da loucura, e os que querem manter a exclusão e a marginalização. Infelizmente a sociedade brasileira perdeu mais esta oportunidade de criar uma verdadeira democracia. □

As relações de poder estão estruturadas com base em princípios manicomiais, estigmatizando as pessoas, impedindo-as de se desenvolverem como sujeitos.

Quando falamos da cultura manicomial, pressupomos também o seu oposto, a possibilidade de uma cultura que seja a expressão da criação e das potencialidades humanas.

Cairo-94: mudança de discurso

CASSIA CARLOTO

O debate foi marcado por um discurso de fortalecimento da mulher como base para resolver as questões de população.

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) promovida pela ONU, conhecida como Cairo 94, reuniu entre 5 e 13 de setembro delegados de 182 países. Foi a terceira reunião deste tipo, na sequência da primeira que ocorreu em Bucareste, na Romênia, em 1974, e da segunda, realizada na Cidade do México em 1984. Estas conferências tem sido realizadas a partir do impulso dos países centrais, com o objetivo de discutir a estabilização da população mundial, isto é, conter o crescimento da população dos países pobres do Sul.

Apesar do termo "desenvolvimento" estar presente no nome da conferência, o que se debateu no Cairo foi fundamentalmente a questão da população. Esta é, inclusive, uma das reclamações mais fortes dos países pobres. Assim, o programa de ação aprovado nesta Conferência tem como meta estabilizar a população do planeta nos próximos vinte anos em torno de 7,2 a 7,5 bilhões de habitantes. A população atual é 5,6 bilhões de pessoas.

A novidade da Conferência do Cairo frente as duas anteriores foi que pela primeira vez o debate foi marcado por um discurso de fortalecimento da mulher como ponto fundamental para resolver as questões populacionais - enquanto antes estava centrado em metas demográficas quantitativas e tinha por instrumento praticamente único o controle da natalidade. Agora, ganharam destaque as propostas de programas e

políticas de caráter social e de equidade entre os gêneros. Mas é importante distinguir a retórica e as intenções proclamadas e os programas concretamente aprovados, lembrando que o novo tom expressou-se, no documento do Cairo, fundamentalmente no capítulo referente aos princípios e não nas propostas de ação.

A resolução

Fruto de um discurso que busca romper com procedimentos coercitivos que norteavam os documentos anteriores, o texto final do Cairo

reforça a importância do respeito aos direitos reprodutivos dos casais e principalmente a igualdade de gênero, recomendando a promoção da igualdade em todas as esferas da vida. Entre seus aspectos positivos estão:

- afirmar o direito reprodutivo como direito humano;
- destacar a importância da saúde reprodutiva e dos direitos reprodutivos da mulher;
- estabelecer que todos os métodos de planejamento familiar devem estar disponíveis e que os governos devem torná-lo acessíveis a todos;
- obrigar a comunidade internacional a estabelecer objetivos quantitativos em três áreas: educação (principalmente das meninas); redução da mortalidade de recém nascidos, crianças e das mães; e acesso universal ao planejamento familiar e a serviço de saúde;
- tratar pela primeira vez num documento internacional o aborto como um problema de saúde pública, recomendando aos países tratarem das suas consequências, quando feitos em condições não adequadas, e também que nos casos em que o aborto não é contra a lei, ele deve ser feito em condições adequadas, salientando que o aborto não deve ser promovido como um método de planejamento familiar.

A raiz das mudanças

A mudança no discurso sobre a questão da população expressa-se na adoção de conceitos como direitos reprodutivos, saúde reprodutiva e saúde sexual, vinculados basicamente ao reconhecimento de direitos das mulheres. Isso é o resultado da conjugação de dois elementos. De um lado, temos o papel do movimento de mulheres em todo o mundo na discussão, elaboração e lutas neste terreno ao longo de mais de duas décadas. O movimento de mulheres tem defendido enquanto um direito, que as mulheres possam decidir sobre sua vida reprodutiva e sexual, lutando também para que elas tenham acesso as condições necessárias para o exercício deste direito. Assistimos a uma rápida internacionalização do movimento em defesa dos direitos reprodutivos, com a formação de redes internacionais, como a Ísis e a Rede Mundial dos Direitos Reprodutivos.

As propostas do movimento de mulheres são, porém, em boa parte, mediadas pela integração das temáticas feministas pelas instituições e governos, pelo discurso dominante. As ONGs feministas tem, por exemplo, questionado os modelos de desenvolvimento que reforçam a situação de dominação-exploração das mulheres. Mas o aspecto decisivo é a forma como esta problemática acaba sendo trabalhada pelas agências financiadoras internacionais, e principalmente pelo sistema ONU, que acaba direcionando seus recursos centralmente para o planejamento familiar.

De outro lado, os formuladores de política demográfica



Mamoero, 1925 - Tarsila do Amaral

O lobby das mulheres no Cairo

Apesar de pouco noticiada pela grande imprensa, a conferência paralela organizada principalmente pelas ONGs teve um papel importante na discussão sobre os direitos reprodutivos e o papel da mulher nas políticas de desenvolvimento.

As feministas já tinham tido uma presença marcante nos encontros preparatórios, através da participação de ONGs de mulheres, redes e entidades internacionais que atuavam nesta área. Os grupos de pressão e lobbies feministas articulados no Women's Caucus já atuavam na preparação do evento há cerca de dois anos. E na Prepcom III, realizada em abril em Nova Iorque, o Women's Caucus propôs emendas, interferiu nas negociações e acompanhou todos os

debates.

Durante a Conferência, o Women's Caucus reunia-se todas as manhãs para articular e debater formas de intervenção. Muitas delegações da conferência paralela estavam articuladas com os delegados oficiais interferindo diretamente na formulação do documento oficial.

No Brasil, foi realizado em setembro de 1993 o Encontro Nacional de Mulher e População - Nossos direitos para o Cairo 94, organizado por entidades de mulheres e pela Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP, com uma presença ampla, que produziu a Carta de Brasília. Este documento colocava como eixo a importância de políticas de desenvolvimento

humano e a construção da cidadania das mulheres.

O próprio Itamaraty promoveu discussões abertas com participação expressiva de feministas.

A delegação brasileira contou com a participação de quatro mulheres envolvidas nas discussões de políticas de população, direitos reprodutivos e saúde: Elza Berquó, representante da ABEP, Jaqueline Pintaguy, pela comissão de cidadania e reprodução, Edna Roland, pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e Rosiska Oliveira pelo Combaton. Enquanto delegadas participaram ativamente na discussão do documento, representando o governo brasileiro. □

dos países centrais, muito preocupados com o crescimento da população dos países pobres, tem aprendido que o controle da fecundidade dificilmente ocorre de forma duradoura se não se modifica o status da mulher - ainda que isso funcione, nestes eventos, em grande medida como retórica. Assim, por exemplo, o ministro José Augusto Lindgrem, membro da delegação brasileira, declara que "a experiência comprova que quando as mulheres exercem seus direitos reprodutivos elas tem menos filhos." Ou como declara a reportagem de O Estado de São Paulo, de 19/9/94, "as pesquisas mostram que as mulheres que vão à escola e tem acesso a informação de boa qualidade sobre sua saúde reprodutiva e a métodos anticoncepcionais seguros tendem a ter menos filhos".

O documento final do Cairo propõe, por exemplo, metas de escolarização feminina, considerando a educação como chave para a valorização econômica e social das mulheres. Além disso, as mulheres podem ser e efetivamente vem sendo aliadas importantes para as organizações controlistas dos países do Norte, que agem nos países do Terceiro Mundo. Em países com pouco ou nenhuma estrutura decente de serviços e programas de saúde estas organizações são a única possibilidade de acesso a um método contraceptivo, que na maioria das vezes prejudicam a já precária saúde da mulher.

A reação religiosa

A Conferência do Cairo e seus três encontros preparatórios oficiais se transformaram em palco de uma viva polêmica com o Vaticano, que com sua posição anti-aborto questionou a totalidade dos novos conceitos como direitos reprodutivos, saúde reprodutiva, saúde sexual e até mesmo o termo planejamento familiar presente nos documentos anteriores e aceito pela Igreja Católica desde 1974. Para o Vaticano o reconhecimento do aborto como direito estava implícito em todos estes termos.

O objetivo de se chegar à conferência com um documento consensual foi frustrada pela ação do Vaticano, que mobilizou delegações de países como Argentina, Honduras, El Salvador, Guatemala, Equador, Malta e outros. Assim, tudo que representava um avanço para as mulheres face às conferências anteriores foi para o Cairo na forma de questões sem consenso a serem discutidas. Temia-se que a Conferência tivesse como resultado um retrocesso no que se refere a novos princípios norteadores dos direitos reprodutivos e de ações para controle populacional. O principal argumento da Igreja Católica é que o aborto estava colocado como um método de planejamento familiar. Os diplomatas da Igreja Católica chegaram mesmo a estabelecer uma aliança com o fundamentalismo muçumano, que não aceita o poder de decisão autônomo das mulheres nas questões relativas à maternidade (embora o islamismo não seja contra o aborto em certas condições). Mas apesar da polêmica com o Vaticano ter conseguido monopolizar a discussão durante seis dias, a Santa Sé acabou isolada.

As prioridades reais

É na alocação de recursos que fica mais claro como a questão da redução da fecundidade para "enfrentar" a pobreza ainda é o foco principal de preocupações. Aprovou-se que os governos devem prever gastos de 17 bilhões até o ano 2000, aumentando esta quantia a partir daí. Estes gastos ficaram assim divididos: 60% para planejamento familiar, 29% para saúde reprodutiva, 3% para pesquisa e 8% para prevenção e combate à AIDS. Os países desenvolvidos firmaram compromisso de subsidiar 1/3 deste montante.

A discussão sobre a AIDS e seu crescimento entre as mulheres, principalmente as mais pobres, também não teve grande destaque. Esta é uma questão complexa. A relação entre direitos reprodutivos e o controle da natalidade tem que levar em conta vários fatores: os programas de planejamento familiar não dão atenção ao único método masculino, a camisinha, que também é o que previne a AIDS; no campo da sexualidade, na relação com os homens as mulheres tem pouca ou nenhuma capacidade de negociação; as mulheres com AIDS tem morrido antes que os homens pela pouca atenção a sua saúde e porque antes de cuidar de si acabam cuidando dos outros (geralmente também aidéticos).

A própria questão do planejamento familiar, que remete mais ao acesso aos métodos, trabalha muito pouco o problema de que tipo de planejamento familiar é interessante para as mulheres do ponto de vista de sua saúde, sexualidade e condições de vida e não necessariamente para a eficácia do

controle populacional. Ainda aqui é importante frisar que a própria eficiência de um bom programa de planejamento familiar depende da existência de um sistema de saúde pública, que efetive o acesso universal a equipamentos (unidades básicas, hospitais, laboratórios) e a existência de profissionais de saúde em número suficiente e capacitados.

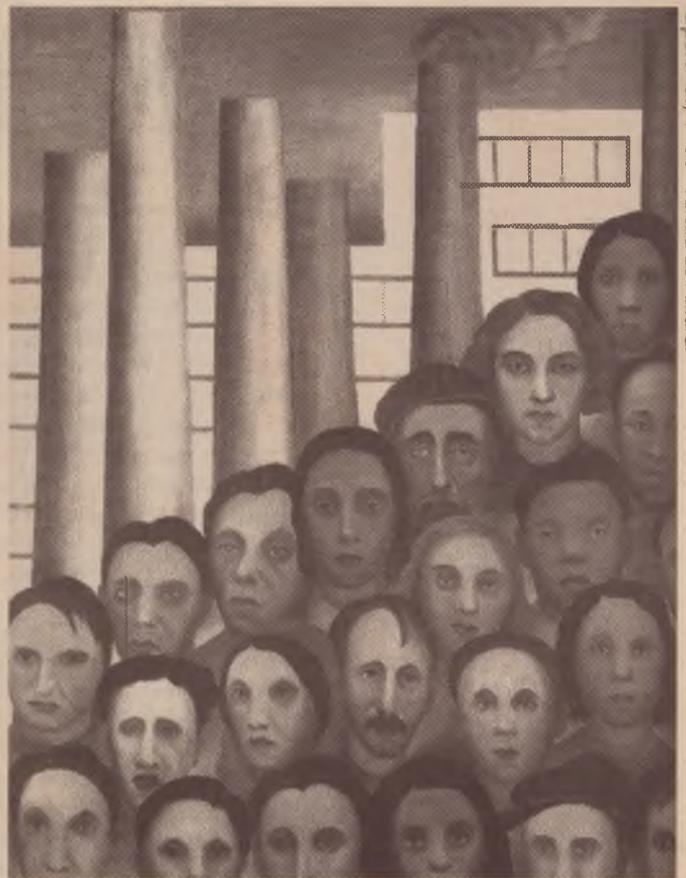
Tradicionalmente os países ricos resolvem isto financiando as clínicas de planejamento familiar, das quais não se tem nenhum controle, ou financiando diretamente governos locais, secretarias de saúde, estabelecendo convênios com centros de pesquisas das universidades. Mas trata-se de uma sistemática que tem cobrado um alto custo para a saúde física e mental das mulheres.

Uma disputa que prossegue

Ao avaliar o resultado global da Conferência do Cairo, o contexto em que se deu o reconhecimento dos direitos reprodutivos e a deliberação de que os governos devem promover a igualdade de gênero, temos que distinguir pelo menos dois aspectos importantes. Primeiro, que o reconhecimento dos direitos reprodutivos e sexuais é uma importante vitória das mulheres, bem como sua discussão e visibilidade no plano internacional. A luta pelo seu exercício não começou nem acaba aqui. O documento do Cairo pode se tornar mais um instrumento de pressão e negociação com os governos e a Igreja, mas sem ilusões e euforias. Segundo, a garantia do exercício do direito reprodutivo passa pelo exercício efetivo da cidadania, que só pode ser viabilizado com investimento em políticas públicas na área da saúde, educação, moradia, saneamento básico, na distribuição da riqueza, na garantia de emprego, em políticas sociais que garantam a equidade entre os gêneros.

Este é o debate internacional que prossegue em 1995, na Cúpula de Desenvolvimento Social, em Copenhague, e na IV Conferência Mundial sobre a Mulher - Beijing 95. □

Cássia Carloto é coordenadora do SOF, Sempre Viva Organização Feminista.



Operários, 1933 - Tarsila do Amaral

As metas definidas de alocação de recursos deixam claro que a redução da fecundidade para "enfrentar" a pobreza ainda é a preocupação central.

Brasil: a política "não-oficial"

No Brasil, não houve uma política oficial com metas estabelecidas de controle populacional, mas houve sim uma "política" não oficial, de fingir-se de cego, permitindo que entidades controlistas financiadas por agências estrangeiras, principalmente norte-americanas, se instalassem no Brasil já na década de 60.

Elas priorizaram dois métodos anticoncepcionais: pílula e laqueadura (esterelização feminina). No início da década de 80, somaram-se a elas, e com maior peso, a ação de profissionais médicos na rede conveniada e na rede pública, que privilegiaram a esterelização como método anticoncepcional. O resultado disto foi que o número de filhos por mulher caiu de 4,5 em 1980 para 2,5 em 1993.

A redução da fecundidade da mulher brasileira foi obtida às custas de sua saúde, e muitas vezes, de sua vida. Sem serviços decentes de saúde, sem orientação e informação, sem programas de planejamento familiar que oferecesse métodos apropriados a sua idade, fase reprodutiva, vida sexual, que não oferecesse riscos a sua saúde.

A pílula e a laqueadura são os métodos mais utilizados no Brasil. A pílula é comprada, em 90% dos casos, sem receitas e, sem controles médico. A laqueadura é feita mediante pagamento sigiloso ao médico e com as mulheres, na maioria das vezes, desconhecendo o procedimento cirúrgico e não contando com nenhuma orientação. □

Esferas infinitas do capitalismo

FRANCISCO LOUÇA

O capitalismo apropriou-se do último território que escapava a seu domínio: a cultura.

A televisão e o rádio substituem a arte como referencial simbólico e como forma de apreensão do mundo.

Conta Jorge Luis Borges. Há uma metáfora do universo que tem a idade dos tempos, que vem da antiguidade clássica, passa por Xenofontes, atravessa a escrita esotérica do século XII, é ouvida no Livro de Pantagruel e ainda é lembrada por Pascal: Deus é essa esfera infinita que tem o seu centro em toda a parte e cuja superfície se expande sem cessar.

Deus, o capitalismo contemporâneo, mais do que qualquer outro modo de ser, foi o seu nome. Expandir-se sem cessar, estando em todo o lado e em nenhum, tudo alcançando e tudo envolvendo. Uma esfera infinita, uma temível esfera infinita, escreveu Pascal que depois se arrependeu do adjetivo e o riscou prudentemente.

O capitalismo tardio do final do século XX expande-se a novos continentes, nunca foi tão longe: a fronteira é mais difícil, é a interna. É a que falta: depois da desagregação dos regimes de Leste e das economias comandadas centralmente - que representavam uma forma parcial de desconexão com o mercado mundial - e depois da evolução da China dirigir-se para este mercado, o território que falta apropriar é o da cultura, o da criação de símbolos que escapava a lógica estritamente mercantil. Porque a cultura tinha um tempo resistido, incluindo as grandes interpretações modernistas do final do século XIX e da primeira metade do século XX, os protestos contra a tempestade do progresso, esse "anjo destruidor" que avassala a nossa civilização.

A produção contínua de bens culturais (a televisão, o rádio) substitui a arte como referencial simbólico e como forma de apreensão do mundo, cria sua própria mitologia, os seus procedimentos, os seus mercados. Tem a sua linguagem (a publicidade, o *clip*, o entretenimento televisivo), a sua forma específica de socialização (a individualização extrema

como forma de comunicação) e o seu projeto. Institui um novo processo de socialização, desta vez da subjetividade individual, ao mesmo tempo que privatiza os meios de influência sobre sua gestão.

O capitalismo tardio é mais poderoso porque é mais completo, mais puro porque mais generalizado, mais arrogante porque mais vencedor.

A informação

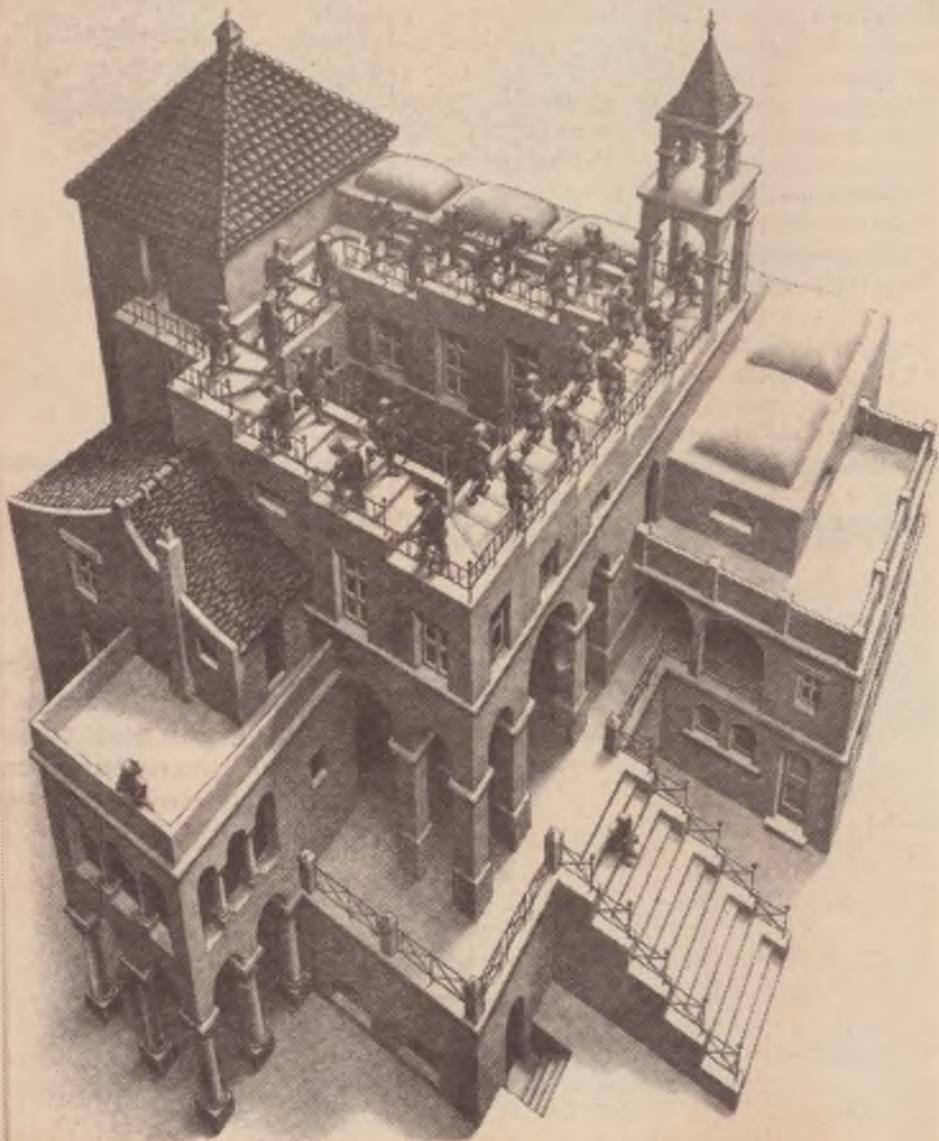
Na economia tradicional, a informação era considerada um "bem público", disponível para todos sem qualquer custo. A sociedade, por sua vez, desde que baseada num mercado livre, deveria saber tudo sobre tudo, na medida em que o preço de uma mercadoria era a informação suficiente sobre o seu valor. Numa palavra, a informação antes de ser já era, e não teria portanto nenhuma relevância prática.

Os mais argutos descobriram depressa que esta teoria tinha os pés de barro: a informação é fundamental na estratégia, na guerra, na economia. É desigual e distribui poder, determina comportamentos, orienta escolhas. E, mais ainda, a informação pode ser produzida e é na realidade uma das condicionantes, tal como é um dos resultados de todos os processos sociais. A informação, que é portanto uma mercadoria, é produzida pelo sistema social. O capitalismo tardio caracteriza-se, em primeiro lugar, por ter transformado a informação num de seus produtos centrais, e essa é a inovação que o constitui como uma das civilizações mais completas.

Sendo assim, não é surpreendente que a transformação do modo de produção e distribuição da informação seja uma das alterações mais importantes dos últimos anos. Os exemplos são muitos e vão desde o sistema técnico de produção até à comunicação geral da sociedade: o crescimento rápido dos computadores e dos sistemas de gestão da informação afeta agora o modo de vida, reorganiza os serviços, condiciona a relação do Estado com o cidadão e, sobretudo, renova os sistemas reprodutivos. O impacto e a velocidade desta evolução não pode deixar de surpreender: na sua capacidade (em 1965 havia 32 bits no circuito micro-eletrónico padrão, em 1987 havia 1 Megabit, no final desta década haverá 256 Megabytes), no seu impacto no emprego (o pessoal empregado em *software* passa de cerca de 200.000 em 1965 para mais de 2 milhões vinte anos depois e poderá alcançar os dez milhões dentro de pouco tempo) e na generalização (passa-se 30.000 computadores em toda a OCDE em 1965 para centenas de milhões dentro de poucos anos). Os CPU (a unidade central de processamento, o "cérebro" dos computadores) de 16 Crays - os mais potentes da atualidade - poderão caber dentro de poucos anos num único micro-chip contendo bilhões de transistores. Há cinquenta anos, o presidente da IBM, T. Watson, considerava que não haveria nunca mercado para os computadores...

Na indústria, os sistemas robóticos mais eficientes procuram apropriar-se do saber técnico e do modo de operação dos trabalhadores que anteriormente desempenhavam as mesmas funções, estandardizando-as e racionalizando-as. Desta forma, o sistema industrial apropria-se do conhecimento tácito que os trabalhadores detêm, das tradições e dos saberes que estão corporificados em máquinas ou em manuais. A centralização da informação permite o seu controle muito mais perfeito e também a coordenação da atividade dos trabalhadores, retirando poder aos chefes da oficina, aos diretores técnicos, aos operários especializados, à hierarquia operária.

O que esta a ocorrer no sistema produtivo pode ser melhor compreendido com uma analogia com uma revolução tecnológica anterior. Nos finais do século passado, no contexto de uma onda longa depressiva, a revolução da eletricidade foi introduzindo, ao longo de várias décadas, uma transformação radical no modo de produzir: em vez de um sistema central de produção de energia (a vapor) ligado às diversas máquinas por complexas correias de transmissão e um bloco de linhas de montagem - quando o engenho central parava, toda a fábrica parava - passa-se a se ter capacidade de criar grupos de máquinas com seu próprio motor e alimentação (década de



Escada acima e escada abaixo, 1960 - M. C. Escher

1880) e depois um motor por cada máquina (década de 1890). A aplicação da eletricidade transformou todo sistema produtivo: redefiniu a produção de máquinas motrizes tal como o perfil das qualificações e dos conhecimentos técnicos, permitiu uma maior adaptação, flexibilidade e produtividade de todas as máquinas, e teve conseqüências duradouras que ainda se vêm nos anos 40 e 50 do nosso século (com a difusão dos aparelhos eletrodomésticos). A revolução da eletricidade impulsionou o capitalismo ao longo de grande parte do século XX.

A revolução tecnológica

Do mesmo modo, a atual revolução tecnológica conduz à alteração do padrão das especializações e das formas de produzir, cria novos tipos de máquinas e tem vastas conseqüências na produção de novos bens de consumo. Tratam-se de processos lentos, mas estamos a beira de sua consagração: nesta década vai tomando forma uma convergência rápida entre as tecnologias de comunicação e de computação. É essa combinação que define uma transformação tecnológica comparável à da revolução da eletricidade: as comunicações pessoais móveis, por intermédio de satélites (os vulgares telefones celulares), os serviços multi-mídia e inter-ativos, o armazenamento de dados em CD-ROM, a realidade virtual, as meta-linguagens de reconhecimento e os *chips* óticos são alguns dos desenvolvimentos em telecomunicações, novos produtos e inteligência artificial que configuram essa confluência. No próximo século, é possível conceber a existência de máquinas ultra-inteligentes e a produção de bio-chips.

As economias que conhecem maiores taxas de crescimento são já as que estão mais desenvolvidas na produção de *hardware* e de *software* da nova revolução tecnológica. Significativamente, são estes países mais agressivos na produção e exportação dos produtos e serviços das novas tecnologias que criam mais emprego e que se beneficiam dos progressos mais espetaculares na conquistas de novos mercados: a indústria japonesa está comprando os arquivos de Hollywood para preparar os seus investimentos nos multi-mídia...

Essa revolução tecnológica altera ao nosso modo de vida e dois exemplos são suficientes. O primeiro é o do telefone, que passará a ser uma memória distante: os atuais cabos de comunicação definidos para a voz humana (que comunica a 55 bits por segundo por longos períodos) têm de ser substituídos por largas bandas para comunicações muito mais intensas de mensagens curtas (10 Megabits por segundo e brevemente 155 Megabits, para as comunicações entre redes de informática), o que eleva a transmissão dos cabos definidos para 4kHz para as fibras óticas que suportam 35 trilhões de Hz.

O segundo exemplo é do da televisão, outro produto em vias de extinção, substituída pela TV interativa. A nova TV e o novo telefone passam a ser o eixo de comunicação de mensagens de todo o tipo, que devem permitir movimentar a conta bancária, trabalhar numa enciclopédia dialogante, conduzir uma operação cirúrgica através da realidade virtual, supervisionar um robô na fábrica ou mesmo viajar artificialmente.

É claro que a readequação dos hábitos de consumo e das formas de comportamento - que são desenvolvidas por gerações - é muito lenta. A GTE Corporation, um dos gigantes do comunicação multi-mídia, fez há pouco tempo uma significativa experiência nos subúrbios de Los Angeles, em Los Cerritos: todas as casas foram equipadas com televisões interativas, gratuitamente, para que fossem possível conhecer a procura de serviços pelas pessoas de uma comunidade normal. Esperava-se que as encomendas de flores, os processamentos bancários, os cursos de readaptação tecnológica, o aluguel de vídeos diretamente processáveis na TV de cada um, mostrassem um grande entusiasmo pelos novos serviços. Na realidade, as pessoas puseram de lado a magia e continuaram com suas rotinas de sempre.

A experiência de Los Cerritos prova duas teses muito importantes. Em primeiro lugar, prova que a tecnologia da próxima onda longa da expansão da economia capitalista já está disponível e que implica uma alteração fundamental da experiência da modernidade - afeta a vida caseira, implica novos serviços e produtos, transforma a produção, generaliza o tele-trabalho, modifica as normas dos transportes e os custos industriais, constrói novos tipos de edifícios, altera o padrão das qualificações profissionais. Em segundo lugar, e

isso é muito importante para contrariar os determinismos tecnológicos, prova que a adaptação da sociedade é muito lenta e contraditória.

Estas duas teses podem resumir-se numa só: a tecnologia do futuro já está presente e é uma razão da crise de ajustamento estrutural da economia mundial - e esta idéia contradiz o catastrofismo dos que anunciam o colapso automático do capitalismo. Mas esta tecnologia é igualmente parte do problema, dado que cria um desemprego estrutural permanente e que envolve a sociedade num turbilhão de novas contradições: a mais brilhante promessa da tecnologia pode mascarar a mais obscura e fanática através do seu poder de excluir uma parte crescente da sociedade do acesso a decisão.

Desemprego e sociedade

A crise da economia mundial - o movimento descendente da onda longa, que se inicia com a crise "do petróleo" de 1973-1974 e se manifesta na depressão profunda de 1980-1982, no crash bancário de 1987 e ainda na crise de 1990-1994 - é essencialmente uma crise da oferta, uma crise de superprodução. A queda da taxa de lucro, nesse contexto, alterou os projetos de investimentos, reduziu as encomendas, levou ao fechamento de muitas empresas e acentuou a concorrência.

O sistema capitalista respondeu com o recurso ao neoliberalismo, "o capitalismo de guerra" dos seus antepassados: o Estado devia assegurar um maior intervencionismo para socializar os custos das empresas ou para lhes garantir novos espaços de investimento (às privatizações respondem a essa necessidade) e as empresas deviam reduzir os custos, despedindo pessoal e ainda fazendo baixar os salários dada a existência de um crescente exército industrial de reserva. A nível internacional, a política de restrição monetarista confirmava esta opção: o Tratado de Maastricht, que consagra o nascimento declarativo da União Européia, é um dos exemplos mais claros da orientação que favorece o desemprego como solução para os males da economia. Só que esta solução tem o seu inconveniente: cria uma nova crise da procura, dado que a massa salarial apresenta uma parte importante da procura total, e agrava a crise fiscal do Estado. O remédio agrava a doença.

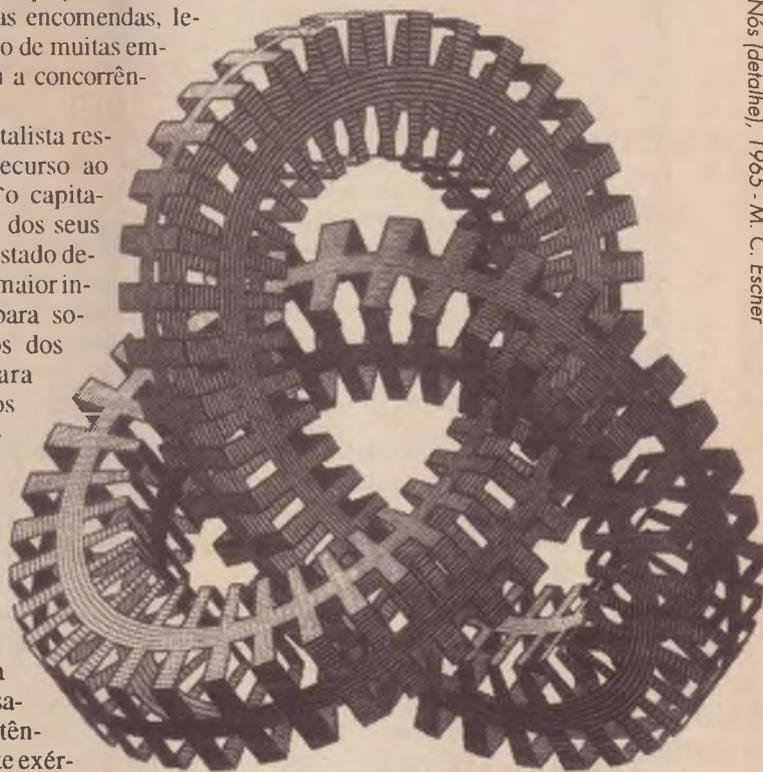
Um número importante de países da OCDE sofre agora uma percentagem de desemprego igual ou superior à que foi conhecida nos piores momentos da crise dos anos 30: é o caso da Bélgica, da França, da Alemanha, da Itália, da Holanda, do Reino Unido, da Suécia, da Suíça, da Finlândia, da Áustria... No conjunto da União Européia, o peso do desemprego de longo prazo no total de desemprego é já de 45.8%. E nenhum destes números considera o sub-emprego, o desemprego disfarçado ou o emprego parcial forçado e indesejado.

A desigualdade entre os países é agravada neste contexto, e inventa-se então a nova categoria dos "países prescindíveis", a África amaldiçoada, uma parte do continente latino-americano e da Ásia - mais de metade da população mundial.

Há um deslocamento do emprego da Europa para a Ásia, fato de enorme conseqüências políticas se considerarmos que o centro estratégico do movimento operário esteve durante um século e meio na Europa e nas suas periferias, e que agora o fracasso do movimento sindical abre um novo período para a estratégia emancipatória dos trabalhadores. Uma agenda de novos temas está colocada. □

Francisco Louçã é colaborador do jornal *Combate*, de Lisboa.

A produção contínua de bens culturais cria sua própria linguagem e sua forma específica de socialização.



Nós (detalhe), 1965 - M. C. Escher

O capitalismo tardio é mais poderoso porque é o mais completo, mais puro porque mais generalizado, mais arrogante porque mais vencedor.

A crise do discurso feminista

Assistimos a uma desestruturação do discurso feminista, que tinha sido fundamental para o desenvolvimento do movimento como sujeito político.

O núcleo da proposta discursiva do feminismo foi vitorioso. Mas a sua crescente incorporação pelo discurso dominante é uma das raízes de sua crise.

NEREA ARESTI, MIREN LLONA E JAVIER FREIRE

Para o movimento feminista, o final dos anos 80 representou o desenvolvimento de uma etapa auto-crítica de inspiração pós-estruturalista que, questiona inclusive a possibilidade de uma teoria feminista e de uma ação política coerente e libertadora para as mulheres. Tomando como alvo para sua crítica os elementos que o pensamento feminista assimilou das concepções iluministas, como a idéia de um sujeito mulher, a primazia outorgada à determinação de gênero, a confiança na futura libertação da mulher etc, este processo ecoa as posições da nova filosofia francesa rechaçando tudo isso, que lhe parece expressão de essencialismo e de idealismo. Tudo parece indicar que estamos imersas em um processo de desestruturação do discurso feminista que não parece ser o melhor aliado da sobrevivência das organizações feministas em um momento crítico como o atual.

A construção de um sujeito político tem lugar, no plano das idéias, com a adoção do corpo de pensamento que o estrutura e, na práxis, com a própria aparição física de um contingente humano que se reclame partidário deste conjunto de idéias. Partir de uma construção discursiva não implica assumir que a realidade não tenha uma existência independente de sua representação discursiva, mas sim destacar que é por intermédio de uma construção cultural que ela chega a ser socialmente significativa. Os seres humanos necessitam, para conhecer e operar sobre o conjunto da realidade, ter acesso a ela por intermédio da linguagem.

A construção do discurso feminista

O surgimento do movimento feminista exigiu o desenvolvimento de um novo sujeito político, cujo discurso foi construído com as contribuições do pensamento desenvolvido nos principais pólos de reflexão a nível internacional e nos grupos de auto-consciência. É uma etapa considerada de "busca de definição própria" e de "recomposição da própria identidade". Aí o objetivo parecia ser recuperar uma identidade já existente, ainda que negada e dispersa devido à dominação masculina. Todo este processo é considerado como um descobrimento do sujeito mulher e não como o que realmente foi, a criação deste sujeito.

Como opera-se a construção do sujeito feminino? O sujeito mulher criado pelo movimento feminista dos anos 70 é construído privilegiando a mulher dona de casa sobre o resto das realidades femininas. Esta escolha não é casual; a dona de casa proporciona ao movimento a possibilidade de dar uma explicação suficientemente representativa à opressão sexista. Através deste setor feminino - mulher casada, com filhos e dedicada ao trabalho doméstico - o movimento feminista podia representar componentes substanciais da situação das mulheres: a oposição entre a esfera pública e a esfera privada, a família, o casamento, a maternidade, a divisão sexual do trabalho, a dependência econômica e afetiva, o modelo dominante de sexualidade, etc. Este modelo não representava a componente sociológica real do movimento, integrado em sua maior parte por jovens profissionais ou estudantes urbanas, mas uma projeção do que se considerava o conjunto social.

Em um plano mais político, é apresentado um modelo de mulher portadora de um conjunto de interesses comuns com o resto do gênero feminino e confrontados com os privilégios masculinos. Os direitos de umas e os privilégios de outros são concebidos como resultado de uma luta em que qualquer avanço em um sentido provoca um retrocesso no sentido contrário. Procura-se, assim, a construção discursiva de um antagonismo cuja resolução a favor das mulheres só seria possível a partir de um movimento feminista autônomo.

O discurso feminista incluía também uma proposta utópica. Como o resto do pensamento ilustrado de que era parte, o feminismo entendia sua ação como uma contribuição decisiva no caminho do progresso social. Tratava-se, para

muitas correntes do movimento feminista, de operar uma espécie de feminização da sociedade. Já outras procuraram incorporar a dimensão de gênero num projeto utópico socialista, inicialmente com um caráter subalterno frente ao que se qualificava como contradição principal - a divisão classista da sociedade - e depois adquirindo um papel maior em um projeto que se considerava global.

O nascimento de um novo sujeito mulher permitiu ao feminismo concorrer no terreno da política e da utopia com o sujeito-referente da civilização capitalista liberal, por excelência masculino, assim como com o sujeito da utopia socialista, o proletariado, também masculino por definição. As condições de possibilidade de um novo sujeito mulher estavam dadas pela explosão de diversidade que se produz nos anos 70. Mas é a diversidade pós-moderna, que então também está emergindo, que favorecerá o novo sujeito e ao mesmo tempo também contribuirá para desestabilizá-lo.

A vitória do discurso feminista

Podemos afirmar que o núcleo da proposta discursiva do feminismo foi vitorioso. Uma parte fundamental dele aparece como verdadeiro para amplos setores da população. As transformações na vida das mulheres que se produziram nestes anos - certo controle sobre seu próprio corpo através da progressiva generalização dos anticoncepcionais e a crescente incorporação das mulheres no trabalho assalariado - ajudaram a criar o ambiente adequado para que as colocações feministas aparecessem como verossímeis e sua consecução possível. Era, além disso, um discurso útil para a ação política capaz de gerar demandas que se adequavam às aspirações de muitas mulheres.

Por outro lado, este discurso consegue competir favoravelmente com outras construções ideológicas vigentes neste momento sobre a contradição de gênero. A visão tradicional sobre as mulheres sofreu o impacto das transformações na vida feminina e só faltava a formulação das propostas alternativas do feminismo para que entrasse em crise aguda. Isso não quer dizer que o discurso feminista eliminou totalmente a hegemonia que o discurso tradicional exercera; mesmo hoje ele mantém uma parte, ainda que pequena, de sua antiga vitalidade.

A vitória das colocações feministas foi favorecida pela não existência de propostas emancipatórias alternativas; apenas existiam aquelas que, no movimento operário e no movimento nacionalista, ofereciam um projeto de libertação das mulheres de tipo reducionista. O discurso feminista podia, portanto, colonizar um vasto território sem o perigo de que qualquer construção cultural alternativa pudesse tentar apropriar-se de algumas de suas características.

A sua crise

A estabilidade do discurso feminista dependia do jogo recíproco estabelecido entre dois elementos: o discurso dominante sobre a mulher, de um lado, e a identidade das mulheres enquanto sujeitos principais tratados nestes discursos, de outro. A relação com a cultura dominante acabou sendo particularmente crítica para o movimento feminista. A especificidade dos perfis do discurso feminista, seu caráter de patrimônio de um movimento social concreto, foi se perdendo progressivamente como resultado da sua crescente incorporação pelo discurso dominante. Isto, que deve ser considerado como uma vitória do movimento feminista, contribuirá de forma decisiva para sua crise. O feminismo organizado aparece privado de sua razão de ser quando ve que uma parte substancial de suas reivindicações é progressivamente assumida por diversas instâncias do Estado.

Mas o êxito do movimento feminista se manifesta igualmente em outro lugar onde também se converterá em fundamento da crise posterior: na relação entre o discurso feminista e as mulheres a quem esse discurso quer construir como sujeito político de seu movimento. Cabe ao movimento uma importante responsabilidade na superação da subalternidade da mulher na sociedade atual. Este processo, que não está nem concluído, nem segue uma evolução linear, tem como meta o acesso das mulheres à cidadania total. O resultado,



Aubrey Beardsley

dele é uma *nova mulher*, que responde a um difícil equilíbrio entre os ideais de igualdade e de diferença. O leque de possibilidades oferecido à mulher carrega uma tensão entre o arquétipo viril e a mística da feminilidade. Era de se esperar que a responsabilidade do feminismo em todo este processo fosse acompanhada por um amplo reconhecimento de seu trabalho entre o coletivo feminino. Todavia, é claro que isso não se produziu. Poderíamos falar da extensão de uma identidade feminista difusa e politicamente não operativa para tratarmos do fenômeno segundo o qual se produz uma *aceitação passiva das propostas e valores do feminismo*, sem gerar aí mais do que um sujeito embrionário.

O sujeito mulher não se estendeu e se consolidou porque a *nova identidade feminina* que deveria lhe servir de base foi *construída em um eixo individualista*. Outros coletivos, como os trabalhadores, converteram-se em sujeitos na medida em que aceitaram uma forma unitária de identidade operária. No caso feminino, ao contrário, a aquisição da plena cidadania é interpretada como *uma multiplicação das formas legítimas de ser mulher*. O modelo unitário corresponde precisamente à etapa anterior à libertação. A libertação das mulheres é a explosão de sua identidade em uma multiplicidade de identidades possíveis. As mulheres tem uma aguda consciência disso, resistindo energicamente a qualquer categoria que pretenda unificá-las em um papel social ou político, qualquer que seja este. A identidade da mulher liberada é, atualmente, uma *identidade pós-moderna* e resiste enquanto tal a qualquer tentativa de totalização, por mais que no caso do feminismo essa totalização seja reivindicada como um passo a mais desta libertação que já se desfruta.

É a componente moderna do discurso feminista que provoca o aparentemente paradoxal casamento entre êxito e crise. A modernidade do feminismo lhe permitiu estabelecer uma verdade sobre as mulheres que se revelou fecunda para a sua transformação em realidade, mas é essa própria modernidade, confrontada com as mudanças que o próprio feminismo produziu, que agora freia o feminismo. *Os enunciados feministas que eram tidos como verdadeiros agora aparecem como falsos*. A nova identidade feminina resiste a ser traduzida em termos de identidade coletiva.

Rumo a um novo discurso feminista

A mudança social rumo a uma melhoria seguida da condição feminina não está garantida por nenhuma lei do desenvolvimento histórico. Pensamos que só o *desenvolvimento de uma política de massas feminista* pode contribuir decisivamente para uma mudança global na situação social das mulheres. Afirmarmos, porém, a utilidade de um movimento feminista não equivale a encontrá-lo constituído; conduz apenas a colocarmos nos imperativamente as exigências para sua existência.

Para avançar na construção de um movimento feminista superador da crise atual é preciso *reescrever o discurso feminista* libertando-o das dificuldades em que se encontra. Só um discurso reconstruído poderá recuperar o espaço político perdido e poderá estabelecer novas metas, dotando o movimento de perfis nítidos. A atual dissolução do discurso feminista está conduzindo o movimento, além de uma dispersão sem centro de suas atividades, à progressiva paralisia de seus militantes. O espaço deixado pelas antigas convicções é agora ocupado por uma mistura desconexa em que um neoliberalismo rasteiro adquire cada vez mais preponderância. Só um novo discurso proporcionará o apoio necessário para projetar uma ação coerente sobre a vida social.

Qualquer forma narrativa, e o discurso é uma delas, obriga a um exercício, em parte sempre arbitrário, de vinculação dos componentes da realidade social através de algumas formulações a que se atribui um valor geral. É uma proposta de compreensão da totalidade social. A vivência pós-moderna considera, porém, que este último passo é ilegítimo: *a totalização construída é entendida como falsa devido à diversidade do social*. Não se trata, pois, de pronunciar-se sobre a validade intrínseca do discurso (que não existe separado da realidade), mas sobre uma característica do social. O descentramento do sujeito, a impossibilidade de apreender a realidade, advém da dificuldade para articular a pluralidade de prismas existentes sobre o social.

Existem, assim, um maior número de perspectivas legítimas a partir das quais apreender o social. Mas a legitimidade desta pluralidade de prismas é, em si mesmo, um dado social, e como tal mutável e com uma filiação concreta - o capitalismo tardio - e não uma condição do conhecimento.



Afirmar a diferença não é uma rendição honesta ante um dado incontornável da realidade, mas *uma proposta de compreensão desta realidade, tão caprichosa como poderia ter sido o contrário, a radical igualdade*. A diversidade não é um dado positivo, mas discursivo, e seu êxito está sem dúvida ligado a essa dificuldade de perceber a totalidade e a experiência negativa que algumas gerações realizaram de totalização.

A modernidade e seu sujeito autocentrado exerceram, sem dúvida, um efeito tirânico sobre a realidade - dificultaram, por exemplo, o surgimento do sujeito mulher - e promoveram uma concepção teleológica e mecânica de transformação social, com o que dificultaram atingi-la. *Mas também deram numerosas contribuições positivas*. As formas modernas de percepção lançaram luz sobre a constituição das sociedades, permitindo ver zonas até então na obscuridade e que hoje voltam a situar-se na penumbra. A clareza que muitos anseiam não pode ser obtida através da intensificação das visões parciais.

A verdade que o feminismo necessita para fundamentar sua ação não é necessariamente uma verdade universal, mas outra muito mais modesta. Podemos descartar o acesso a uma verdade absoluta, o estabelecimento de proposições verdadeiras sobre o real para qualquer tempo ou lugar, mas não o de proposições de verdade para este tempo e este lugar concretos.

Este objetivo mais limitado tropeça em dificuldades: a verdade adquirível e, por isso, a natureza do discurso feminista, são agora necessariamente fragmentárias. O feminismo não pode, neste momento, falar sobre a totalidade da vida da mulher inserindo-a em uma unidade de sentido, mas pode, e deve, fugindo de derrotismos acomodadores, *pronunciar-se sobre a totalidade das formas de ser mulher*. Isso não significa que a perspectiva de gênero que caracteriza o feminismo seja reivindicada *a priori* como superior a outras perspectivas possíveis. O discurso feminista não quer entrar em uma hierarquia estável de posições com outras construções discursivas sobre o mundo social, mas sim dialogar com

É preciso reescrever o discurso feminista, libertando-o das dificuldades em que se encontra.

todas elas em uma tensão dinâmica. A superioridade do discurso feminista, se ocorrer, não será dominadora e excluyente, mas aberta e instável como a própria realidade a que está estreitamente vinculada.

Por um feminismo reconstruído

Quais são os componentes fundamentais do discurso feminista assim definido? Em nossa opinião, *o difícil equilíbrio que o movimento feminista manteve entre a política da igualdade e a política da diferença continua sendo a chave da ação feminista*. É necessário que as mulheres se incorporem plenamente ao estado de cidadania; isto supõe o acesso em condições de igualdade com os homens a tudo o que ela supõe, assim como a sua defesa frente a possíveis retrocessos na utilização destes direitos. Mas é igualmente necessário que esta incorporação das

mulheres não signifique uma adaptação acrítica aos canones masculinos. Isto supõe um reconhecimento das virtudes da cultura feminina, para, convertidas em propostas universais, realizar uma reconceitualização do próprio princípio da cidadania.

Uma política feminista da igualdade que não contemple esta necessidade condena a mulheres a converterem-se em réplicas defeituosas dos homens e a subestimar uma parte de sua personalidade, seus desejos, sua vida. Além disso, esta política aparecerá desprovida de propostas positivas de transformação e construção de uma nova ordem social, ao renunciar à contribuição que uma existência diferente da masculina pode fazer. Mas tampouco uma política exclusiva da diferença pode ser o fundamento de um movimento social. A estreita linha entre o orgulho e a autocomplacência pode abrir caminho, com grande facilidade, para uma prática de adaptação à situação atual das mulheres. Por outro lado, quando a igualdade está longe de ser real, a política da

diferença, baseada em uma recusa das regras do jogo masculinas, pode distanciar-nos ainda mais de certos objetivos.

As práticas feministas da igualdade e da diferença são, deste modo, duas dimensões inevitáveis da política feminista e ambas vão ter um papel na direção de nossa ação política nos próximos anos. Em um caso porque o neoliberalismo pode fazer desaparecer todos os mecanismos que atualmente garantem e dão conteúdo real à igualdade obtida. Esse trabalho defensivo cada vez mais urgente só é possível a partir da afirmação da igualdade. No outro caso, porque é impensável construir um novo discurso feminista aceitando os limites já estabelecidos pelo universal masculino. Apenas um aprofundamento das possibilidades do feminismo da diferença permitirá enriquecer nossa proposta utópica em um sentido transgressor do existente. Propõe-se, portanto, *um discurso feminista que resulte da combinação de igualdade e diferença*. O feminismo não deve optar entre ambos os pólos da oposição, que são inseparáveis, mas deve *tender para formas de apreender a realidade não dicotômicas*.

A superação da oposição binária entre igualdade e diferença é um ponto de apoio fundamental para um discurso feminista reconstruído. Este discurso não suprimirá as contingências de nossa vidas por completo, mas tampouco é isso o que pretendemos. Aprendemos que a inexistência de receitas acabadas para transformar o social pode ser resolvida em horizontes mais amplos onde depositar toda a nossa vontade de mudança. E essa contingência pode transformar-se em identidade e a partir daí em destino. Mas atingir esta situação - a de obtenção de um sujeito autocentrado - apenas é possível através de uma vontade política explícita das organizações do movimento feminista e da articulação dos fragmentos existentes do discurso feminista. □

Nerea Aresti e Miren Llona são militantes do movimento feminista basco e Javier Freire é colaborador do jornal basco Hika.



Uruguai: a nova paisagem

GUSTAVO VASQUEZ

A direita utilizou a repressão ao movimento para mudar o eixo do debate eleitoral.

A campanha eleitoral era de baixa intensidade, num clima muito *light*. Não parecia haver muitas diferenças entre as propostas, não havia enfrentamentos duros entre os três principais concorrentes: Julio Sanguinetti (Partido Colorado), Tabaré Vázquez (Frente Ampla) e Alberto Volonté (Partido Nacional).

O Partido Colorado aparecia em primeiro lugar nas pesquisas, como um cômodo 32% em escala nacional, com mais de dez pontos de vantagem sobre os frenteamplistas e os brancos (Partido Nacional). Nesta situação, o governo Lacalle, com a desculpa da extradição de três bascos pertencentes à ETA, desencadeou uma onda repressiva com poucos precedentes na história uruguaia e o panorama político mudou radicalmente. Hoje, sob o impacto da batalha pelos bascos, as pesquisas dão um *empate técnico*: 27% para os colorados; 24,5 para a Frente; 24% para os brancos e pouco mais de 20% de indecisos. No entanto, em Montevidéu, a Frente Ampla (FA) está com onze pontos de vantagem sobre o Partido Colorado: 34% a 23%.

Uma operação política

Quando poucos esperavam, o poder judiciário uruguaio resolveu habilitar a extradição dos bascos encarcerados desde maio de 1992. Sem apresentar motivos jurídicos válidos e em meio a uma greve de fome dos presos, o governo decidiu aceitar as pressões de Felipe González e entregá-los a um Estado Espanhol denunciado internacionalmente pela prática sistemática de tortura.

O movimento popular reagiu solidariamente, com um "Paro Geral de 24 horas" e com mobilizações de massas defronte ao Hospital Filtro, onde estavam os bascos. No 24 de agosto, dia marcado para a extradição, os pelotões antimotins da polícia dissolveram a manifestação a bala. O

resultado do massacre: dois mortos, vários feridos graves e dezenas de detenções, em particular de jovens. A escalada repressiva não se deteve aí: horas depois, o governo fechou duas rádios, uma delas de maneira definitiva (CX 44 Panamericana), e expulsou do país Rosario Delgado Iriando, porta-voz dos bascos.

A operação militar, por suas proporções e premeditação, deixou claro o objetivo político da violenta repressão: criar um clima de medo na população e polarizar a campanha eleitoral entre esquerda e direita. A burguesia cerrou fileiras em torno do governo e de seu Ministro do Interior, Angel Gianola, um personagem sinistro com antecedentes antidemocráticos. Tanto brancos como colorados, responsabilizaram pelos fatos da "terça sangrenta" a Frente Ampla, a PIT-CNT e, em particular, aos "exaltados" do Movimento de Participação Popular (MPP), que faz parte da FA.

A esquerda reformista, majoritária na FA, desenvolveu em torno do assunto um discurso duplo, exigindo a renúncia do Ministro e ao mesmo tempo lançando violentas críticas contra a esquerda radical - inclusive com ameaças de expulsão do MPP da FA.

A direita utilizou o acontecimento para mudar o eixo da campanha eleitoral. A violência estatal lançada no dia 24, terá consequências duradouras no tecido social, mas seu efeito imediato é uma modificação dos termos do debate eleitoral: o tema econômico, predominante até o momento, deu lugar à dicotomia *democracia versus antidemocracia*. O discurso de "centro" ficou excluído, a campanha eleitoral começa a ter um tom de maior enfrentamento político.

De Ricupero a Gianola

No meio desta confrontação aberta, o movimento popular dava um novo golpe nos setores mais ortodoxos do neoliberalismo ao rejeitar um projeto de Reforma Constitucional, apoiada por todos os candidatos presidenciais, inclusive Tabaré Vázquez. (ver box)

A campanha, antes polarizada pelo tema econômico, está agora centrada na discussão da democracia.

Mas a situação voltou a ter um novo fator de crise política, quando dirigentes do Movimento Nacional de Libertação - Tupamaros (integrante de MPP), deram conhecimento público a uma gravação de uma reunião secreta realizada no quartel da "Guarda republicana" (elite policial), dias antes dos enfrentamentos do Hospital Filtro.

A diferença com o caso Ricúpero é que a reunião não se fez num estúdio de televisão e o Ministro não era o da Economia, mas o que tinha que garantir a transparência política das eleições de 27 de novembro. Alí, Gianola, discutiu ante um grupo de parlamentares brancos e colorados a necessidade de criar por via de uma lei, uma "guarda nacional" (seguindo as orientações imperialistas de transformação dos aparatos repressivos latinoamericanos), e de impedir o acesso da esquerda ao governo. Disse: "o futuro do país está nas mãos dos partidos tradicionais". Por isso, não foram convidados deputados ou senadores da FA. Estamos ante um acontecimento de extrema gravidade política. Que demonstra a intenção conspirativa de setores da classe dominante.

Depois de conhecer-se o fato, a maioria dos dirigentes políticos se pronunciaram contra as expressões "pouco felizes" do Ministro, cuja renúncia é exigida pela FA.

Neoliberalismo e autoritarismo

Este renascimento do terrorismo de Estado e de autoritarismo direitista não é gratuito. As políticas neoliberais ortodoxas não podem ser aplicadas de forma "pacífica". A criação de uma "guarda nacional", sem dúvida, se enquadra nesse esquema estratégico. No Uruguai, a implantação do projeto econômico excludente e privatizador tem encontrado muitos obstáculos. Desde a vitória popular no referendun de dezembro de 1992, contra a privatização das empresas públicas, e com a continuidade de uma resistência popular, a burguesia não pode gerar um cenário que lhe seja favorável.

É evidente, por mais que alguns dirigentes "moderados" da esquerda queiram manter um perfil baixo e mostrar-se capazes de garantir a "governabilidade" do sistema, que a burguesia não confia neles. Além disso, a esquerda radical, que representa uma minoria na FA, mantém uma capacidade de polarização e mobilização indiscutível no seio dos movimentos sociais.

O último Congresso de FA - realizado em julho - votou majoritariamente pela constituição do "Encontro Progressista" em aliança com setores progressistas saídos do Partido Nacional, socialdemocratas e com a minúscula Democracia Cristã. O programa reflete concessões mútuas, onde foram retiradas reivindicações históricas como a reforma agrária, a nacionalização dos bancos e o não pagamento da dívida externa. Mas para a classe dominante isto não é garantia suficiente.

No meio destas contradições e sob o fogo cruzado da direita, se realizarão em 27 de novembro as eleições mais disputadas da história uruguaia. Dissemos em um artigo anterior de **Em Tempo** que o resultado seria decidido no olho mecânico, o que parece estar se confirmando. A possibilidade de um triunfo da FA dependerá, em boa medida, de como reaja ante a ofensiva direitista e de que a unidade frentista



João Câmara Filho - Friendly persuasion

mostre menos fissuras possíveis. Mas também, de como o movimento de massas resolva a equação que foi colocada pelos acontecimentos de 24 de agosto. Em todo caso, é indiscutível que terminou o tempo dos bons modos.

A confrontação com a classe dominante é um fato irreversível. É por isso Tabaré Vázquez, no 18 de setembro, no ato de lançamento de sua campanha, anunciou enfaticamente, que a disputa é entre o "partido neoliberal com suas tendências branca e colorada" e o "partido da mudança". Ao mesmo tempo exigia a renúncia do Ministro do Interior, para que "não nos trapagem nas eleições". □

Gustavo Vasquez é representante do MPP na coordenação da Frente Ampla

Plebiscito: um contundente Não

.Em 28 de agosto, quatro dias depois do massacre de Jacinto Vera (bairro onde se deram os enfrentamentos), 65% do eleitorado uruguaio - fazendo um novo "abuso da democracia" - rechaçou um projeto de Reforma Constitucional. Apoiada pelo conjunto dos presidencialistas e só tendo recebido o voto contrário no Parlamento do deputado do MPP, Helios Sarthou, a reforma se encontrou com uma sociedade civil disposta a rebelar-se contra os acordos de cúpula e pôs em evidência a crise do sistema político.

A "mini-reforma" propunha o "voto cruzado" (poderia-se votar no candidato presidencial de um partido e no candidato a prefeito de outro); que os vereadores recebessem um salário fixo de 1.500 dólares (atualmente recebem 500 dólares); e abria

uma remota possibilidade de novas tentativas de privatização do Banco de Segurança Social.

O conjunto dos movimentos sociais, em particular o dos aposentados, fizeram uma campanha de massas a nível nacional e foram os verdadeiros impulsionadores do voto pelo Não. Com isso se revela a crescente autonomia da sociedade civil com relação aos dirigentes políticos ou o que um periódico burguês chamou o protagonismo dos "poderes paralelos de fato".

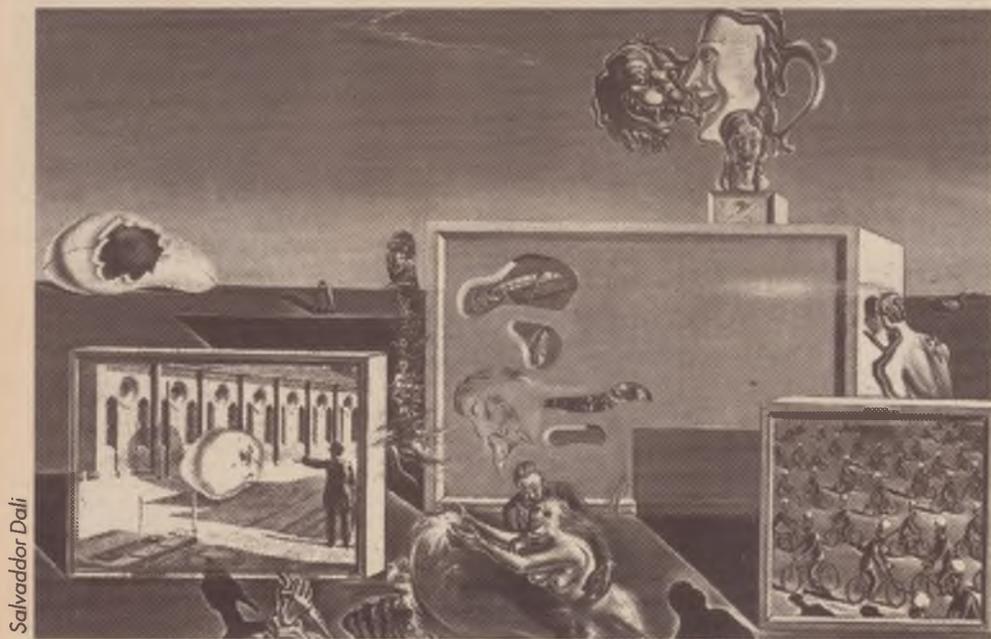
A utilização de mecanismos de democracia direta - que a Constituição estabelece - inclusive num período de refluxo da militância, coloca o sistema político institucional em uma situação delicada, na medida em que se defronta a poderosos obstá-

culos populares para qualquer intenção de aprofundar o projeto neoliberal.

Como exemplo, vale dizer que em novembro, junto às eleições, haverá dois novos plebiscitos para os quais se recolheram 420 mil assinaturas. Um para que o orçamento nacional inclua 27% para a educação (4,5 % do PIB), e outro, para proibir qualquer reforma na previdência social por via parlamentar.

A campanha eleitoral também estará tingida por estes temas. Os Partidos Colorado e Nacional negam-se a aceitar tais reivindicações e a FA, que no princípio tinha um discurso vacilante, agora tende a apoiá-las. As pesquisas, mostram que hoje mais de 60% da população está disposta a votar favoravelmente em ambos os plebiscitos. □

Crítica romântica da modernidade



Salvador Dalí

Marx vê o capitalismo como um sistema que "transforma cada progresso econômico em uma calamidade pública".

ENZO TRAVERSO

O pensamento de Marx inclui uma referência implícita às facetas progressistas do romantismo, mescla de uma revolta sadia contra o surgimento do mundo industrial e de uma nostalgia das épocas passadas da humanidade. Eis a tese central do último livro de Michel Lowy e Robert Sayre, que ajuda a reler Marx e o marxismo de um ângulo diferente do "científico" - **Romantismo e política**. RJ, Paz e Terra, 1993 (em particular o texto de Lowy, *Figuras do romantismo anticapitalista*). A edição brasileira é uma versão abreviada da edição original francesa, intitulada **Revolte et mélancolie. Le romantisme à contre-courant de la modernité**. Paris, Payot, 1992, 306 pgs.

Marx romântico

Se os homens perderam a crença num Deus, seu único recurso contra um não-Deus cego da necessidade e do mecanismo, contra uma terrível máquina a vapor mundial que os aprisionam em seu ventre de ferro como um monstruoso touro Phaloris, será, com ou sem esperança, a revolta. Esta passagem de Thomas Carlyle, copilada por Marx em seu caderno de notas em 1845, resume perfeitamente a sensibilidade romântica, com sua rejeição humanista e desesperada da modernidade industrial e seu espírito de revolta contra a sociedade capitalista. Encontramos esta mesma sensibilidade em alguns escritos de Marx onde ele define o "progresso" como um "medonho ídolo pagão" e vê o capitalismo como um sistema que "transforma cada progresso econômico em uma calamidade pública". São, porém, numerosos também os escritos - antes de tudo, o **Manifesto** - nos quais Marx empreende uma verdadeira apologia do capitalismo, que impõe sua dominação nos recantos mais recuados do mundo e realiza um imenso desenvolvimento das forças produtivas. Marx seria, portanto, apenas metade romântico.

Enigma inapreensível

Podemos captar as mesmas contradições em muitos outros pensadores, tanto no século XIX como no século XX. Que dizer de Fichte, Schlegel, Schelling e de representantes do primeiro romantismo alemão, que foram inicialmente revolucionários jacobinos e depois apologistas do Estado burocrático prussiano? Como qualificar Walter Rathenau, industrial e banqueiro que procura introduzir a racionalidade econômica na Alemanha e, ao mesmo tempo, escreve um ensaio intitulado **A mecanização do mundo** (1912), no qual ele manifesta uma profunda nostalgia pela beleza dos produtos do trabalho artesanal e, de uma maneira geral, pelo homem de antes da revolução industrial, que "conhece o ciclo da natureza" e vive num mundo onde "o maravilhoso faz

parte da vida cotidiana"? Que dizer de Walter Benjamin, que exalta as potencialidades libertadoras de uma técnica transformada em "chave para a felicidade" e não mais reduzida a um "fetiche da decadência", mas lamentando ao mesmo tempo a época na qual os homens podiam ainda viver a "experiência cósmica" de uma simbiose total com a natureza? Um último exemplo: no começo do século, na **Ética protestante e o espírito do capitalismo**, Max Weber celebrava a marcha triunfal da racionalidade do Ocidente, mas seus últimos escritos de 1919 sobre a ciência e a política como profissão, corretamente considerados como seu testamento intelectual, concluíam com uma nota sombria e pessimista: "Não é a florada do verão que nos espera, mas antes de tudo uma noite polar, glacial e rude". Exatamente oposto era, em troca, o percurso do movimento do Bauhaus, simbolizado em seu início pelo quadro expressionista de Lyonel Feininger intitulado *A catedral do socialismo* e reorientado em seguida por Walter Gropius, a partir de 1922, em um sentido claramente modernista que visava conciliar estética e tecnologia.

Visão social de mundo

Estes exemplos, que poderiam facilmente ser multiplicados, contribuem para confundir a paisagem. Porque, no fundo, o que é o romantismo, este fenômeno estranho que aparece com frequência como um enigma inapreensível?

Para respondê-lo, Michael Lowy e Robert Sayre primeiro limpam o terreno das definições falsas ou insuficientes, criticando as visões estreitas que reduzem o romantismo como simples tendência literária e artística do século XIX, como reação conservadora à revolução francesa (uma espécie de *contra-iluminismo*, segundo a definição de Isaiah Berlin), como atitude psicológica subjetivista, ou ainda como corrente filosófica reacionária precursora do fascismo. Estas definições são frequentemente justas, mas sempre unilaterais porque são incapazes de apreender o fenômeno em sua globalidade e em suas contradições.

Inspirando-se na metodologia de Lucien Goldman, eles caracterizam o romantismo como uma *visão de mundo*, baseada numa crítica da modernidade ou, dito de outra forma, na rejeição da civilização industrial burguesa. Como uma revolta contra o *espírito do capitalismo* nascido com a reforma protestante, generalizado e hegemônico depois da revolução industrial, o romantismo deslança sua trajetória no final do século XVIII e impregna profundamente com sua sensibilidade a cultura dos dois séculos seguintes. Ele se confronta com características fundamentais da sociedade capitalista moderna: o espírito de cálculo, a mecanização e o *desencantamento do mundo* (segundo a célebre fórmula de Max Weber), a racionalidade instrumental, a dominação burocrática, a dissolução de todas as relações sociais comunitárias.

Alimentado pela nostalgia de um passado no qual os homens e as mulheres viviam em harmonia com eles mesmos e com a natureza, o romantismo é profundamente atraído pela religião, pelos mitos, as atmosferas noturnas, os símbolos e as tradições carregadas de uma aura mágica, ao mesmo tempo que manifesta uma atitude fundamentalmente pessimista e desesperada face à realidade presente. Enquanto crítica da modernidade engendrada por essa realidade, o romantismo a segue como uma sombra ao longo de todo o seu percurso, tendo portanto aprendido a coexistir com o espírito das Luzes e transformando-se assim num fenômeno típico da cultura moderna. Sinteticamente, segundo a definição de Lowy e Sayre, ele se tornou uma espécie de "autocrítica da modernidade".

Os vários romantismos

A visão de mundo romântica se exprime em diferentes áreas da cultura, das artes, das ciências sociais e atravessa todo o espectro de sensibilidades políticas. Ele parece um arco-íris, como uma paisagem fragmentada em diferentes configurações, as vezes opostas umas às outras. Lowy e Sayre procuram colocar um pouco de ordem nesta nebulosa, propondo uma tipologia que distingue um certo número de tipos ideais: o romantismo *restitucionista* (de origem fundamen-

O romantismo é uma visão de mundo baseada na rejeição da civilização industrial burguesa.

talmente religiosa, representada sobretudo pelo filósofo alemão Friedrich Novalis e pelo escritor francês Georges Bernanos) que quer restaurar o passado; o romantismo *conservador* (encarnado, por exemplo, pelos historiadores Edmund Burke e Joseph De Maistre), que se opõe ao advento da modernidade em nome da manutenção dos valores do Antigo Regime; o romantismo *fascista* ou pré-fascista (Oswald Spengler, Ernst Jünger, Carl Schmitt) que anuncia a decadência do Ocidente e aspira uma nova ordem autoritária e hierárquica, frequentemente não incompatível com a tecnologia industrial mas sempre alimentado por mitologias arcaicas; o romantismo *resignado* (teorizado de modo mais explícito pelos sociólogos alemães Max Weber e Georg Simmel), que une a nostalgia do passado ao reconhecimento lúcido do caráter irreversível e inelutável da racionalização do mundo; o romantismo *reformador*, que visa transformar a realidade, que pode tomar um aspecto jacobino-democrático (William Blake, Heinrich Heine, Jean-Jacques Rousseau) ou populista (Sismondi), utópico-humanista (Moses Hess) ou libertário (Michail Bakounine, Piotr Kropotkine, Gustav Landauer); enfim o romantismo *marxista*, que se exprime de maneira acabada na obra de Ernst Bloch e de Walter Benjamin.

A cultura romântica é dominada, no século XIX, pela Inglaterra, o centro da revolução industrial, onde se impõem figuras como Charles Dickens, S.T. Coleridge e sobretudo John Ruskin, cuja definição da modernidade - *the dark age*, a idade das trevas ou sombria, nome frequentemente dado em inglês ao período medieval - reverte a visão tradicional sobre a idade média.

Entre os produtos intelectuais mais significativos do romantismo inglês, os autores lembram primeiro *Hard times*, a obra prima de Dickens, e *News from nowhere*, de William Morris, que imaginava uma Londres utópica, comunitária e "pós-industrial". No século XX, o romantismo se manifestou sobretudo em numerosos movimentos de vanguarda como o expressionismo ou o surrealismo, e ganhou um novo impulso, em nossos dias, na crítica do capitalismo e de certos movimentos de inspiração religiosa, como a Teologia da Libertação na América Latina.

Fascismo e romantismo

O fascismo e o marxismo, duas correntes de pensamento que se opuseram radicalmente uma à outra ao longo do século XX, e que foram algumas vezes concebidas como saídas possíveis para a rejeição de um mundo "desencantado" e "frio", tiveram uma atitude muito contraditória e ambígua frente ao romantismo.

No fascismo, certas tendências explicitamente modernistas como o futurismo - com seu culto da velocidade e sua exaltação estética da máquina - coexistiam com filósofos de inspiração romântica que partiam da rejeição da técnica (a referência inevitável aqui é a Martin Heidegger, inexplicavelmente ausente do livro de Lowy e Sayre). Com mais frequência, encontravam-se de maneira paradoxal para desembocarem sobre formas ideológicas híbridas que certos historiadores e sociólogos, na esteira de Armin Mohler, o primeiro intérprete da "revolução conservadora", qualificaram de *modernismo reacionário*. Esta visão de mundo preservava a dicotomia romântica entre *Kultur* e *Zivilisation*, opondo o mito do *Volk* (povo) e do passado germânico à decadência do Ocidente, ao mesmo tempo que valorizava a técnica e a indústria, que pertenceria à nação, ou à "raça". Muito significativa era, a este propósito, a formulação de Joseph Goebbels, segundo a qual nosso século teria engendrado a *stahlernde Romantik*, o "romantismo de aço".

Marxismo e romantismo

Encontramos a mesma ambivalência, em um contexto muito diferente, no coração do marxismo. O anticapitalismo de Lenin e Plekanov era resolutamente modernista, criticando o "romantismo econômico" dos populistas russos e concebendo o marxismo como ferramenta teórica indispensável para interpretar o processo de modernização e de ocidentalização da Rússia (eram reveladoras, a este propósito, as formulas de Plekanov, que atribuía ao socialismo a tarefa de concluir a obra encetada por Pedro, o Grande, e de Lenin, que definia o socialismo como "os soviets mais a eletrificação").

De outro lado, o marxismo de Rosa Luxemburgo era rico de colorações românticas. Em seu livro *Introdução à economia política*, Rosa consagrava uma reflexão importante às

formações sociais do comunismo primitivo. Mais complexa era a atitude de Georg Lukacs: seus escritos marxistas dos anos 20, principalmente *História e consciência de classe* (1923), estavam ainda impregnados de uma forte sensibilidade romântica, a mesma já expressa em obras como *A alma e as formas* ou *A teoria do romance* - onde a "irracionalidade harmoniosa" do cristianismo era lastimada à luz da *irracionalidade demoníaca* da "modernidade", que não era mais estruturada pela "totalidade absoluta" do mundo antigo mas se tornava cada vez mais prisioneira de uma "planificação insana". Estes escritos desembocavam na visão do capitalismo como um processo de reificação universal das relações sociais, mas Lukacs abandonaria esta atitude e terminaria por considerar o romantismo como a primeira etapa do processo de "destruição da razão" atingido pelo fascismo. Não é por acaso que Merleau-Ponty forjou a definição de webero-marxismo para os escritos de Lukacs do início dos anos 20.

Bloch e Benjamin

Ernst Bloch, que na época era muito ligado a Lukacs, escreveu em 1918 o *Espírito da utopia*, que tinha um capítulo intitulado *A frieza técnica*. Nesta obra, ele considera os saís de banho produzidos pela indústria moderna como o símbolo do século XX, da mesma forma que as catedrais góticas tinham antes encarnado o espírito da Idade Média. Alguns anos mais tarde, Bertold Brecht ironizava um culto da técnica frequentemente subjacente a um movimento como a *Neue Sachlichkeit* (a "nova objetividade"). Em um poema particularmente caustico, ele anuncia a chegada do Messias, sob a forma de um tanque de gasolina, que ele suplicava que ele entregasse aos homens a maldição do espírito, "em nome da eletrificação, da Ratio e da estatística".

As idéias de Marx, segundo Lowy e Sayre, "não eram nem românticas, nem 'modernizadoras' mas uma tentativa de *Aufhebung* (superção) dialética das duas, numa nova visão de mundo, crítica e revolucionária". Colocado de outra forma, no pensamento de Marx as "correntes frias" da razão crítica se articulavam com as "correntes quentes" da utopia. A síntese que resultou pode incorporar a visão de mundo romântica ao mesmo tempo que escapava de seus perigos: de um lado, o de uma idealização do passado, incapaz de perceber as formas de opressão que ele implicava; de outro, o de uma rejeição em bloco da modernidade, incapaz de compreender as potencialidades libertadoras da técnica.

À diferença do romantismo conservador, que idealizava sobretudo a Idade Média e a sociedade hierárquica do Antigo Regime, a melancolia romântica dos marxistas nutria-se, frequentemente, de lembranças das sociedades coletivistas primitivas, sem classes e sem Estado. A luta contra a opressão moderna permite então articular a nostalgia do passado com a aspiração utópica rumo a sociedade livre do futuro. Nas *Teses sobre a filosofia da história*, Walter Benjamin dá a seu romantismo uma forte conotação teológica opondo a plenitude do tempo messiânico ao "tempo homogêneo e vazio" do historicismo. Ele descreve a rejeição da temporalidade linear, cronológica e puramente quantitativa do mundo moderno, pela alegoria dos revolucionários franceses que, durante as jornadas de julho de 1830, atiravam contra os relógios dos campanários, manifestando assim, de maneira espontânea e sem dúvida inconsciente, sua vontade de suspender o *continuum* da história. □

Enzo Traverso é autor de *Les marxistes et la question juive* (Editions La Breche). Artigo originalmente publicado na revista *Critique Communiste* n° 132.

Há vários tipos de romantismos, do conservador ao resignado, do reformador ao marxista.



Salvador Dalí

As idéias de Marx não eram nem românticas nem "modernizadoras", mas uma tentativa de superção dialética das duas, numa nova visão de mundo, crítica e revolucionária.

FERNANDA ESTIMA

O jornalista, historiador, revolucionário e bem humorado militante Isaac Akcelrud nos abandonou às vésperas da mais importante de todas as eleições do Brasil. Aos 80 anos, no dia 16 de setembro, um ataque cardíaco fulminante nos deixou sem o velho, que, mesmo diabético, sempre tinha de onde tirar energia para produzir. Gaúcho, carioca, judeu, palestino, negro, proletário, feminista, companheiro dos metalúrgicos de Volta Redonda e dos Sem Terra, Isaac se metia em todos os movimentos a favor de seus "irmãozinhos" discriminados.

"Não sou jornalista, mas um escriba do proletariado.", dizia sempre. Começou o "jornalismo" em um bairro ferroviário de Santa Maria (RS), escrevendo e lendo cartas para vizinhos que não sabiam escrever.

Sua militância iniciou-se em 1936 no Rio Grande do Sul, no Partido Comunista. Pouco depois de sua filiação, durante uma reunião ampliada da direção, por falta de segurança, a maioria da direção foi presa e Isaac, recém ingressado na juventude do PC assume a secretaria regional de Agitação e Propaganda. "Eu sabia escrever, não sabia o que fazer." A partir de então esteve sempre na imprensa partidária.

Militante disciplinado, apesar do horror que sentia pelo parlamento, em 1945 foi candidato a Constituinte Estadual. Para sua sorte, não se elegeu.

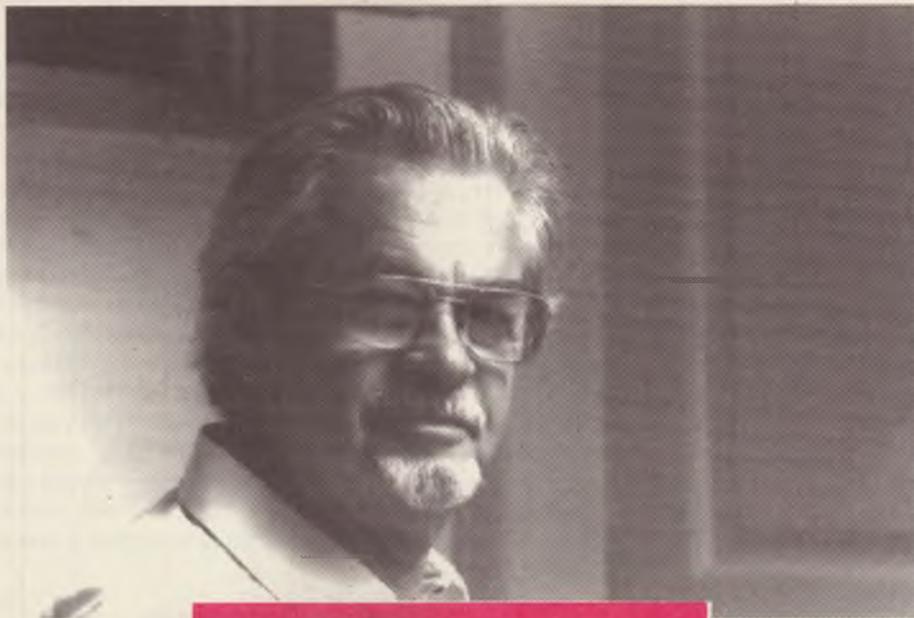
Nos anos 50 vem para São Paulo e passa a trabalhar no jornal *Hoje*. "Por incrível que pareça eu fiz carreira no PC como jornalista. Trabalhar nos jornais revolucionários exige além de uma certa capacidade profissional, uma ilimitada devoção ao jornal, à causa." Por conta das dificuldades financeiras na imprensa partidária, Isaac era sustentado por Dona Clara, sua companheira, que faleceu em 1991. "Ela me suportava, me aguentava e gostava de mim, mas também me detestava conforme meus méritos e deméritos. Ela não era militante, mas mantinha prestígio junto à direção, porque mantinha um jornalista para o partido."

Com o Relatório Kruchev começam seus problemas com o partido. Isaac já era crítico ao fato da imprensa partidária ser legalizada e o partido não. Ou seja, os jornalistas ficavam expostos, enquanto os "burocratas" eram garantidos pela ilegalidade. Decidido a discutir, pela esquerda é claro, os desdobramentos do 20º Congresso do PCUS, Isaac passa a defender a resolução assinada por intelectuais onde era exigida uma análise do Relatório, do secretariado e do Comitê Central. Segundo ele, foi aí que tornou-se trotskista. A perseguição interna acaba fazendo com que abandone o PC.

Da Folha ao Sem Terra

Questionador profundo da "imprensa burguesa", vai trabalhar no *Correio da Manhã* e *Diários Associados*. Na década de 70, na *Folha de S. Paulo*, foi correspondente no Oriente Médio. Em 1982, quando retorna ao Brasil, filia-se ao PT. Irritava-se ao falar da imprensa do PT, ou melhor, de sua ausência. Imaginava um jornal que atingisse o trabalhador, que fosse útil à construção de novas consciências.

Em 1989, na sua avaliação da campanha, dizia que a maior derrota não era termos perdido para Collor e sim sairmos da campanha sem um jornal. "O que fica impresso, circula, se guarda e bota no bolso e manda para o compadre que passa para o vizinho e vai de mão em mão dentro da fábrica, é o pasquinzinho". E continuou a bater na mesma tecla, meses antes do 3 de outubro, em sua última matéria no *Em Tempo*: "Um grande êxito desta



Arquivo Em Tempo

Só jogador de futebol pendura as chuteiras



Fernanda Estima

Morreu Isaac Akcelrud, sensível, irreverente, revolucionário até o fim, mas vive um dos seus sonhos: construir uma imprensa popular e influente.

campanha eleitoral seria que nos deixasse, pelo menos, a semente de um diário de massas".

No final de agosto o Comitê Lula foi visitado por Isaac. Sem saberem, os que se encontraram com ele acabaram tendo a oportunidade de se despedir.

A campanha se foi, não elegemos Lula. Ao contrário do que propunha Isaac, o PT não se esforçou para consolidar o *Brasil Agora* e alguns ainda continuam deixando a grande im-

pressanos pautar. Nada mudou...

Isaac passou por vários órgãos de imprensa, da partidária à "burguesa". Nos últimos tempos se dedicou com exclusividade ao *Jornal dos Sem Terra* e ao *Em Tempo*. Considerado pelo Movimento Sem Terra como "um dos seus mais velhos e dignos militantes", Isaac, no seu primeiro contato com o *Jornal dos Sem Terra*, se comoveu com os boletins do MST. "E eu estava decidido a entrar na DS, no PT, voltar a militar. Estava procurando um lugar para me meter. Eu tinha que me meter em algum lugar através de um jornal." Nunca mais abandonou o *Jornal dos Sem Terra*.

No *Em Tempo*, além de sua colaboração jornalística e política, fazia questão de defender, sempre e em todas as ocasiões, fosse na padaria para o cafezinho da tarde, fosse nas reuniões nacionais, a manutenção do jornal. Era com tristeza que ouvia os informes das penúrias financeiras. Mas não esmorecia. O *Em Tempo* tinha que sair, independentemente da crise.

A imprensa de esquerda, já capenga, perdeu um de seus mais árdios defensores.

Oito ou oitenta?

Para o aniversário de um ano da chacina da Candelária, não haveria ninguém melhor para escrever do que Isaac. Foi seu primeiro e último artigo para o boletim *Linha Direta* do PT/SP, que chegou atrasado: "Estou mandando a matéria com involuntário atraso. Agora me atrasei por causa do registro dos meus primeiros 80 anos. Aí trabalho mais devagar. Até pendurar as chuteiras". Seus textos tinham marca registrada: indignação, paixão, graça e ira, em uma combinação que resultava sempre em análises recheadas de sentimentos sem ser sentimentalóide. Com a mais absoluta clareza e honestidade, com sentimentos profundos, sem meio termo.

Para homenagear Isaac, o *Linha Direta* teve dificuldades em encontrar quem pudesse escrever. Por motivos óbvios, todos os credenciados a fazer uma bela homenagem ao velho não tinham condições de produzir algo que não fosse piegas. O modo *isaquiano* de escrever, com emoção sem brequice, poucos conseguiram assimilar. Escrever sobre a vida de alguém tão cheio de histórias, de ânimo, otimismo e principalmente, no jornal que ele tanto amava e defendia com unhas e dentes não é tarefa das mais fáceis. Mas falar do Isaac passado algum tempo de sua morte é mais fácil. Menos doloroso, quem sabe...

Isaac faz falta aos amigos, à imprensa partidária, ao PT, à DS...

Em agosto, durante reunião nacional da DS, já demonstrava preocupação com os rumos da campanha. Como consolo, resta o fato dele não ter presenciado o desastre. Não ficará indignado com as declarações pouco sábias de alguns dirigentes, com algumas alianças no segundo turno... Se bem que, a esta altura, estaria debochando dos erros, dos inimigos, fazendo suas críticas ácidas sem se deixar sucumbir.

Não teremos mais os textos do Isaac. Nem suas intervenções sérias e ao mesmo tempo divertidas: mistura de seu característico bom humor com a malandragem adquirida depois de tantos anos vivendo na *Cidade Maravilhosa*. Além da saudade, sobra a tristeza de vê-lo partir sem que seus sonhos socialistas, pelos quais tanto lutou, fossem realizados. E a mim, a oportunidade de escrever sobre meu galanteador de primeira hora sem que que ele possa esculhambar o texto. □

Fernanda Estima é editora do *Linha Direta*.